DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

# SUMÁRIO


PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS 4

DIRETORIA-GERAL 29

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 54

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - DESMATAMENTO - GAEMA-D 59

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA 62

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA 67

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA 80

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA 140

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA 143

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA 145

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARRAIAS 148

15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL 150

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL 153

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL 161

30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL 165

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS 167

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA 171

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA 206

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIANÓPOLIS 220

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAÍ 223


Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI 228

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI 247

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ 260

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRANORTE 265

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO 267

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS 278

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO AFONSO 286

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL 289

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL 351

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA 368

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE WANDERLÂNDIA 371

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XAMBIOÁ 373

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0797/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. Protocolo 07010806767202531;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça EURICO GRECO PUPPIO, Assessor do Procurador-Geral de Justiça, para atuar nos autos do procedimento extrajudicial n. 2025.0007664 bem como nos procedimentos judiciais/extrajudiciais que deles resultarem, acompanhando os feitos até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0798/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, considerando o disposto no Ato PGJ n. 063/2024, alterado pelo Ato PGJ n. 101/2024, que regulamenta o Regime de Plantão dos servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, e o teor do e-Doc n. 07010806785202513,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor, lotado na Diretoria-Geral, WILVE PEREIRA DA CRUZ MELO, matrícula n. 124065, para, das 18h de 16 de maio de 2025 às 18h de 17 maio de 2025, prestar apoio ao plantão administrativo da Diretoria-Geral.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0799/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o deferimento do Coordenador do Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNujuri), constante no e-Doc n. 07010799611202597, nos termos do art. 4º, inciso II, do Ato Conjunto PGJ/CGMP n. 011/2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO para atuar de forma conjunta, na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Formoso do Araguaia/TO, autos n. 0000953-98.2018.8.27.2719, a ser realizada em 21 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0800/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, considerando o Sistema de Plantão em segunda instância instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), conforme Ato PGJ n. 069/2024, alterado pelo Ato PGJ n. 102/2024, e considerando o teor do e-Doc n. 07010806359202581,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria n. 1.676, de 10 de dezembro de 2024, que designou os Procuradores de Justiça para atuarem no plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2025, conforme escala adiante:

| SEGUNDA INSTÂNCIA | |
|---|---|
| DATA | PROCURADORIA DE JUSTIÇA |
| 06 a 13/06/2025 | 4ª Procuradoria de Justiça |

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0801/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, consoante o disposto na Lei Estadual n. 3.464/2019, alterada pela Lei n. 4.655/2025, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o teor do e-Doc n. 07010807025202523,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, da Função de Confiança – FC 3 – Assistente dos Órgãos Auxiliares, a servidora LAYS FEITOZA DOS REIS, matrícula n. 120040.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0802/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, consoante o disposto na Lei Estadual n. 3.464/2019, alterada pela Lei n. 4.655/2025, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o teor do e-Doc n. 07010807025202523,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor FÁUSTONE BANDEIRA MORAIS BERNARDES, matrícula n. 95909, para o exercício da Função de Confiança – FC 3 – Assistente dos Órgãos Auxiliares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0803/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER lotação à servidora LAYS FEITOZA DOS REIS, matrícula n. 120040, na Subprocuradoria-Geral de Justiça.

Art. 2º Revogar a Portaria n. 759/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0804/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010805115202581,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER lotação à servidora GISELE DE JESUS CARRERO, matrícula n. 124108, na Área de Suporte de Serviços Administrativos.

Art. 2º Revogar a Portaria n. 1296/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0805/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto GUSTAVO HENRIQUE LOPES FRAGOSO, para atuar nas audiências a serem realizadas em 19 de maio de 2025, inerentes à 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0806/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010805115202581,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER lotação ao servidor WECLESON BRANDÃO DA SILVA, matrícula n. 124084, na Assessoria de Atendimento ao Usuário, Controle e Manutenção de Equipamentos.

Art. 2º Revogar a Portaria n. 771/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0807/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, consoante o disposto na Lei Estadual n. 3.464/2019, alterada pela Lei n. 4.655/2025, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o teor do e-Doc n. 07010807025202523,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora LAYS FEITOZA DOS REIS, matrícula n. 120040, para o exercício da Função de Confiança – FC 4 – Assistente de Diretor-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0808/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto no art. 37 da Lei Estadual n. 1818, de 23 de agosto de 2007 e Ato n. 101/2017, e considerando o teor do e-Doc n. 07010806605202511,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora CAMILA CURCINO AZEVEDO, matrícula n. 117312, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 8 a 17 de maio de 2025, durante o afastamento para tratamento de saúde da titular do cargo Vanessa Soares Ceolin.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0809/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, consoante o disposto na Lei Estadual n. 3.464/2019, alterada pela Lei n. 4.655/2025, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR LILIANE PEREIRA DE SOUZA, inscrito no CPF n. XXX.XXX.X21-81, para provimento do cargo em comissão de Assessor Ministerial - DAM 2.

Art. 2º ESTABELECER lotação à servidora LILIANE PEREIRA DE SOUZA na Promotoria de Justiça de Wanderlândia, a partir de 19 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0810/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010800604202545,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO para atuar, na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Natividade, 0000536-82.2022.8.27.2727, a ser realizada em 20 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0811/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010804357202556,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça FELÍCIO DE LIMA SOARES, titular da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, para responder, cumulativamente, pela 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no período de 21 a 23 de maio de 2025, de 26 de maio a 4 de junho de 2025 e de 7 de junho a 24 de junho de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0812/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010807022202591,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora JOSIVÂNIA LOBATO FRANÇA, matrícula n. 124098, para o exercício de suas funções na Área de Registro Funcional, sem prejuízo de suas atribuições normais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA N. 0813/2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 17, inciso X, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando a realização do “8º Prêmio Ministério Público de Jornalismo” para estimular e valorizar as produções jornalísticas que são orientadas pela defesa da cidadania e que fazem referência ao Ministério Público do Estado do Tocantins como instituição fiscalizadora da lei e voltada à defesa dos interesses da sociedade, bem como documentos carreados ao Processo SEI n. 19.30.1050.0000312/2025-08 e e-Doc n. 07010805153202532,

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR Comissão Organizadora do “8º Prêmio Ministério Público de Jornalismo” para:

a) promover a divulgação do “8º Prêmio Ministério Público de Jornalismo”;

b) disponibilizar o regulamento do prêmio no portal do Ministério Público do Estado do Tocantins;

c) receber os trabalhos e encaminhá-los à Comissão Julgadora;

d) verificar e atestar a regularidade das inscrições e se os trabalhos inscritos obedecem fielmente às disposições do regulamento do prêmio, procedendo às devidas classificações ou desclassificações;

e) efetuar a soma das notas lançadas pelos jurados;

f) proceder o desempate de notas, conforme critérios previstos no regulamento;

g) organizar e promover a solenidade de premiação;

h) proceder à divulgação dos resultados no portal do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Art. 2º DESIGNAR, sem prejuízo de suas atribuições, os servidores adiante relacionados para comporem a Comissão Organizadora do “8º Prêmio Ministério Público de Jornalismo”, sob a presidência do primeiro:

I – Denise Soares Dias, matrícula n. 8321108 – Diretoria de Comunicação Social;

II – Kézia Reis de Souza, matrícula n. 125009 – Diretoria de Comunicação Social;

III – Raquel Oliveira de Souza, matrícula n. 124009 – Diretoria de Comunicação Social;

IV – Samia Caroline Cayres Lima, matrícula n. 122001 – Diretoria de Comunicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0814/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010806355202518,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA para atuar perante o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na sessão de julgamento da 2ª Câmara Criminal, em 27 de maio de 2025, em substituição à Procuradora de Justiça Jacqueline Borges Silva Tomaz, titular da 6ª Procuradoria de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0815/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER lotação à servidora RENATA RIBEIRO ESPÍRITO SANTO, matrícula n. 124031, na 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis.

Art. 2º Revogar a Portaria n. 541/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0816/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, consoante o disposto na Lei Estadual n. 3.464/2019, alterada pela Lei n. 4.655/2025, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR SUZANA DE SOUZA BRITO, inscrita no CPF n. XXX.XXX.X01-02, para provimento do cargo em comissão de Assessor Ministerial - DAM 2.

Art. 2º ESTABELECER lotação à servidora SUZANA DE SOUZA BRITO na Promotoria de Justiça de Goiatins, a partir de 20 de maio de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0817/2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, considerando o disposto no Ato PGJ n. 063/2024, alterado pelo Ato PGJ n. 101/2024, que regulamenta o Regime de Plantão dos servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins; a indicação do membro designado para responder pelo plantão de 1ª Instância da 8ª Regional, e o teor do e-Doc n. 07010807411202515,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora KARLLA JEANDRA ROSA DA SILVA, matrícula n. 122041, para, das 18h de 23 de maio às 9h de 26 de maio de 2025, prestar apoio ao plantão judicial e extrajudicial da 1ª Instância.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**DESPACHO N. 0196/2025**

ASSUNTO: COMPENSAÇÃO DE PLANTÃO
INTERESSADO: OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
PROTOCOLO: 07010804357202556

Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1 da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008 e do Ato PGJ n. 069/2024, DEFIRO o pedido formulado pelo Promotor de Justiça OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR, titular da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, concedendo-lhe 3 (três) dias de folga para usufruto em 21, 22 e 23 de maio de 2025, em compensação ao período de 24 a 31/01/2025, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**DESPACHO N. 0197/2025**

ASSUNTO: COMPENSAÇÃO DE PLANTÃO
INTERESSADO: RENATA CASTRO RAMPANELLI
PROTOCOLO: 07010800604202545

Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1 da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008 e do Ato PGJ n. 069/2024, DEFIRO o pedido formulado pela Promotora de Justiça RENATA CASTRO RAMPANELLI, concedendo-lhe 1 (um) dia de folga para usufruto em 20 de maio de 2025, em compensação ao período de 24 a 28/06/2024, o qual permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de maio de 2025.

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# DIRETORIA-GERAL




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0133/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução n. 008, de 22 de outubro de 2015, do Colégio de Procuradores de Justiça e pelo Ato PGJ n. 0033, de 22 de abril de 2025, com fulcro nos dispositivos do Ato n. 024/2016, e considerando o teor do e-Doc n. 07010802812202589,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Administrativo, titular e substituto, respectivamente, conforme a seguir:

| FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO | CONTRATO | INÍCIO | OBJETO |
|---|---|---|---|
| Kézia Reis de Souza<br><br>Matrícula: 125009 | 2025NE001072 | 05/05/2025 | Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior. |

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do Ato



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

n. 024/2016.

Art. 3º  Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0137/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução n. 008, de 22 de outubro de 2015, do Colégio de Procuradores de Justiça e pelo Ato PGJ n. 0033, de 22 de abril de 2025, com fulcro nos dispositivos do Ato n. 024/2016, e considerando o teor do e-Docs n. 07010796595202581,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Gestor e de Fiscal Técnico e Administrativo, sendo titular e substituto, respectivamente, conforme a seguir:

| GESTOR | | ATA | INÍCIO | OBJETO |
|---|---|---|---|---|
| Titular | Substituto | | | |
| MONALYSA CIBELLY LIMA DOS SANTOS.<br><br>Matrícula: 124093 | ARNALDO HENRIQUES DA COSTA NETO.<br><br>Matrícula: 79507 | 007/2025 | 24/04/2025 | Aquisição de notebooks e monitores, incluindo o serviço de assistência técnica e garantia on-site |

| FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO | | ATA | INÍCIO | OBJETO |
|---|---|---|---|---|
| Titular | Substituto | | | |
| GUSTAVO ANDRADE CAMPOS<br><br>Matrícula: 123056 | JORGIANO SOARES PEREIRA.<br><br>Matrícula: 120026 | 007/2025 | 24/04/2025 | Aquisição de notebooks e monitores, incluindo o serviço de assistência técnica e garantia on-site |

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do Ato n. 024/2016.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Art. 3º Os fiscais das ARP's designados nesta portaria, bem como os seus substitutos, ficam automaticamente designados para exercerem as funções de fiscais nas contratações delas decorrentes.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0139/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução CPJ n. 008/2015, c/c o Ato PGJ n. 033, de 22 de abril de 2025, considerando o requerimento n. 07010804957202514,

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do servidor Renato Cabral Lemos, a partir de 13/05/2025, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, marcadas anteriormente de 08/05/2025 a 06/06/2025, assegurando o direito de fruição desses 25 (vinte e cinco) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0141/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução CPJ n. 008/2015, c/c o Ato PGJ n. 033, de 22 de abril de 2025, considerando o requerimento n. 07010805093202558,

RESOLVE:

Art. 1° INTERROMPER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Iara Regina Brito de Sousa, a partir de 16/05/2025, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, marcadas anteriormente de 12/05/2025 a 31/05/2025, assegurando o direito de fruição desses 16 (dezesseis) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA

Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0142/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 99, inciso XIX, da Resolução n. 008, de 22 de outubro de 2015, do Colégio de Procuradores de Justiça, pelo art. 8º, alínea 'c', item 2, do Ato PGJ n. 033, de 22 de abril de 2025, e considerando a Decisão DG n. 099/2025 (ID SEI 0408799), proferida nos autos da contratação, sob o SEI n. 19.30.1563.0001358/2024-61,

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR Comissão para a instrução, condução e relatoria de Processo Administrativo Sancionador – Prads, sob o SEI n. 19.30.1500.0000457/2025-13, instaurado em desfavor da empresa N. R. G. DOS S. TEC, inscrita no CNPJ n. 54.921.403/0001-00.

Art. 2º DESIGNAR as servidoras a seguir relacionadas para, sem prejuízo às suas atribuições e sob a presidência da primeira, comporem a Comissão do Prads:

I – MARIA LÊDA DE ALMEIDA ANDRADE MAGALHÃES, matrícula n. 120413;
e

II – STEFANIA VALADARES TEIXEIRA CORREIA, matrícula n. 81907,

Art. 3º A Comissão é temporária e se extinguirá com a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0143/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução CPJ n. 008/2015, c/c o Ato PGJ n. 033, de 22 de abril de 2025, considerando o requerimento n. 07010806654202536,

RESOLVE:

Art. 1° INTERROMPER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, o usufruto do recesso natalino de 2015/2016 do servidor Leonardo Santos da Mata, a partir de 19/05/2025, marcado anteriormente de 15/05/2025 a 01/06/2025, assegurando o direito de fruição desses 14 (catorze) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA N. 0144/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução CPJ n. 008/2015, c/c o Ato PGJ n. 033, de 22 de abril de 2025, considerando o requerimento n. 07010807076202555,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do servidor José Francisco Rodrigues Santos, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, marcadas anteriormente de 19/05/2025 a 29/05/2025, assegurando o direito de fruição desses 11 (onze) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**APOSTILA N. 0001/2025**

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS,, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas na Resolução n. 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 033, de 22 de abril de 2025.

R E S O L V E:

Apostilar a Portaria DG N. 094/2025, publicada no DOMP/TO N. 2135, de 04/04/2025, conforme a seguir:

Onde se lê:

Art. 1º SUSPENDER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Letícia Knewitz, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, marcadas anteriormente de 01/04/2025 a 30/04/2025, assegurando o direito de fruição desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

Leia-se:

Art. 1º SUSPENDER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Letícia Knewitz, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, marcadas anteriormente de 01/04/2025 a 30/04/2025, assegurando o direito de fruição desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, nesta data certificada pelo sistema.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**ATO CONJUNTO N. 0010/2025**

Homologa o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho de servidores efetivos e estáveis dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O CHEFE DE GABINETE e a DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso II, do Ato PGJ n. 033 de 22 de abril de 2025, tendo em vista o disposto no art. 26 da Lei n. 3.472 de 27 de maio de 2019, e no Ato PGJ n. 127 de 9 de dezembro de 2020, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, por meio do protocolo e-Doc n. 07010804563202566,

RESOLVEM:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho (APD), de servidores efetivos e estáveis dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme disposto no Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, nesta data certificada pelo sistema.

JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete/PGJ

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ

ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG N. 010/2025

| AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO – APD<br>RESULTADO DA AVALIAÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ord. | Mat. | Nome Servidor | Cargo | Data de Referência | Resultado da Avaliação |
| 1. | 119613 | Vilany Prazeres da Silva Castano | Técnico Ministerial | 02/05/2025 | Aprovada |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2. | 124014 | João Carlos Pereira | Técnico Ministerial Especializado | 03/05/2025 | Aprovado |
| 3. | 119713 | Suiana Chagas Barreto | Técnico Ministerial | 03/05/2025 | Aprovada |
| 4. | 86508 | Claudenor Pires da Silva | Auxiliar Ministerial Especializado | 05/05/2025 | Aprovado |
| 5. | 86708 | Marina Barbosa Pereira | Técnico Ministerial | 05/05/2025 | Aprovada |
| 6. | 86808 | Millena Freire Cavalcante | Analista Ministerial | 05/05/2025 | Aprovada |
| 7. | 86908 | Meyre Hellen Mesquita Mendes | Analista Ministerial | 07/05/2025 | Aprovada |
| 8. | 73107 | Paulo Santos Pereira | Analista Ministerial | 07/05/2025 | Aprovado |
| 9. | 60005 | Flávia Barros da Silva | Analista Ministerial | 08/05/2025 | Aprovada |
| 10. | 73207 | Renato Cabral Lemos | Analista Ministerial | 08/05/2025 | Aprovado |
| 11. | 91608 | Benilda Rodrigues Gomes de Lima | Técnico Ministerial | 09/05/2025 | Aprovada |
| 12. | 73407 | João de Macedo e Silva Filho | Analista Ministerial | 10/05/2025 | Aprovado |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 13. | 119913 | Rosangela Castro Pereira | Técnico Ministerial | 10/05/2025 | Aprovada |
| 14. | 120213 | Rosimar Alves de Brito | Técnico Ministerial | 10/05/2025 | Aprovada |
| 15. | 72907 | Henrique José de Oliveira Matos | Analista Ministerial | 12/05/2025 | Aprovado |
| 16. | 81707 | Marcella Guedes da Silva Martins | Analista Ministerial Especializado | 12/05/2025 | Aprovada |
| 17. | 87008 | Valéria Soares Sampaio | Analista Ministerial | 12/05/2025 | Aprovada |
| 18. | 120313 | Caroline Silva de Souza Cavalcante | Técnico Ministerial | 13/05/2025 | Aprovada |
| 19. | 35201 | Jair Kennedy Felix Monteiro | Analista Ministerial Especializado | 13/05/2025 | Aprovado |
| 20. | 124314 | Maria Joana Apolinário | Técnico Ministerial | 13/05/2025 | Aprovada |
| 21. | 73007 | Raimundo Nonato Machado de Sousa | Técnico Ministerial | 14/05/2025 | Aprovado |
| 22. | 96009 | Mércia Helena Marinho de Melo | Técnico Ministerial | 15/05/2025 | Aprovada |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 23. | 124514 | Isley Pereira da Silva | Técnico Ministerial | 16/05/2025 | Aprovado |
| 24. | 73707 | Marcos Conceição da Silva | Analista Ministerial Especializado | 16/05/2025 | Aprovado |
| 25. | 87708 | Silvia Maria Albuquerque Soares | Analista Ministerial Especializado | 19/05/2025 | Aprovada |
| 26. | 86208 | Aderson Alves de Siqueira | Auxiliar Ministerial Especializado | 21/05/2025 | Aprovado |
| 27. | 100010 | Luiz Eduardo Araújo de Andrade | Técnico Ministerial | 21/05/2025 | Aprovado |
| 28. | 96109 | Patrícia de Oliveira Cabral | Analista Ministerial Especializado | 22/05/2025 | Aprovada |
| 29. | 99410 | Daniela de Ulyssea Leal | Técnico Ministerial | 23/05/2025 | Aprovada |
| 30. | 74407 | Lucielle Lima Negry Xavier | Analista Ministerial | 23/05/2025 | Aprovada |
| 31. | 135616 | Peron José Ribeiro de Souza | Técnico Ministerial Especializado | 23/05/2025 | Aprovado |
| 32. | 89708 | Marlon Vergílio de Souza | Técnico Ministerial | 24/05/2025 | Aprovado |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 33. | 96309 | Marcilio Roberto Mota Brasileiro | Analista Ministerial Especializado | 25/05/2025 | Aprovado |
| 34. | 96209 | Walker Iury Sousa da Silva | Auxiliar Ministerial Especializado | 25/05/2025 | Aprovado |
| 35. | 87208 | Cleivane Peres dos Reis | Analista Ministerial Especializado | 26/05/2025 | Aprovada |
| 36. | 100210 | Karoline Setuba Silva Coelho | Técnico Ministerial | 27/05/2025 | Aprovada |
| 37. | 87808 | Maria da Guia Costa Mascarenhas | Analista Ministerial | 28/05/2025 | Aprovada |
| 38. | 120413 | Maria Leda de Almeida Andrade Magalhães | Técnico Ministerial | 28/05/2025 | Aprovada |
| 39. | 112412 | Marina Azevedo Machado Mesquita | Analista Ministerial | 28/05/2025 | Aprovada |
| 40. | 112212 | Renan Santos da Mota | Analista Ministerial | 28/05/2025 | Aprovado |
| 41. | 124614 | Dionatan da Silva Lima | Técnico Ministerial | 29/05/2025 | Aprovado |
| 42. | 74207 | Priscila Rocha de Araujo Juca | Técnico Ministerial | 30/05/2025 | Aprovada |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**ATO CONJUNTO N. 0011/2025**

Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal ou Vertical de servidores efetivos e estáveis dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O CHEFE DE GABINETE e a DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso II, do Ato PGJ n. 033 de 22 de abril de 2025, tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei n. 3.472 de 27 de maio de 2019, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, por meio do protocolo e-Doc n. 07010804563202566,

RESOLVEM:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional de servidores efetivos e estáveis dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, progredidos horizontalmente ou verticalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, nesta data certificada pelo sistema.

JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete/PGJ

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ

ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG N. 011/2025

| Ord. | Mat. | Nome Servidor | Cargo | Classe/ Padrão Anterior | Classe/ Padrão Atual | Data da Progressão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. | 119613 | Vilany Prazeres da Silva Castano | Técnico Ministerial | EB4 | EB5 | 02/05/2025 |
| 2. | 119713 | Suiana Chagas Barreto | Técnico Ministerial | EB4 | EB5 | 03/05/2025 |
| 3. | 86508 | Claudenor Pires da Silva | Auxiliar Ministerial Especializado | BB9 | BC1 | 05/05/2025 |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4. | 86708 | Marina Barbosa Pereira | Técnico Ministerial | EB9 | EC1 | 05/05/2025 |
| 5. | 86808 | Millena Freire Cavalcante | Analista Ministerial | HB9 | HC1 | 05/05/2025 |
| 6. | 86908 | Meyre Hellen Mesquita Mendes | Analista Ministerial | HB9 | HC1 | 07/05/2025 |
| 7. | 73107 | Paulo Santos Pereira | Analista Ministerial | HC1 | HC2 | 07/05/2025 |
| 8. | 60005 | Flávia Barros da Silva | Analista Ministerial | HB9 | HC1 | 08/05/2025 |
| 9. | 91608 | Benilda Rodrigues Gomes de Lima | Técnico Ministerial | EB2 | EB3 | 09/05/2025 |
| 10. | 73407 | João de Macedo e Silva Filho | Analista Ministerial | HC1 | HC2 | 10/05/2025 |
| 11. | 119913 | Rosangela Castro Pereira | Técnico Ministerial | EB4 | EB5 | 10/05/2025 |
| 12. | 120213 | Rosimar Alves de Brito | Técnico Ministerial | EB4 | EB5 | 10/05/2025 |
| 13. | 72907 | Henrique José de Oliveira Matos | Analista Ministerial | HB5 | HB6 | 12/05/2025 |
| 14. | 81707 | Marcella Guedes da Silva Martins | Analista Ministerial Especializado | IB9 | IC1 | 12/05/2025 |
| 15. | 87008 | Valéria Soares Sampaio | Analista Ministerial | HB9 | HC1 | 12/05/2025 |
| 16. | 120313 | Caroline Silva de Souza Cavalcante | Técnico Ministerial | EB4 | EB5 | 13/05/2025 |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17. | 35201 | Jair Kennedy Felix Monteiro | Analista Ministerial Especializado | IB7 | IB8 | 13/05/2025 |
| 18. | 124314 | Maria Joana Apolinário | Técnico Ministerial | EB3 | EB4 | 13/05/2025 |
| 19. | 73007 | Raimundo Nonato Machado de Sousa | Técnico Ministerial | EC1 | EC2 | 14/05/2025 |
| 20. | 96009 | Mércia Helena Marinho de Melo | Técnico Ministerial | EB8 | EB9 | 15/05/2025 |
| 21. | 124514 | Isley Pereira da Silva | Técnico Ministerial | EB3 | EB4 | 16/05/2025 |
| 22. | 73707 | Marcos Conceição da Silva | Analista Ministerial Especializado | IC1 | IC2 | 16/05/2025 |
| 23. | 87708 | Silvia Maria Albuquerque Soares | Analista Ministerial Especializado | IB9 | IC1 | 19/05/2025 |
| 24. | 86208 | Aderson Alves de Siqueira | Auxiliar Ministerial Especializado | BB9 | BB9 | 21/05/2025 |
| 25. | 100010 | Luiz Eduardo Araujo de Andrade | Técnico Ministerial | EB6 | EB7 | 21/05/2025 |
| 26. | 96109 | Patrícia de Oliveira Cabral | Analista Ministerial Especializado | IB8 | IB9 | 22/05/2025 |
| 27. | 99410 | Daniela de Ulyssea Leal | Técnico Ministerial | EB1 | EB2 | 23/05/2025 |
| 28. | 74407 | Lucielle Lima Negry Xavier | Analista Ministerial | HC1 | HC2 | 23/05/2025 |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 29. | 135616 | Peron José Ribeiro de Souza | Técnico Ministerial Especializado | FB1 | FB2 | 23/05/2025 |
| 30. | 89708 | Marlon Vergílio de Souza | Técnico Ministerial | EB7 | EB8 | 24/05/2025 |
| 31. | 96309 | Marcilio Roberto Mota Brasileiro | Analista Ministerial Especializado | IB8 | IB9 | 25/05/2025 |
| 32. | 96209 | Walker Iury Sousa da Silva | Auxiliar Ministerial Especializado | BB8 | BB9 | 25/05/2025 |
| 33. | 100210 | Karoline Setuba Silva Coelho | Técnico Ministerial | EB7 | EB8 | 27/05/2025 |
| 34. | 120413 | Maria Leda de Almeida Andrade Magalhães | Técnico Ministerial | EB4 | EB5 | 28/05/2025 |
| 35. | 112412 | Marina Azevedo Machado Mesquita | Analista Ministerial | HB5 | HB6 | 28/05/2025 |
| 36. | 112212 | Renan Santos da Mota | Analista Ministerial | HB5 | HB6 | 28/05/2025 |
| 37. | 124614 | Dionatan da Silva Lima | Técnico Ministerial | EB3 | EB4 | 29/05/2025 |
| 38. | 74207 | Priscila Rocha de Araujo Juca | Técnico Ministerial | EC1 | EC2 | 30/05/2025 |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DESPACHO/DG N. 030/2025

AUTOS N.: 19.30.1511.0000002/2024-11
ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 002/2025 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS CORPORATIVOS
INTERESSADO(A): SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ – DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

Nos termos que faculta a Lei Complementar n. 51, de 2 de janeiro de 2008, combinado com o art. 8º, inciso VI, alínea “g”, do Ato n. 033/2025, estando devidamente preenchidos os requisitos previstos no Decreto Federal n. 11.462/2023, que se aplica ao Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no Ofício sob (ID SEI 0406875), da lavra do Delegado Divisional, Getúlio de Morais Vargas, bem como as informações consignadas pelo Departamento de Licitações (ID SEI 0406877 e 0406883), a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitados os limites de adesão fixados nos incisos I e II do art. 32 do Decreto Federal n. 11.462/2023, AUTORIZA a adesão da Secretaria de Segurança Pública do Paraná – Departamento da Polícia Civil à Ata de Registro de Preços n. 002/2025 – Aquisição de mobiliários corporativos, conforme a seguir: item 07 (10 un), mediante autorização do ordenador de despesas do(a) interessado(a) e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos, a anuência do fornecedor registrado, bem como que o Órgão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n. 11.462/2023.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RELAÇÃO DE INSCRITOS NO EDITAL DE REMOÇÃO N. 008, DE 13 DE MAIO DE 2025

O CHEFE DE GABINETE e a DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, do Ato PGJ n. 0033/2025, tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei Estadual n. 1.818, de 23 de agosto de 2007, no inciso IX do art. 50 da Resolução n. 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015, TORNAM PÚBLICA, em ordem alfabética, a relação dos servidores inscritos no Edital de Remoção n. 008, de 13 de maio de 2025, para o cargo de Analista Ministerial: Ciências Jurídicas, conforme o Anexo Único.

Os candidatos terão até as 18 horas do dia 20/05/2025 para apresentação de eventuais recursos ou manifestar pela desistência da inscrição, mediante requerimento próprio, nos termos do Anexo II, o qual estará disponibilizado no Athenas (em e-Doc > Formulários > Outros > Desistência de Edital de Remoção), devendo ser assinado e encaminhado à Diretoria-Geral.

PUBLIQUE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, nesta data certificada pelo sistema.

JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete/PGJ

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ

ANEXO ÚNICO

| 27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIDORES INSCRITOS | MATRÍCULA | EXERCÍCIO | LOTAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO |
| BRUNO MANOEL VIEIRA BORRALHO | 140016 | 01/07/2016 | 04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA | 21ª/2012 |
| FABIANE PEREIRA ALVES | 111411 | 29/11/2011 | 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRACEMA DO TOCANTINS | 23ª/2010 |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| FABIOLA BARBOSA MOURA ZANETTI | 119313 | 18/04/2013 | 03ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS* | 37ª/2010 |
| HELOISA CASADO LIMA GUELPELI DE SOUZA | 121213 | 08/07/2013 | PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO* | 41ª/2010 |
| MIRIAN PEREIRA DA SILVA BARBOSA | 111011 | 14/10/2011 | 05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL* | 19ª/2010 |
| THAYANE DOS REIS SILVA LEAL | 137416 | 03/06/2016 | PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO* | 22ª/2010 |
| 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL | | | | |
| **SERVIDORES INSCRITOS** | **MATRÍCULA** | **EXERCÍCIO** | **LOTAÇÃO** | **CLASSIFICAÇÃO CONCURSO** |
| BRUNO MANOEL VIEIRA BORRALHO | 140016 | 01/07/2016 | 04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA | 21ª/2012 |
| FABIOLA BARBOSA MOURA ZANETTI | 119313 | 18/04/2013 | 03ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS* | 37ª/2010 |



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| HELOISA CASADO LIMA GUELPELI DE SOUZA | 121213 | 08/07/2013 | PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO* | 41ª/2010 |
| MIRIAN PEREIRA DA SILVA BARBOSA | 111011 | 14/10/2011 | 05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL* | 19ª/2010 |
| SONIA MARCIA GONCALVES | 120913 | 11/06/2013 | 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA* | 42ª/2010 |
| THAYANE DOS REIS SILVA LEAL | 137416 | 03/06/2016 | PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO* | 22ª/2010 |

*Lotação diversa



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

EXTRATO DA DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.: 19.30.1563.0000718/2024-75

ASSUNTO: DESCUMPRIMENTO DE ESPECIFICAÇÃO PREVISTA NO EDITAL E NO CONTRATO n. 054/2024

INTERESSADO: IMPERIAL CAFÉ COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA

DECISÃO: EXTINÇÃO DO CONTRATO N. 54/2024, CELEBRADO COM A EMPRESA IMPERIAL CAFÉ COMÉRCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA., CNPJ 07.638.718/0001-57, AMPARADO NO ART. 137, I, DA LEI N. 14.133/2021 E NO PARECER N. 258/2025 DA AJDG.

DATA DA ASSINATURA: 29/04/2025.
SIGNATÁRIOS DA DECISÃO: ABEL ANDRADE LEAL JUNIOR, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920263 - EDITAL CGMP N. 13/2025 – CORREIÇÃO ORDINÁRIA NA(S) PROMOTORIA(S) DE JUSTIÇA DE PEIXE

Procedimento: 2025.0007191

INSTITUI CORREIÇÃO ORDINÁRIA NA(S) PROMOTORIA(S) DE JUSTIÇA DE PEIXE. ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DURANTE AS ATIVIDADES CORRECIONAIS. CONVOCA OS(AS) MEMBROS(AS) E CONVIDA OS(AS) SERVIDORES(AS), ESTAGIÁRIOS(AS) E COLABORADORES(AS) LOTADOS(AS) NO(S) ÓRGÃO(S) DE EXECUÇÃO CORRECIONADO(S).

A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, com fundamento no art. 39, II, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008, c/c art. 46, *caput*, da Resolução CPJ n. 03/2023, torna pública a realização de Correição Ordinária na(s) Promotoria(s) de Justiça de Peixe, na modalidade presencial, com sessão pública de abertura dos trabalhos correcionais às 9 h do dia 25 de junho de 2025, em sua sede administrativa, situada na Rua 13, Quadra 21, Lote 14, s/nº, CEP: 77460000, Setor Sul, Peixe/TO, Fone: (63) 3236 – 3674, com a finalidade de aferir a regularidade dos serviços, eficiência e a pontualidade dos(as) membros(as) no exercício de suas atribuições constitucionais e legais.

Estabelece-se que durante os trabalhos correcionais, o Corregedor-Geral e/ou Promotores Corregedores estarão à disposição para o recebimento de informações, representações, reclamações e elogios concernentes à atuação funcional e conduta dos(as) membros(as) oficiantes nas unidades ministeriais correcionadas, objetivando o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme preconiza o parágrafo único do art. 165 da Lei Complementar Estadual n. 51/2008.

Em relação aos(as) membros(as), estagiários(as), servidores(as) e colaboradores(as) com atuação na(s) Promotoria(s) de Justiça em alusão, estabelece-se que serão recebidas notícias ou reclamações em caráter reservado, nos termos do art. 46, III, da Resolução CPJ n. 03/2023.

Realizar-se-á consulta aos autos de processo judicial, procedimentos extrajudiciais, expedientes e informações sob a responsabilidade da(s) Promotoria(s) de Justiça correcionada(s), por meio eletrônico e físico, se houver, em escolha aleatória e por amostragem, contemplando-se os aspectos disciplinados no art. 4º, inciso VI, da Resolução n. 149/2016 e da Recomendação n. 54/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Os membros ou as membras correcionados(as) serão submetidos(as) à entrevista particular e reservada com o Corregedor-Geral ou com os Promotores de Justiça-Corregedores, oportunidade em que serão aferidas a regularidade e a produtividade das atividades desempenhadas, em atendimento às diretrizes de atuação resolutiva do Ministério Público, assentadas no art. 4º, inciso VI, da Resolução n. 149/2016 e da Recomendação n. 54/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Ficam, desde já, convocados(as) para a correição, os(as) membros(as) do Ministério Público e convidados os(as) servidores(as) efetivos(as), ocupantes de cargos de provimento em comissão, estagiários(as) e colaboradores(as) em atuação nas Promotorias de Justiça correcionadas, conforme preconiza o art. 46, I, da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Resolução CPJ n. 03/2023.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, data da assinatura eletrônica.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA**

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920263 - EDITAL CGMP N. 12/2025 – CORREIÇÃO ORDINÁRIA NA(S) PROMOTORIA(S) DE JUSTIÇA DE GURUPI

Procedimento: 2025.0007192

INSTITUI CORREIÇÃO ORDINÁRIA NA(S) PROMOTORIA(S) DE JUSTIÇA DE GURUPI. ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DURANTE AS ATIVIDADES CORRECIONAIS. CONVOCA OS(AS) MEMBROS(AS) E CONVIDA OS(AS) SERVIDORES(AS), ESTAGIÁRIOS(AS) E COLABORADORES(AS) LOTADOS(AS) NO(S) ÓRGÃO(S) DE EXECUÇÃO CORRECIONADO(S).

A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, com fundamento no art. 39, II, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008, c/c art. 46, *caput*, da Resolução CPJ n. 03/2023, torna pública a realização de Correição Ordinária na(s) Promotoria(s) de Justiça de Gurupi, na modalidade presencial, com sessão pública de abertura dos trabalhos correcionais às 9 h do dia 24 de junho de 2025, em sua sede administrativa, situada na Rua 3 esq. com a Rua 7, Quadra 7, s/nº, CEP: 77421062, Park Filó Moreira, Gurupi/TO, Fone: (63) 3236 – 3520, com a finalidade de aferir a regularidade dos serviços, eficiência e a pontualidade dos(as) membros(as) no exercício de suas atribuições constitucionais e legais.

Estabelece-se que durante os trabalhos correcionais, o Corregedor-Geral e/ou Promotores Corregedores estarão à disposição para o recebimento de informações, representações, reclamações e elogios concernentes à atuação funcional e conduta dos(as) membros(as) oficiantes nas unidades ministeriais correcionadas, objetivando o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme preconiza o parágrafo único do art. 165 da Lei Complementar Estadual n. 51/2008.

Em relação aos(as) membros(as), estagiários(as), servidores(as) e colaboradores(as) com atuação na(s) Promotoria(s) de Justiça em alusão, estabelece-se que serão recebidas notícias ou reclamações em caráter reservado, nos termos do art. 46, III, da Resolução CPJ n. 03/2023.

Realizar-se-á consulta aos autos de processo judicial, procedimentos extrajudiciais, expedientes e informações sob a responsabilidade da(s) Promotoria(s) de Justiça correcionada(s), por meio eletrônico e físico, se houver, em escolha aleatória e por amostragem, contemplando-se os aspectos disciplinados no art. 4º, inciso VI, da Resolução n. 149/2016 e da Recomendação n. 54/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Os membros ou as membras correcionados(as) serão submetidos(as) à entrevista particular e reservada com o Corregedor-Geral ou com os Promotores de Justiça-Corregedores, oportunidade em que serão aferidas a regularidade e a produtividade das atividades desempenhadas, em atendimento às diretrizes de atuação resolutiva do Ministério Público, assentadas no art. 4º, inciso VI, da Resolução n. 149/2016 e da Recomendação n. 54/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Ficam, desde já, convocados(as) para a correição, os(as) membros(as) do Ministério Público e convidados os(as) servidores(as) efetivos(as), ocupantes de cargos de provimento em comissão, estagiários(as) e colaboradores(as) em atuação nas Promotorias de Justiça correcionadas, conforme preconiza o art. 46, I, da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Resolução CPJ n. 03/2023.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, data da assinatura eletrônica.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA**

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE – DESMATAMENTO – GAEMA-D




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC N. 2353/2025**

Procedimento: 2023.0006576

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com esteio nas disposições contidas no art. 127, caput, e art. 129, e incisos da Constituição Federal e ainda e das Resoluções nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a criação do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – GAEMA, através da Resolução nº 009/2022, objetivando a atuação nas esferas administrativa, cível e criminal na tutela ambiental no âmbito estadual, a fim de sistematizar e tornar mais eficaz os seus resultados;

CONSIDERANDO que os Grupos de Atuação Especial são reconhecidos pelo artigo 7º, VII, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008, como órgãos de execução;

CONSIDERANDO que o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D, foi criado com a finalidade de atuar processual e extraprocessualmente em grandes desmatamentos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a propriedade privada deve cumprir a sua função social, utilizando adequadamente os recursos naturais disponíveis, preservando o meio ambiente e assegurando a sua função ecológica;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e outros textos normativos preveem vários instrumentos jurídicos ambientais, dentre eles, padrões ambientais, zoneamento ambiental, licenciamento ambiental, avaliações de impacto ambiental, áreas de preservação permanente, reserva legal, unidades de conservação ou áreas protegidas, responsabilidade civil pelo dano ambiental, sanções administrativas e penais, incentivos econômicos e termos de ajustamento de conduta;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012, que instituiu o Código Florestal, tem como princípio o desenvolvimento sustentável na utilização e proteção dos recursos naturais, através de boas práticas agronômicas, enaltecendo a função estratégica econômica da agropecuária, visando à preservação das florestas, formas de vegetação nativa, da biodiversidade, dos solos, recursos hídricos e integridade dos sistemas climáticos, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.651/2012, em seu art. 29, parágrafo único, instituiu o Cadastro Ambiental Rural – CAR, com a finalidade de compor sistema nacional “para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento”;

CONSIDERANDO que as possíveis tratativas e cláusulas de Termos de Ajustamento de Conduta devem garantir a tutela integral do meio ambiente, na proteção e na defesa absoluta do bem indisponível, principalmente no que diz respeito à adequação da conduta, à indenização, à reparação e à recomposição integral das áreas ambientalmente protegidas, não usurpando, em hipótese alguma, as funções do órgão licenciador, convalidando situações ilícitas ambientais;

CONSIDERANDO que há peça de informação que trata de Alerta de Desmatamento e modelo de Peça Criminal, do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente – CAOMA, com análises dos alertas de desmatamento no ano de 2021 no estado do Tocantins;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que há Peça de Informação Técnica – PIT 447/2023, evento 01, em que identifica desmatamentos de 369,50 ha de vegetação nativa, na propriedade Fazenda Casa Verde I e II, área de 102,63 ha, Município de Paranã, tendo como proprietário(a), Milton Santana de Freitas, CPF nº 196.714*****, sem aparente registro de autorização de exploração florestal emitido pelo NATURATINS;

CONSIDERANDO que há Termo de Ajustamento de Conduta em curso firmado no evento 61;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar o cumprimento das cláusulas de compromisso de ajustamento de conduta celebrado (art. 23, I, da Resolução CSMP nº 005/2018 e art. 8º, I, da Resolução CNMP 174/2017);

RESOLVE:

CONVERTER o presente Inquérito Civil Público, em Procedimento Administrativo com seguinte objeto, acompanhar a execução do Termo de Ajustamento de Conduta em curso firmado no evento 61, com a finalidade de assegurar a regularidade ambiental da Fazenda Casa Verde I e II, Município de Paranã, tendo como proprietário(a), Milton Santana de Freitas, determinando, desde já, a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se, com as providências de praxe;

2) Comunique-se ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins dando ciência da presente conversão;

3) Comunique-se à Promotoria de Justiça local para ciência desta conversão;

4) No prazo de 90 (noventa dias), certifique-se o cumprimento das cláusulas do TAC;

5) Publique-se no Diário Oficial a presente Portaria de Instauração.

6) Após, conclusos.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**MARIA CRISTINA DA COSTA VILELA**

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - DESMATAMENTO - GAEMA-D



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920047 - DESPACHO DE COMPLEMENTAÇÃO DA DENÚNCIA

Procedimento: 2025.0006935

Promotor de Justiça, Dr. André Felipe Santos Coelho, junto à Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, NOTIFICA o Representante anônimo PARA COMPLEMENTAR a representação registrada nesta Promotoria de Justiça como Notícia de Fato nº 2025.0006935, Protocolo nº 07010801042202557, nos termos do art. 4º, inciso III, da Resolução 174, de 04 de julho de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DESPACHO DE COMPLEMENTAÇÃO

Trata-se de Notícia de Fato instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 07/05/2025, sob o Protocolo nº 07010801042202557 - Uso Indevido de Maquinários Públicos no Município de Alvorada/TO.

O referido procedimento foi instaurado a partir de denúncia sigilosa (anônima), da qual relata que:

Assunto:

"*Quero aqui fazer uma denuncia sobre a prefeitura de Alvorada Tocantins. Nesse exato momento maquinários da Prefeitura de Alvorada esta na propriedade do Secretario de Infraestrutura de Alvorada, Pai da então Prefeita Thaynara de Melo Moura, fazendo serviços de gradear terra, jogar calcario e fazendo represas. Nessa fazenda se encontra Tratores, Esparramadeira de Calcário, Pá Carregadeira, Patrol (Motoniveladora ), Caminhões caçambas e funcionários do Município.*

*Camionete da secretaria de saúde Amarok Branca e uma Hilux branca também do município esta sendo utilizado para presta assistência. Levanto container de combustível e os servidores públicos. Esse ato de Improbidade Administrativo gera grande prejuízo aos cofres públicos. Pois estão sendo utilizado maquinários, servidores e combustível da Prefeitura Municipal de Alvorada.*

*Eu poderia fazer tal denuncio a policia civil, mas devido ao grande acesso deles com os policias da cidade, acredito que não iria ter andamento. Dados da Localização:*

Por meio de Despacho, o Ouvidor deste Ministério Público admitiu a manifestação e determinou a conversão em Notícia de Fato, sendo os autos inicialmente encaminhados a Promotoria de Justiça de Alvorada (evento 2).

O Promotor de Justiça de Alvorada recebo a presente como Notícia de Fato, por se inserir nas hipóteses previstas no art. 2º da Resolução CSMP nº 005/2018.

A fim de verificar sua viabilidade, bem como adequação aos interesses tutelados pelo Ministério Público e a necessidade de eventual intervenção ministerial, determino as seguintes providências:

É o relatório.

Da análise das informações prestadas, os dados até agora informados não são suficientes para balizar uma investigação ministerial, mormente porque não trazem mínimo lastro probatório ou sequer são capazes de individualizar qual a conduta ilícita perpetrada, tampouco identificam ou demonstram indícios de sua autoria.

É cediço que uma investigação ministerial deve ser iniciada por elementos com capacidade mínima de confirmar a denúncia, ou de ao menos nortear tais investigações, o que não acontece no caso em tela. Assim, a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

complementação das informações, com intimação do denunciante para que traga dados capazes de balizar a denúncia, é essencial para o início das investigações, à inteligência do artigo 5º, IV, da Resolução CSMP 005/2018.

Todavia, justamente por se tratar de denúncia anônima, não há condições de se intimar diretamente o noticiante para complementar as informações prestadas, não restando alternativa senão sua intimação ficta, a partir de publicação de edital de intimação nesses autos e no mural desta promotoria de justiça, para que cumpra com seus múnus processual.

Diante do exposto, determino a intimação do denunciante do presente processo, a partir de comunicação à ouvidoria e ao Diário Oficial do MPE, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente informações complementares sobre o caso, detalhando a conduta e dados sobre a qualificação dos envolvidos, sob pena de indeferimento da presente notícia de fato.

Proceda o servidor atuante nestes autos a referida intimação. Após o decurso do prazo, com ou sem complementação das informações, venham os autos conclusos.

Comunique-se a Ouvidoria. Publique-se. Cumpra-se.

Alvorada, 08 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**ANDRÉ FELIPE SANTOS COELHO**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920109 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Procedimento: 2025.0003244

O Promotor de Justiça, Dr. André Felipe Santos Coelho, junto à Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, NOTIFICA o Representante anônimo acerca da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO da representação registrada nesta Promotoria de Justiça como Notícia de Fato 2025.0003244, Protocolo 07010777258202594. Salienta-se que o Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento deste (art. 5º, §1º, da Resolução 005/2018/CSMP/TO).

Decisão de Arquivamento

Trata-se de Notícia de Fato instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 06/03/2025, sob o Protocolo nº 07010777258202594 - relatando Suposto Desvio de Função por Servidora do Município de Talismã, o qual consubstanciou in verbis:

"*Ludmila camargo é merendeira e filha do Duarte Camargo os dois e funcionário da prefeitura de talismã tocantins, em razão da sua familia ter apoiado o prefeito atual na politica ela ta dando aula desviada da sua funcao merendeira nao tem nada com professora, deve voltar para seu cargo nos professores aprovados no concurso aguardamos dia e noite por nossa nomeacao".*

Por meio de Despacho, o Ouvidor deste Ministério Público admitiu a manifestação e determinou a conversão em Notícia de Fato, sendo os autos inicialmente encaminhados a Promotoria de Justiça de Alvorada (evento 2).

O Promotor de Justiça de Alvorada recebeu a presente como Notícia de Fato, por se inserir nas hipóteses previstas no art. 2º da Resolução CSMP nº 005/2018.

a) Oficie-se o Prefeito Municipal do Município de Talismã, que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, preste informações sobre os fatos relatados na representação, em anexo.

Em resposta ao ofício juntado no evento 7, Prefeito Municipal do Município de Talismã informa que:

"*A lotação da servidora Ludmila Camargo, esclarecemos que a mesma se encontra provisoriamente atuando em sala de aula, em razão da necessidade e continuidade do serviço público, evitando a interrupção das atividades escolares. Ressaltamos que recentemente foi realizado concurso público para o cargo de professor(a), com diversas nomeações e convocações. Entretanto, alguns candidatos ainda não entregaram a documentação necessária para a posse, o que inviabiliza a ocupação imediata das vagas ofertadas. Diante desse cenário, e visando garantir a regularidade das atividades educacionais, a Administração Municipal adotou a medida de lotação temporária da servidora mencionada. Importante destacar que a servidora Ludmila Camargo possui habilitação para o exercício da função, sendo licenciada em Pedagogia, atendendo, assim, aos requisitos legais para a docência. (Diploma em anexo)*".

Diante do teor da resposta de diligência juntada no (evento 7), dando conta do dsuposto desvio de função por servidora do Município de Talismã, determino:

Oficie-se ao Prefeito Municipal de Talismã/TO solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, que adote as providências para a regularização da situação, pondo termo ao desvio de função da servidora temporariamente designada para atividades educacionais, com a nomeação dos servidores efetivos decorrentes do concurso público para o



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

cargo de professor(a) para atendimento do interesse público. Junte-se cópia do OFICIO Nº 076/2025-GAB PREF.

Prefeito Municipal de Talismã/TO juntou resposta no (evento 13), informando que:

*"A medida recomendada foi devidamente cumprida por esta Administração Municipal. A servidora mencionada foi retirada das atividades de docência em que se encontrava temporariamente e retornou ao seu cargo de origem, pondo fim ao desvio de função identificado. Reiteramos o compromisso deste Município com o cumprimento da legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais"*

É o relatório.

Compulsando os autos, verifica-se que foram adotadas todas as medidas pertinentes para averiguar os fatos narrados, os quais resultaram na informação de que *a "servidora mencionada foi retirada das atividades de docência e retornou ao seu cargo de origem, pondo fim ao desvio de função identificado*."

O Ministério Público, por força do disposto no art. 129, III, da Constituição Federal, é o órgão constitucionalmente incumbido da defesa do patrimônio público, zelando pela observância dos princípios constitucionais relativos à administração pública, em especial os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, CF/88).

Assim, não havendo fundamento para a propositura de ação civil pública ou outra medida judicial ou administrativa no âmbito da atribuição deste Órgão Ministerial, o arquivamento é medida que se impõe.

Desta forma, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do procedimento extrajudicial autuado como Notícia de Fato, devendo-se arquivar este feito na própria origem.

Cientifique-se o representante anônimo, através do edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPE/TO, informando-lhe que, caso queira, poderá interpor recurso administrativo, acompanhado das respectivas razões, perante esta Promotoria de Justiça de Alvorada, no prazo de 10 dias (artigo 5º, § 1º, da Resolução n.º 005/2018/ CSMP/TO).

Expirado o prazo, com ou sem manifestação da parte interessada, arquivem-se os presentes autos nesta Promotoria de Justiça, registrando-se no livro próprio, visto se tratar de notícia de fato.

Cumpra-se.

Alvorada, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**ANDRÉ FELIPE SANTOS COELHO**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920470 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0000163

I - RELATÓRIO

Trata-se de Inquérito Civil Público n.º 2023.0000163, que tramitava por meio físico com o n.º 138/2016, o qual foi digitalizado e inserido no sistema *Integrar-e* em 11 de janeiro de 2023, instaurado após representação popular formulada por Irinê da Silva, em 07 de maio de 2010, visando apurar eventuais irregularidades na compra de medicamentos pelo Município de Araguaína-TO, ocorridas no ano de 2010.

Segundo o noticiante, o Município teria adquirido um lote de medicamentos no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), os quais não foram entregues; teria havido simulação da distribuição dos referidos medicamentos; e os recursos públicos teriam sido desviados para a compra de apoio político, com o pagamento de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a cada vereador, à exceção do vereador Divino Bethânia Júnior, que teria se recusado a receber os valores.

Acerca da suposta compra no valor de R$ 200.000,00, a Secretaria Municipal de Saúde encaminhou relatório de entradas e saídas de medicamentos da assistência farmacêutica, abrangendo o período de 01/09/2009 a 28/05/2010 (evento 1, anexo 4, fls. 14/56; anexo 3; anexo 2, e anexo 1, fls. 01/21).

Posteriormente, foram encaminhados os extratos bancários dos meses de fevereiro, março e abril de 2010 (evento 1, anexo 7, fls. 04/56).

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria Municipal de Saúde enviou cópias relativas à aquisição direta de medicamentos e insumos no primeiro semestre de 2010 (evento 1, anexo 7, fls. 58/97 e anexos 5 ao 42).

Após a conversão do procedimento em Inquérito Civil Público, foi requisitada à Prefeitura Municipal informação sobre o conteúdo do Ofício n.º 79/2010, bem como determinada a intimação do então vereador Divino Bethânia Júnior, para comparecimento à sede da Promotoria de Justiça e prestação de esclarecimentos (evento 1, anexo 4, fls. 03/05).

Em deliberação saneadora, foi requisitado à Secretaria Municipal de Saúde o envio de cópia de todas as aquisições de medicamentos realizadas no mês de março de 2010, acompanhadas dos respectivos procedimentos de dispensa, inexigibilidade ou licitação, além dos comprovantes de entrega e distribuição dos itens. Ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, foi solicitada cópia dos relatórios de auditoria realizados no primeiro semestre de 2010, relacionados às compras de medicamentos realizadas pelo Município de Araguaína. Por fim, foi designada audiência administrativa com o Sr. Divino Bethânia Júnior para o dia 16 de julho de 2024 (evento 2).

A Corte de Contas encaminhou cópia do processo n.º 11903/2011 (evento 7).

Em despacho, determinou-se a redesignação da audiência administrativa com o Sr. Divino Bethânia Júnior (evento 8).

A Secretaria Municipal de Saúde encaminhou o Ofício Intersetorial n.º 20.252/2024, informando que, quanto aos registros de compras de medicamentos realizadas no mês de março de 2010, foram localizados os processos n.ºs 896/2010, 898/2010, 966/2010, 974/2010, 1024/2010 e 1155/2010 (evento 10).

Sobreveio certidão informando que, em razão de erro na distribuição para cumprimento, a diligência referente à notificação de Divino Bethânia Júnior não pôde ser efetivada (evento 11). Em razão disso, procedeu-se à



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

redesignação da audiência para o dia 11 de setembro de 2024 (evento 12).

Foi realizada a juntada do vídeo da audiência administrativa (evento 14).

Em novo despacho, foi requisitado à Câmara Municipal de Araguaína o envio dos documentos referentes ao projeto de lei que resultou na edição da Lei Municipal n.º 2.604/2009, bem como cópia integral da aprovação do contrato de gestão firmado com a associação privada Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (evento 15).

Em resposta, a Casa de Leis encaminhou a cópia integral do projeto de lei solicitado e informou que o contrato de gestão celebrado com a referida associação não foi submetido à sua apreciação para referendo, razão pela qual não possui cópia do referido documento (evento 17).

É o relatório.

II – MANIFESTAÇÃO

O Inquérito Civil Público merece ser arquivado.

Inicialmente, cabe ponderar que o artigo 9º da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) preconiza que a promoção de arquivamento do inquérito civil ou das peças informativas é cabível tão logo esteja o órgão do Ministério Público convencido da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública.

Dispõe o art. 18, inciso I, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO: Art. 18. O inquérito civil será arquivado: I - diante da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, depois de esgotadas todas as possibilidades de diligências (...).

O objeto da presente investigação restringe-se à apuração de eventuais irregularidades na aquisição de medicamentos pelo Município de Araguaína no ano de 2010, notadamente quanto à possível ausência de entrega dos insumos adquiridos, simulação de sua distribuição e desvio de recursos públicos para fins de compra de apoio político junto a vereadores.

O noticiante relatou que tomou conhecimento de que o Município de Araguaína teria comprado um lote de medicamentos no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o qual teria sido integralmente pago, com emissão de nota fiscal, mas sem a efetiva entrega dos produtos. Ademais, afirmou que os recursos públicos teriam sido, na verdade, utilizados para a compra de apoio político junto a vereadores, mediante o repasse de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a cada um, à exceção do vereador Divino Bethânia Júnior, que teria se recusado a receber o valor.

De análise do relatório de entradas e saídas da Secretaria Municipal de Saúde, não foi possível localizar aquisição individualizada de lote no valor mencionado, no período correspondente ao relato do noticiante, qual seja, maio de 2010.

Embora o maior valor apurado no relatório de entradas seja o de R$ 208.076,96 (duzentos e oito mil, setenta e seis reais e noventa e seis centavos), tal quantia se refere à soma de diversas aquisições de medicamentos realizadas entre os anos de 2009 a 2010 (evento 1, anexo 4, fls. 37/39), não havendo correspondência com a denúncia.

Já o processo n.º 028/2010, referente à despesa com aquisição de medicamentos, contempla o valor de R$14.020,00 (catorze mil e vinte reais), vinculada ao cumprimento de decisão judicial proferida em Ação de Obrigação de Fazer c/c Pedido de Tutela movida contra o Município de Araguaína, nos autos n.º 2009.0012.8918-1/0.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

No mesmo sentido, as demais aquisições diretas localizadas dizem respeito a fornecimentos determinados judicialmente, em favor de pacientes específicos, sem relação com os fatos narrados pelo noticiante.

Por sua vez, auditoria de regularidade realizada sobre o exercício de 2010, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, identificou falhas administrativas, tais como atrasos na entrega de processos de despesas; deficiências no controle do almoxarifado, especialmente no mês de dezembro de 2010; atualização deficiente dos bens patrimoniais; incongruências no controle de combustível e uso de fontes diversas para pagamento de despesas, entre outras, das quais não se pôde constatar qualquer indício de desvio de recursos no montante mencionado pelo denunciante.

Ademais, os elementos apresentados pelo noticiante mostraram-se insuficientes para a continuidade do procedimento. A única pessoa nominalmente mencionada foi o vereador Divino Bethânia Júnior que, em audiência, ouvido na qualidade de testemunha, não pôde contribuir efetivamente com os esclarecimentos, em razão do decurso do tempo. Ressalte-se, inclusive, que os fatos por ele abordados não guardam pertinência direta com os objetos da presente investigação.

Com base nos elementos constantes no procedimento, é possível concluir que não há substrato fático ou probatório minimamente consistente para imputar a prática de ato de improbidade administrativa a qualquer agente público ou terceiro, tampouco para mensurar eventual dano ao erário.

Nos termos do art. 17, §6º, da Lei n.º 8.429/92, com redação da Lei n.º 14.230/2021, é indispensável a individualização da conduta do réu, bem como a demonstração de indícios mínimos de autoria e materialidade. No caso concreto, não se obtiveram elementos suficientes que comprovem a ocorrência material dos fatos narrados, tampouco se apurou conduta específica atribuível a agente público ou terceiro que permita vinculação objetiva a eventual irregularidade.

Não obstante as diligências empreendidas, não foi possível delinear uma apuração consistente, diante da limitada disponibilidade de elementos informativos capazes de direcionar o aprofundamento das investigações, o que permite concluir que a continuidade do procedimento, nas condições atuais, mostra-se pouco promissora, revelando-se medida meramente protelatória e destituída de finalidade prática.

A isso soma-se o transcurso de mais de uma década desde os fatos investigados, o que torna inviável a colheita de provas seguras e idôneas para identificação dos responsáveis e eventual responsabilização judicial.

Ressalte-se, ainda, que embora o Supremo Tribunal Federal, no Tema 897 de Repercussão Geral, tenha decidido que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, a aplicação dessa tese exige a demonstração concreta do elemento subjetivo doloso voltado à obtenção de vantagem patrimonial indevida, além da comprovação de prejuízo efetivo ao erário.

Tais requisitos não podem ser presumidos, exigindo demonstração robusta e específica - o que não se verificou nos presentes autos, especialmente diante da ausência de identificação dos responsáveis e da inexistência de elementos probatórios contemporâneos que justifiquem a continuidade das investigações, tornando a imprescritibilidade juridicamente irrelevante para fundamentar a manutenção das investigações.

Vejamos o entendimento da jurisprudência a respeito do tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ELEMENTO DOLO ESPECÍFICO. NÃO COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS NÃO DESINCUMBIDO. ART. 373, I, DO CPC. DESATENDIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1- Cumpre esclarecer que, no caso sob exame, os fatos e a ação de improbidade são anteriores à recentíssima Lei 14.230/2021, de 25 de outubro de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

2021, que trouxe extensas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, para dispor que a configuração da responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa sempre exige a plena comprovação da responsabilidade subjetiva dolosa. 2- Registro que, mesmo se revelada ilegalidade no ato do apelado, quando gestor do município de Babaçulândia-TO, quanto ao não recolhimento do PASEP dos servidores públicos municipais, para que a conduta seja tipificada no caput do art. 10 da e incisos I, IX, X, XI e XII e artigo 11, caput, e inciso I da LIA, conforme redação dada pela Lei n° 14.230/2021, há necessidade de que seja comprovada efetiva ação dolosa (o que no presente caso não se fazem presentes). 3- Aplicação do Tema 1.199/STF - "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 4- Além disso, para que haja condenação nas prescrições da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a subsunção do fato à norma e a presença do elemento volitivo doloso. Mesmo quando algum ato ilegal é praticado, precisa-se verificar a presença do dolo, se houve má-fé que revele um comportamento desonesto, e se há nexo entre esse comportamento e o resultado danoso. 5- Como bem mencionado pela Douta Procuradoria de Justiça, posicionamento do qual filio-me, "(...) Assim, consideradas as recentes alterações sofridas pela norma mencionada e o conjunto probatório amealhado aos autos, forçoso reconhecer que a conduta do apelado relativa ao não pagamento de débitos relativos ao PASEP, não pode ser interpretado como ato de improbidade, vez para a sua configuração, seja da espécie que gere enriquecimento ilícito, danos ao patrimônio público, ou mesmo que viole os princípios da administração pública, mister se faz a presença do elemento subjetivo do agente, o que não restou demonstrado nos autos. (...)". 6- Assim, cumpriria ao Município Apelante a produção de prova contundente e inequívoca, da má-fé e dolo do apelado, vez que o efetivo prejuízo para a Administração Pública, não restou comprovada no caso em exame. 7- Recurso conhecido e improvido. 8- Sentença mantida. (TJTO, Apelação Cível, 0000898-92.2014.8.27.2718, Rel. EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER , julgado em 19/06/2024, juntado aos autos em 27/06/2024 14:00:05)

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO. IRRETROATIVIDADE DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUANTO AO PRAZO PRESCRICIONAL. TEMA 1199/STF. AGENTE POLÍTICO. ALEGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE SERVIÇOS. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO. IMPRESCRITIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DANO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO POR DANO HIPOTÉTICO OU PRESUMIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. De acordo com a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1199, é irretroativo o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. 2. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, na hipótese de o ato ímprobo ser imputado a agente público no exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, o prazo para ajuizamento da ação é de 05 anos, contados do primeiro dia após o término do exercício do mandato ou o afastamento do cargo. 3. Considerando a data do fim do mandato do requerido (31/12/2014), em cotejo com a do ajuizamento da ação (15/05/2020), denota-se já transcorrido lapso temporal superior aos cinco anos previstos para persecução da pretensão de aplicação das punições previstas na Lei nº 8.429/1992. 4. O reconhecimento da prescrição em relação às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa, todavia, não constitui óbice ao prosseguimento da ação cuja pretensão também é a de promover o ressarcimento ao erário pelos prejuízos supostamente advindos do ato ímprobo, de caráter imprescritível (Tema 1089/STJ).5. Em se tratando de improbidade administrativa, para que haja lugar ao ressarcimento do dano, além da existência de dolo, é imprescindível a demonstração de efetivo prejuízo material ao erário, representado por uma perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres públicos, uma vez que não é admitida a condenação ao ressarcimento por dano presumido. 6. No caso concreto, inexiste nos autos prova de lesividade aos cofres públicos, há somente meras alegações. O autor fundamenta a pretensão de ressarcimento apenas com base na aventada ilegalidade das contratações, que não dão ensejo automático ao reconhecimento de prejuízo ao erário. Ainda que tenha ocorrido irregularidades, ou até mesmo ausência de licitação, para configuração do dano ao erário exige-se a comprovação da ausência do cumprimento do contrato ou de superfaturamento/sobrepreço na contratação, o que não se verificou na hipótese. 7. Caso em que o autor não se desincumbiu de seu ônus de comprovar a perda patrimonial efetiva do Município de Rio da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Conceição, motivo pelo qual a pretensão de ressarcimento ao erário deve ser julgada improcedente. 8. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. (TJTO, Apelação Cível, 0002981-77.2020.8.27.2716, Rel. ANGELA ISSA HAONAT , julgado em 09/08/2023, juntado aos autos 14/08/2023 16:35:51)

Assim, diante do exaurimento de todas as diligências razoavelmente possíveis, da delimitação temporal do objeto, da inexistência de elementos concretos de autoria e materialidade, bem como da ausência de demonstração de dano efetivo ao erário, resta inviabilizada a continuidade do presente feito.

Face ao rol de diligências empreendidas, em que pese a importância da representação na persecução da prática de atos ilícitos, o Ministério Público não vislumbra indícios mínimos de condutas que configuram atos de improbidade administrativa, ou outras irregularidades/ilegalidades aptas a fundamentar qualquer medida judicial.

Por fim, registre-se que, se acaso, de forma subjacente, no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento deste procedimento, surgirem novas provas ou se torne necessário investigar fato novo relevante, os presentes autos poderão ser desarquivados, e, acaso esse lapso temporal já tenha decorrido, poderá ser instaurado novo procedimento, sem prejuízo das provas já colhidas.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, este órgão de execução, com fundamento nos arts. 10 da Resolução n.º 23/07 do CNMP e 18 da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil Público autuado sob o n.º 2023.0000163, pelos motivos e fundamentos acima declinados.

Determino ainda, conforme preconiza o art. 18, § 1º, da Resolução n.° 005/2018, publique-se na imprensa oficial, via Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Tocantins (DOMP).

Em cumprimento às disposições do art. 18, § 3º, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO, dê-se ciência da presente promoção de arquivamento ao denunciante Irinê da Silva e ao Município de Araguaína, por intermédio da Procuradoria-Geral municipal, cientificando-os de que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito civil, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento.

Após efetuada a cientificação, submeta-se esta decisão com os autos eletrônicos, no prazo máximo de 3 (três) dias, à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 9º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 18, § 1º, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO.

As diligências poderão ser encaminhadas por ordem da Assessora Ministerial Karlla Jeandra Rosa da Silva, bem como pelos meios virtuais ou eletrônicos disponíveis, conquanto que, demonstre efetivamente o conhecimento pelas autoridades nominadas do teor do presente documento.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**KAMILLA NAISER LIMA FILIPOWITZ**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920470 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2022.0007066

I - RELATÓRIO

Trata-se de Inquérito Civil Público instaurado com fundamento em representação anônima, encaminhada por meio da Ouvidoria do Ministério Público, noticiando possível irregularidade na contratação direta da empresa G&Q Gestão e Qualidade Consultores Ltda., pelo Município de Araguaína/TO, mediante inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na revisão e formulação dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Magistério, da Saúde e do Quadro Geral dos servidores públicos municipais, ao custo de R$ 111.000,00 (cento e onze mil reais).

Preliminarmente, foram solicitadas informações acerca da mencionada contratação à Prefeitura de Araguaína (evento 4).

Em resposta, foram encaminhados o projeto básico, a apresentação de proposta, os atestados de capacidade técnica, a portaria de inexigibilidade e o contrato (eventos 6 e 8).

Posteriormente, foi solicitada análise técnica ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público (CAOPP), para avaliação dos termos contratuais, com a remessa de informações sobre a legalidade da contratação da pessoa jurídica por inexigibilidade de licitação e a compatibilidade financeira dos serviços contratados com o valor de mercado (evento 11).

Diante da necessidade de continuidade das investigações, instaurou-se Inquérito Civil Público (evento 15).

Ainda, com a Portaria (evento 15), além de reiteração ao CAOPP, encaminhou-se cópia do presente ICP ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), para conhecimento e providências de mister (evento 17).

Em resposta, o TCE informou inexistirem, até então, auditorias sobre o contrato investigado (evento 22).

Por fim, o CAOPP enviou Relatório Técnico n.º 30/2025 (evento 23), em que obteve os seguintes resultado:

1. Quanto à legalidade da licitação: concluiu-se que o processo licitatório ocorreu em conformidade com a legislação à época vigente;
2. Quanto ao valor da contratação: A análise do sistema Sicap-LCO/TCE-TO indicou que o valor contratado pelo Município de Araguaína (R$ 111.000,00) superou em até 122% (cento e vinte e dois por cento) os valores de contratos similares firmados pela mesma empresa com outras prefeituras. Ainda assim, a diferença foi considerada justificável em razão do porte populacional, da complexidade administrativa e da maior demanda técnica do município contratante.

É o relatório.

II – MANIFESTAÇÃO

O Inquérito Civil Público merece ser arquivado.

Inicialmente, cabe ponderar que o artigo 9º da Lei n.º 7.347/851 (Lei da Ação Civil Pública) preconiza que a promoção de arquivamento do inquérito civil ou das peças informativas é cabível tão logo esteja o órgão do Ministério Público convencido da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública.

Dispõe o art. 18, inciso I, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO: Art. 18. O inquérito civil será arquivado: I -



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

diante da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, depois de esgotadas todas as possibilidades de diligências (...).

A presente investigação foi instaurada com o objetivo de apurar possível prática de ato de improbidade administrativa e eventual ocorrência de irregularidade na contratação direta da empresa G&Q Gestão e Qualidade Consultores Ltda., pelo Município de Araguaína, mediante inexigibilidade de licitação, no montante de R$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), tendo como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para revisão e estruturação dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) de servidores das áreas do Magistério, da Saúde e do Quadro Geral da municipalidade.

Após a realização das diligências necessárias à verificação dos fatos que motivaram a presente demanda, não foram identificados indícios mínimos de conduta ímproba ou qualquer comprovação de irregularidades.

Conforme detalhado no Relatório Técnico n.º 30/2025, emitido pelo Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público (CAOPP), não foram identificados vícios formais ou materiais no procedimento de contratação. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada na natureza singular do serviço e na notória especialização da empresa contratada, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, vigente à época dos fatos.

Em atenção à economicidade do contrato, procedeu-se à análise comparativa utilizando dados extraídos do sistema Sicap-LCO do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, com base no CNPJ da empresa contratada. A pesquisa revelou que o valor contratado pelo Município de Araguaína (R$ 111.000,00) superou em 122% (cento e vinte por cento) o valor de contrato firmado com a mesma empresa no Município de Gurupi (R$ 50.000,00), e em 118% (cento e dezoito por cento) o valor de contrato similar celebrado por empresa diversa com o Município de Itacajá.

Não obstante a aparente disparidade percentual, o relatório técnico do CAOPP considerou a diferença de valores plenamente justificável, à luz de fatores objetivos diretamente relacionados às características e demandas específicas do Município de Araguaína.

Com efeito, segundo dados do Censo IBGE de 2022, Araguaína possui população de 171.301 habitantes, enquanto Gurupi conta com 89.574 habitantes, o que representa uma proporção populacional quase duas vezes superior. Essa diferença demográfica, por si só, implica maior complexidade nas estruturas administrativas, volume ampliado de servidores a serem contemplados nos PCCRs, e consequente incremento no escopo técnico demandado da contratada.

Ademais, o objeto do contrato celebrado com Araguaína é notadamente mais abrangente, contemplando a revisão e estruturação de três diferentes planos de carreira (Magistério, Saúde e Quadro Geral), exigindo análise normativa, projeções orçamentárias, compatibilização com legislação federal, além de articulação com múltiplas secretarias e departamentos. Tais elementos impõem maior grau de complexidade técnica e operacional, que naturalmente se refletem no valor do contrato.

Essa variação de custos pode ser justificada não apenas pelo tamanho populacional, mas também pela complexidade administrativa de cada município. Araguaína, sendo uma cidade maior, demanda um volume mais expressivo de serviços especializados, exigindo um planejamento mais detalhado e uma equipe técnica mais robusta para atender às necessidades de adequação dos planos de carreira e remuneração. Além disso, fatores como a estrutura organizacional, o nível de exigência da consultoria e a abrangência das atividades desenvolvidas podem influenciar diretamente o valor contratado, tornando a comparação puramente numérica insuficiente para determinar a razoabilidade dos custos.

Portanto, ao se traçar um paralelo entre os fatos narrados no presente procedimento e os elementos subjetivos exigidos pela Lei de Improbidade Administrativa — a qual visa reprimir condutas praticadas com manifesta intenção lesiva à Administração Pública —, e considerando a inexistência de atos ilegais ou irregulares



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhados de comprovação de má-fé, conclui-se que resta afastada qualquer configuração de improbidade administrativa.

Ademais, para que seja viável o ajuizamento de ação judicial visando à responsabilização, o art. 17, §6º, da mesma lei impõe que a petição inicial:

§ 6º A petição inicial observará o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - deverá individualizar a conduta do réu e apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência das hipóteses dos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei e de sua autoria, salvo impossibilidade devidamente fundamentada; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

II - será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da veracidade dos fatos e do dolo imputado ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições constantes dos arts. 77 e 80 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Dessa forma, ausentes nos autos quaisquer elementos que indiquem fraude, direcionamento, superfaturamento injustificado ou obtenção de vantagem indevida, e considerando a adequação formal e material da contratação, não subsistem fundamentos para o ajuizamento de ação por ato de improbidade administrativa ou qualquer outro tipo de responsabilização civil.

Cumpre ainda registrar que não há nos autos qualquer elemento que desabone a execução contratual. Ao contrário, os serviços foram efetivamente prestados, conforme documentação juntada, sem apontamentos de inadimplemento ou prejuízo à Administração.

Adicionalmente, o Relatório Técnico n.º 030/2025, elaborado pelo CAOPP, confirmou a experiência prévia da contratada, a legalidade da inexigibilidade de licitação e, de forma expressa, a efetiva execução do objeto contratual. Nas palavras do parecer técnico: “De fato, a G&Q exerceu amplamente o trabalho para o qual foi contratada”.

Assim, além de afastada qualquer ilicitude ou irregularidade na contratação, também não se verifica a ocorrência de dano ao erário, o que inviabiliza qualquer pretensão de responsabilização civil ou de ressarcimento.

Sobre esse aspecto, é oportuno destacar que o ordenamento jurídico brasileiro veda o enriquecimento ilícito da Administração Pública, especialmente quando o contratado, ainda que por vício formal não doloso, tenha prestado regularmente o serviço contratado.

Por fim, registre-se que, se acaso, de forma subjacente, no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento deste procedimento, surgirem novas provas ou se torne necessário investigar fato novo relevante, os presentes autos poderão ser desarquivados, e, acaso esse lapso temporal já tenha decorrido, poderá ser instaurado novo procedimento, sem prejuízo das provas já colhidas.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, este órgão de execução, com fundamento nos arts. 10 da Resolução n.º 23/07 do CNMP e 18 da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil Público autuado sob o n.º 2022.0007066, pelos motivos e fundamentos acima declinados.

Determino ainda, conforme preconiza o art. 18, § 1º, da Resolução n.° 005/2018, publique-se na imprensa oficial, via Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Tocantins (DOMP).



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Em cumprimento às disposições do art. 18, § 3º, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO, dê-se ciência da presente promoção de arquivamento à empresa G&Q Gestão e Qualidade Consultores Ltda. e ao Município de Araguaína, por intermédio da Procuradoria-Geral municipal, cientificando-os de que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito civil, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento.

Além disso, considerando tratar-se de denúncia anônima, com fundamento no art. 8º, inciso VII, da Resolução n.º 06/2019 do CPJ, comunique-se à Ouvidoria do MPE/TO, para que o interessado anônimo possa acompanhar o feito.

Após efetuada a cientificação, submeta-se esta decisão com os autos eletrônicos, no prazo máximo de 3 (três) dias, à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 9º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 18, § 1º, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO.

As diligências poderão ser encaminhadas por ordem da Assessora Ministerial Istheffany Pinheiro Silva, bem como pelos meios virtuais ou eletrônicos disponíveis, conquanto que, demonstre efetivamente o conhecimento pelas autoridades nominadas do teor do presente documento.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**KAMILLA NAISER LIMA FILIPOWITZ**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2357/2025**

Procedimento: 2025.0007663

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/1993, 8º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/2008 e art. 4º da Resolução n.º 300/2024 do CNMP; e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público exerce a função de fiscalização das entidades do Terceiro Setor, constituídas por pessoas jurídicas de direito privado com natureza paraestatal, que atuam de forma complementar ao Estado, colaborando na prestação de serviços não exclusivos e suprindo eventuais lacunas, com a finalidade principal de promover a solidariedade social;

CONSIDERANDO que a atuação voluntária das entidades do Terceiro Setor, por meio de ações de caridade, filantropia, proteção ao meio ambiente e outras iniciativas voltadas ao interesse público e social, representa relevante contribuição ao Estado, podendo, por essa razão, receber apoio por meio de recursos públicos para o desenvolvimento de suas atividades e alcance de seus objetivos institucionais;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público o velamento das fundações, por determinação do art. 66 do Código Civil, que assim dispõe: “Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas”;

CONSIDERANDO a relevância, a complexidade e a responsabilidade decorrente da competência do Ministério Público em matéria de Fundações, que envolve a participação nos procedimentos de criação, alteração e extinção dessas entidades e sua fiscalização;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público assegurar que os recursos das fundações sejam efetivamente aplicados na consecução de suas finalidades estatutárias, garantindo-se o interesse público e social;

CONSIDERANDO que o velamento ministerial abrange a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das fundações quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 300/2024 do CNMP sistematizou a atuação do *Parquet* no velamento das fundações, consolidando normas de alcance nacional com vistas à padronização, eficiência e segurança jurídica na fiscalização dessas entidades;

CONSIDERANDO que a referida resolução estabelece expressamente, entre os deveres do órgão ministerial, o acompanhamento da legalidade dos atos de gestão, a análise das prestações de contas, a expedição de recomendações, a apuração de irregularidades e a fiscalização da aplicação dos bens e recursos fundacionais, conforme os arts. 4º e seguintes;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 24 e 25 da Resolução n.º 300/2024, a atribuição veladora do Ministério Público nas hipóteses de filiais ou subsedes limita-se às atividades realizadas localmente, de forma permanente, pela entidade fundacional;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento permanente das atividades da Fundação Pio XII (Hospital de Amor), Filial Araguaína, inscrita no CNPJ sob o n.º 49.150.352/0032-19, registrada em cartório sob o n.º 6880, com sede na Avenida Barcelona, Quadra 137, Lote 01, Loteamento Cidade Nova, em Araguaína-TO, para verificação do cumprimento de suas finalidades estatutárias e da regularidade de seu funcionamento;

CONSIDERANDO a necessidade de verificação contínua da regularidade da atuação da referida filial, notadamente quanto à conformidade de suas ações com os fins estatutários e à correta aplicação de recursos públicos ou privados vinculados à unidade instalada em Araguaína-TO;

RESOLVE instaurar Procedimento Administrativo, conforme preleciona o art. 8º da Resolução n.º 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n.º 005/18 do CSMP/TO, considerando como elementos que subsidiam a medida, o seguinte:

1 - Objeto:

1.1 – Acompanhar e fiscalizar o funcionamento da filial da Fundação Pio XII (Hospital de Amor), localizada em Araguaína-TO, no que se refere às atividades desenvolvidas localmente, à observância dos fins estatutários e à destinação dos recursos públicos ou privados vinculados à sua operação na referida unidade.

2 - Diligências:

Determino a realização das seguintes diligências:

a) Registre-se e autue-se a presente Portaria;

b) Designo os agentes públicos lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar o feito;

c) Efetue-se a publicação integral da portaria inaugural do presente Procedimento Preparatório, no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP), conforme preconiza o art. 12, inciso V, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO, por intermédio do sistema *Integrar-e*;

d) Cientifique-se o E. Conselho Superior do Ministério Público, por intermédio do sistema *Integrar-e*, dando-lhe conhecimento acerca da instauração do presente Procedimento Administrativo, conforme determina o art. 12, inciso VI, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO;

e) Solicite-se à Fundação Pio XII (Hospital de Amor) que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe os seguintes documentos e informações:

e.1) Estrutura organizacional da unidade de Araguaína, com indicação dos responsáveis locais;

e.2) Relação dos projetos, ações e atendimentos executados na filial nos últimos 3 (três) anos, com respectivos dados quantitativos e qualitativos;

e.3) Informações sobre os recursos recebidos pela filial, sejam de natureza pública ou privada, bem como sua destinação;

e.4) Relatório circunstanciado de atividades da unidade de Araguaína referente ao último exercício;

e.5) Cópia das prestações de contas, se houver, enviadas pela filial à sede da fundação ou a outros órgãos de controle;

e.6) Informações sobre eventuais convênios, termos de colaboração ou contratos de gestão firmados com o Poder Público para atendimento na unidade local.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

As diligências poderão ser encaminhadas por ordem da Assessora Ministerial Karlla Jeandra Rosa da Silva, bem como pelos meios virtuais ou eletrônicos disponíveis, conquanto que, efetivamente demonstre o conhecimento pelas autoridades nominadas do teor do presente documento.

Junte ao ofício cópia da presente Portaria de Instauração.

Após, venham-me os autos conclusos para análise.

Cumpra-se.

**Anexos**

Anexo I - Documento Fundações.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/7e8d4a06d4e7f2dae9f9403ce26578bf

MD5: 7e8d4a06d4e7f2dae9f9403ce26578bf

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**KAMILLA NAISER LIMA FILIPOWITZ**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2327/2025

Procedimento: 2025.0007600

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 19-A do ECA, que estabelece que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, para que seja formalizado o procedimento judicial;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 485/2023, que estabelece diretrizes concernentes ao atendimento de gestantes ou parturientes por equipe interprofissional do Poder Judiciário ou servidor habilitado, em ambiente que salvaguarde a privacidade, mediante escuta qualificada e isenta de constrangimentos ou prejulgamentos;

CONSIDERANDO que conforme disposto no artigo 2º da Resolução nº 485/2023, a gestante ou parturiente que manifestar o desejo de entregar o filho para adoção (antes ou logo após o nascimento) em hospitais, maternidades, unidades de saúde, conselhos tutelares, CRAS, CREAS, escolas ou outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, será encaminhada, sem constrangimento, à Vara da Infância e Juventude, onde será formalizado o procedimento judicial e designada avaliação pela equipe interprofissional;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à gestante ou parturiente o direito ao sigilo do nascimento, inclusive em relação aos membros da família extensa e pai indicado, bem como o direito à assistência da rede de proteção e o direito de atribuir nome à criança (artigo 19-A, § 9º);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância dos princípios da proteção integral e prioritária, da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

responsabilidade primária e solidária do poder público, da intervenção precoce e mínima e da prevalência da família, previstos no art. 100 do ECA;

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições.

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação e a efetividade do fluxo de atendimento à gestante ou parturiente que manifeste o desejo de entregar o filho (a) para adoção no Município de Nova Olinda, com o objetivo de garantir a conformidade dos procedimentos com o art. 19-A do ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023, assegurar a proteção integral da criança e os direitos da mulher e coibir a prática de adoções irregulares.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Olinda, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os serviços de saúde oferecidos à gestante e parturiente, incluindo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com ênfase na atenção psicossocial e no apoio à saúde mental;

ii) A existência de protocolo específico para o atendimento de casos de entrega voluntária, com a definição de fluxos e responsabilidades entre os profissionais de saúde;

iii) A garantia do sigilo das informações da gestante ou parturiente, especialmente em relação à sua decisão de entregar o filho para adoção, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Resolução CNJ n. 485/2023 e no art. 19-A, § 9º do ECA;

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança.

2. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Olinda, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os programas e serviços de apoio à gestante e parturiente em situação de vulnerabilidade, incluindo o acesso a benefícios sociais e o acompanhamento psicossocial;

ii) A existência de serviços de acolhimento institucional ou em família acolhedora para a criança, em conformidade com o ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023;

iii) O atendimento prestado às gestantes e parturientes em situação de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento psicossocial e o acesso a benefícios sociais;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança;

3. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar de Nova Olinda, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a atuação do órgão nos casos de entrega voluntária, especialmente na garantia dos direitos da criança e na fiscalização do cumprimento da legislação;

4. Cumpra-se, por ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2322/2025

Procedimento: 2025.0007595

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 19-A do ECA, que estabelece que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, para que seja formalizado o procedimento judicial;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 485/2023, que estabelece diretrizes concernentes ao atendimento de gestantes ou parturientes por equipe interprofissional do Poder Judiciário ou servidor habilitado, em ambiente que salvaguarde a privacidade, mediante escuta qualificada e isenta de constrangimentos ou prejulgamentos;

CONSIDERANDO que conforme disposto no artigo 2º da Resolução nº 485/2023, a gestante ou parturiente que manifestar o desejo de entregar o filho para adoção (antes ou logo após o nascimento) em hospitais, maternidades, unidades de saúde, conselhos tutelares, CRAS, CREAS, escolas ou outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, será encaminhada, sem constrangimento, à Vara da Infância e Juventude, onde será formalizado o procedimento judicial e designada avaliação pela equipe interprofissional;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à gestante ou parturiente o direito ao sigilo do nascimento, inclusive em relação aos membros da família extensa e pai indicado, bem como o direito à assistência da rede de proteção e o direito de atribuir nome à criança (artigo 19-A, § 9º);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância dos princípios da proteção integral e prioritária, da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

responsabilidade primária e solidária do poder público, da intervenção precoce e mínima e da prevalência da família, previstos no art. 100 do ECA;

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições.

RESOLVE:
Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação e a efetividade do fluxo de atendimento à gestante ou parturiente que manifeste o desejo de entregar o filho(a) para adoção no Município de Araguaína, com o objetivo de garantir a conformidade dos procedimentos com o art. 19-A do ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023, assegurar a proteção integral da criança e os direitos da mulher e coibir a prática de adoções irregulares.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os serviços de saúde oferecidos à gestante e parturiente, incluindo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com ênfase na atenção psicossocial e no apoio à saúde mental;

ii) A existência de protocolo específico para o atendimento de casos de entrega voluntária, com a definição de fluxos e responsabilidades entre os profissionais de saúde;

iii) A garantia do sigilo das informações da gestante ou parturiente, especialmente em relação à sua decisão de entregar o filho para adoção, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Resolução CNJ n. 485/2023 e no art. 19-A, § 9º do ECA;

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança.

2. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Araguaína, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os programas e serviços de apoio à gestante e parturiente em situação de vulnerabilidade, incluindo o acesso a benefícios sociais e o acompanhamento psicossocial;

ii) A existência de serviços de acolhimento institucional ou em família acolhedora para a criança, em conformidade com o ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023;

iii) O atendimento prestado às gestantes e parturientes em situação de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento psicossocial e o acesso a benefícios sociais;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança;

3. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar de Araguaína, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a atuação do órgão nos casos de entrega voluntária, especialmente na garantia dos direitos da criança e na fiscalização do cumprimento da legislação;

4. Expeça-se ofício à direção do Hospital e Maternidade Dom Orione, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a atuação da maternidade nos casos de entrega voluntária;
5. Cumpra-se, por ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2324/2025

Procedimento: 2025.0007597

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 19-A do ECA, que estabelece que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, para que seja formalizado o procedimento judicial;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 485/2023, que estabelece diretrizes concernentes ao atendimento de gestantes ou parturientes por equipe interprofissional do Poder Judiciário ou servidor habilitado, em ambiente que salvaguarde a privacidade, mediante escuta qualificada e isenta de constrangimentos ou prejulgamentos;

CONSIDERANDO que conforme disposto no artigo 2º da Resolução nº 485/2023, a gestante ou parturiente que manifestar o desejo de entregar o filho para adoção (antes ou logo após o nascimento) em hospitais, maternidades, unidades de saúde, conselhos tutelares, CRAS, CREAS, escolas ou outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, será encaminhada, sem constrangimento, à Vara da Infância e Juventude, onde será formalizado o procedimento judicial e designada avaliação pela equipe interprofissional;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à gestante ou parturiente o direito ao sigilo do nascimento, inclusive em relação aos membros da família extensa e pai indicado, bem como o direito à assistência da rede de proteção e o direito de atribuir nome à criança (artigo 19-A, § 9º);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância dos princípios da proteção integral e prioritária, da responsabilidade primária e solidária do poder público, da intervenção precoce e mínima e da prevalência da família, previstos no art. 100 do ECA;

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições.

RESOLVE:
Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação e a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

efetividade do fluxo de atendimento à gestante ou parturiente que manifeste o desejo de entregar o filho(a) para adoção no Município de Muricilândia, com o objetivo de garantir a conformidade dos procedimentos com o art. 19-A do ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023, assegurar a proteção integral da criança e os direitos da mulher e coibir a prática de adoções irregulares.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Muricilândia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os serviços de saúde oferecidos à gestante e parturiente, incluindo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com ênfase na atenção psicossocial e no apoio à saúde mental;

ii) A existência de protocolo específico para o atendimento de casos de entrega voluntária, com a definição de fluxos e responsabilidades entre os profissionais de saúde;

iii) A garantia do sigilo das informações da gestante ou parturiente, especialmente em relação à sua decisão de entregar o filho para adoção, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Resolução CNJ n. 485/2023 e no art. 19-A, § 9º do ECA;

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança.

2. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Muricilândia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os programas e serviços de apoio à gestante e parturiente em situação de vulnerabilidade, incluindo o acesso a benefícios sociais e o acompanhamento psicossocial;

ii) A existência de serviços de acolhimento institucional ou em família acolhedora para a criança, em conformidade com o ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023;

iii) O atendimento prestado às gestantes e parturientes em situação de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento psicossocial e o acesso a benefícios sociais;

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança;

3. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar de Muricilândia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a atuação do órgão nos casos de entrega voluntária, especialmente na garantia dos direitos da criança e na fiscalização do cumprimento da legislação;

4. Cumpra-se, por ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2323/2025

Procedimento: 2025.0007596

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 19-A do ECA, que estabelece que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, para que seja formalizado o procedimento judicial;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 485/2023, que estabelece diretrizes concernentes ao atendimento de gestantes ou parturientes por equipe interprofissional do Poder Judiciário ou servidor habilitado, em ambiente que salvaguarde a privacidade, mediante escuta qualificada e isenta de constrangimentos ou prejulgamentos;

CONSIDERANDO que conforme disposto no artigo 2º da Resolução nº 485/2023, a gestante ou parturiente que manifestar o desejo de entregar o filho para adoção (antes ou logo após o nascimento) em hospitais, maternidades, unidades de saúde, conselhos tutelares, CRAS, CREAS, escolas ou outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, será encaminhada, sem constrangimento, à Vara da Infância e Juventude, onde será formalizado o procedimento judicial e designada avaliação pela equipe interprofissional;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à gestante ou parturiente o direito ao sigilo do nascimento, inclusive em relação aos membros da família extensa e pai indicado, bem como o direito à assistência da rede de proteção e o direito de atribuir nome à criança (artigo 19-A, § 9º);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância dos princípios da proteção integral e prioritária, da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

responsabilidade primária e solidária do poder público, da intervenção precoce e mínima e da prevalência da família, previstos no art. 100 do ECA;

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições.

RESOLVE:
Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação e a efetividade do fluxo de atendimento à gestante ou parturiente que manifeste o desejo de entregar o filho(a) para adoção no Município de Carmolândia, com o objetivo de garantir a conformidade dos procedimentos com o art. 19-A do ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023, assegurar a proteção integral da criança e os direitos da mulher e coibir a prática de adoções irregulares.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Carmolândia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os serviços de saúde oferecidos à gestante e parturiente, incluindo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com ênfase na atenção psicossocial e no apoio à saúde mental;

ii) A existência de protocolo específico para o atendimento de casos de entrega voluntária, com a definição de fluxos e responsabilidades entre os profissionais de saúde;

iii) A garantia do sigilo das informações da gestante ou parturiente, especialmente em relação à sua decisão de entregar o filho para adoção, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Resolução CNJ n. 485/2023 e no art. 19-A, § 9º do ECA;

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança.

2. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Carmolândia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os programas e serviços de apoio à gestante e parturiente em situação de vulnerabilidade, incluindo o acesso a benefícios sociais e o acompanhamento psicossocial;

ii) A existência de serviços de acolhimento institucional ou em família acolhedora para a criança, em conformidade com o ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023;

iii) O atendimento prestado às gestantes e parturientes em situação de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento psicossocial e o acesso a benefícios sociais;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança;

3. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar de Carmolândia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a atuação do órgão nos casos de entrega voluntária, especialmente na garantia dos direitos da criança e na fiscalização do cumprimento da legislação;

4. Cumpra-se, por ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2326/2025

Procedimento: 2025.0007599

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 19-A do ECA, que estabelece que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, para que seja formalizado o procedimento judicial;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 485/2023, que estabelece diretrizes concernentes ao atendimento de gestantes ou parturientes por equipe interprofissional do Poder Judiciário ou servidor habilitado, em ambiente que salvaguarde a privacidade, mediante escuta qualificada e isenta de constrangimentos ou prejulgamentos;

CONSIDERANDO que conforme disposto no artigo 2º da Resolução nº 485/2023, a gestante ou parturiente que manifestar o desejo de entregar o filho para adoção (antes ou logo após o nascimento) em hospitais, maternidades, unidades de saúde, conselhos tutelares, CRAS, CREAS, escolas ou outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, será encaminhada, sem constrangimento, à Vara da Infância e Juventude, onde será formalizado o procedimento judicial e designada avaliação pela equipe interprofissional;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à gestante ou parturiente o direito ao sigilo do nascimento, inclusive em relação aos membros da família extensa e pai indicado, bem como o direito à assistência da rede de proteção e o direito de atribuir nome à criança (artigo 19-A, § 9º);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância dos princípios da proteção integral e prioritária, da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

responsabilidade primária e solidária do poder público, da intervenção precoce e mínima e da prevalência da família, previstos no art. 100 do ECA;

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições.

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação e a efetividade do fluxo de atendimento à gestante ou parturiente que manifeste o desejo de entregar o filho (a) para adoção no Município de Aragominas, com o objetivo de garantir a conformidade dos procedimentos com o art. 19-A do ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023, assegurar a proteção integral da criança e os direitos da mulher e coibir a prática de adoções irregulares.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Aragominas, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os serviços de saúde oferecidos à gestante e parturiente, incluindo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com ênfase na atenção psicossocial e no apoio à saúde mental;

ii) A existência de protocolo específico para o atendimento de casos de entrega voluntária, com a definição de fluxos e responsabilidades entre os profissionais de saúde;

iii) A garantia do sigilo das informações da gestante ou parturiente, especialmente em relação à sua decisão de entregar o filho para adoção, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Resolução CNJ n. 485/2023 e no art. 19-A, § 9º do ECA;

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança.

2. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Aragominas, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os programas e serviços de apoio à gestante e parturiente em situação de vulnerabilidade, incluindo o acesso a benefícios sociais e o acompanhamento psicossocial;

ii) A existência de serviços de acolhimento institucional ou em família acolhedora para a criança, em conformidade com o ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023;

iii) O atendimento prestado às gestantes e parturientes em situação de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento psicossocial e o acesso a benefícios sociais;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança;

3. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar de Aragominas, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a atuação do órgão nos casos de entrega voluntária, especialmente na garantia dos direitos da criança e na fiscalização do cumprimento da legislação;

4. Cumpra-se, por ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2325/2025

Procedimento: 2025.0007598

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 19-A do ECA, que estabelece que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, para que seja formalizado o procedimento judicial;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 485/2023, que estabelece diretrizes concernentes ao atendimento de gestantes ou parturientes por equipe interprofissional do Poder Judiciário ou servidor habilitado, em ambiente que salvaguarde a privacidade, mediante escuta qualificada e isenta de constrangimentos ou prejulgamentos;

CONSIDERANDO que conforme disposto no artigo 2º da Resolução nº 485/2023, a gestante ou parturiente que manifestar o desejo de entregar o filho para adoção (antes ou logo após o nascimento) em hospitais, maternidades, unidades de saúde, conselhos tutelares, CRAS, CREAS, escolas ou outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, será encaminhada, sem constrangimento, à Vara da Infância e Juventude, onde será formalizado o procedimento judicial e designada avaliação pela equipe interprofissional;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à gestante ou parturiente o direito ao sigilo do nascimento, inclusive em relação aos membros da família extensa e pai indicado, bem como o direito à assistência da rede de proteção e o direito de atribuir nome à criança (artigo 19-A, § 9º);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância dos princípios da proteção integral e prioritária, da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

responsabilidade primária e solidária do poder público, da intervenção precoce e mínima e da prevalência da família, previstos no art. 100 do ECA;

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições.

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação e a efetividade do fluxo de atendimento à gestante ou parturiente que manifeste o desejo de entregar o filho (a) para adoção no Município de Santa Fé do Araguaia, com o objetivo de garantir a conformidade dos procedimentos com o art. 19-A do ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023, assegurar a proteção integral da criança e os direitos da mulher e coibir a prática de adoções irregulares.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Santa Fé do Araguaia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os serviços de saúde oferecidos à gestante e parturiente, incluindo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com ênfase na atenção psicossocial e no apoio à saúde mental;

ii) A existência de protocolo específico para o atendimento de casos de entrega voluntária, com a definição de fluxos e responsabilidades entre os profissionais de saúde;

iii) A garantia do sigilo das informações da gestante ou parturiente, especialmente em relação à sua decisão de entregar o filho para adoção, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Resolução CNJ n. 485/2023 e no art. 19-A, § 9º do ECA;

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança.

2. Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Fé do Araguaia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações detalhadas sobre:

i) Os programas e serviços de apoio à gestante e parturiente em situação de vulnerabilidade, incluindo o acesso a benefícios sociais e o acompanhamento psicossocial;

ii) A existência de serviços de acolhimento institucional ou em família acolhedora para a criança, em conformidade com o ECA e a Resolução CNJ n. 485/2023;

iii) O atendimento prestado às gestantes e parturientes em situação de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento psicossocial e o acesso a benefícios sociais;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

iv) A forma de articulação com os demais órgãos da rede de proteção para o atendimento integral da mulher e da criança;

3. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar de Santa Fé do Araguaia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informe a atuação do órgão nos casos de entrega voluntária, especialmente na garantia dos direitos da criança e na fiscalização do cumprimento da legislação;

4. Cumpra-se, por ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2316/2025**

Procedimento: 2025.0007587

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993, e demais dispositivos pertinentes,

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou ao membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que "V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a "precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública", a "preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas" e a "destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente" (art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo assegurado mediante a garantia de padrão de qualidade e gestão democrática, nos termos do art. 206 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, especialmente o seu art. 10, que impõe aos entes federados a responsabilidade de observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e as diretrizes, metas e estratégias dos respectivos planos de educação;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente órgãos deliberativos e controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que, tanto os CMDCAs quanto os CTs devem participar ativamente desse processo de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

elaboração das propostas de Leis Orçamentárias para que possam ter políticas públicas consistentes e capazes de prevenir e enfrentar os problemas que afetam a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

CONSDERRANDO que O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público, por meio dele são definidas as estratégias e rumos que se deseja atingir, o que é essencial para organizar e orientar a atuação da administração pública, de modo que se tenha clareza quanto aos objetivos, ações e metas a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e o plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

CONSIDERANDO que a efetivação do direito à educação de qualidade exige não apenas a elaboração dos planos de educação, mas também a previsão de recursos orçamentários suficientes e adequados para sua execução;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação proativa e preventiva do Ministério Público no acompanhamento da alocação e execução dos recursos públicos voltados à educação, em especial no contexto da elaboração das leis orçamentárias municipais (PPA, LDO e LOA), bem como verificar a previsão e execução orçamentária das ações vinculadas à educação, especialmente aquelas relacionadas às metas do PME e do PNE; promover a interlocução com os órgãos municipais competentes, conselhos de educação e demais entidades envolvidas na elaboração e controle social das políticas públicas educacionais; requisitar informações e documentos pertinentes ao processo de planejamento e execução orçamentária no âmbito da educação e adotar, se necessário, medidas extrajudiciais ou judiciais para garantir o adequado financiamento das políticas públicas educacionais no Município.

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar o processo de elaboração e execução das leis orçamentárias do Município de Araguaína/TO, de modo a verificar a compatibilidade entre as dotações consignadas e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do respectivo Plano Municipal de Educação (PME), conforme previsto no art. 10 da Lei nº 13.005/2014.

1. Oficie-se aos Conselhos Tutelares e ao CMDCA de Araguaína solicitando informações sobre sua efetiva participação no processo de elaboração do PPA 2026-2029;
2. Oficie-se ao CMDCA solicitando cópia dos últimos Planos Decenais aprovados pelo Colegiado;
3. Após as respostas dos itens 1 e 2, oficie-se ao Prefeito de Araguaína solicitando que as ações e metas previstas nos Planos Decenais sejam incorporados às propostas de Leis Orçamentárias, a começar pelo PPA, em consonância com a “garantia de prioridade” preconizada pelo art. 4, parágrafo único do ECA, que frisa a “preferência na elaboração e execução de políticas públicas” e na “destinação privilegiada de recursos públicos”. Ademais, questione-se ainda de que forma se dará a participação social na elaboração do Plano Plurianual Municipal, sendo as mais comuns as audiências públicas e as consultas públicas, inclusive com a utilização de plataformas digitais.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

4. Oficie-se ao(à) Prefeito(a) Municipal e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, requisitando, no prazo de 20 dias, as seguintes informações e documentos:

a) Cópias das versões mais recentes do PPA, LDO e LOA, com destaque para as ações relacionadas à educação;
b) Relatório de execução orçamentária das ações educacionais referentes ao exercício vigente;
c) Estratégias adotadas para assegurar a compatibilidade entre o orçamento e o Plano Municipal de Educação;
d) Cronograma de revisão e monitoramento do PME.

5. Cientifique-se o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do Fundeb acerca da instauração do presente procedimento, convidando-os a acompanhar seus desdobramentos e colaborar com informações e sugestões pertinentes.

Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, à conclusão.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2315/2025**

Procedimento: 2025.0007586

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993, e demais dispositivos pertinentes,

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou ao membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que "V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a "precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública", a "preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas" e a "destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente" (art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo assegurado mediante a garantia de padrão de qualidade e gestão democrática, nos termos do art. 206 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, especialmente o seu art. 10, que impõe aos entes federados a responsabilidade de observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e as diretrizes, metas e estratégias dos respectivos planos de educação;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente órgãos deliberativos e controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que, tanto os CMDCAs quanto os CTs devem participar ativamente desse processo de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

elaboração das propostas de Leis Orçamentárias para que possam ter políticas públicas consistentes e capazes de prevenir e enfrentar os problemas que afetam a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

CONSDERRANDO que O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público, por meio dele são definidas as estratégias e rumos que se deseja atingir, o que é essencial para organizar e orientar a atuação da administração pública, de modo que se tenha clareza quanto aos objetivos, ações e metas a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e o plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

CONSIDERANDO que a efetivação do direito à educação de qualidade exige não apenas a elaboração dos planos de educação, mas também a previsão de recursos orçamentários suficientes e adequados para sua execução;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação proativa e preventiva do Ministério Público no acompanhamento da alocação e execução dos recursos públicos voltados à educação, em especial no contexto da elaboração das leis orçamentárias municipais (PPA, LDO e LOA), bem como verificar a previsão e execução orçamentária das ações vinculadas à educação, especialmente aquelas relacionadas às metas do PME e do PNE; promover a interlocução com os órgãos municipais competentes, conselhos de educação e demais entidades envolvidas na elaboração e controle social das políticas públicas educacionais; requisitar informações e documentos pertinentes ao processo de planejamento e execução orçamentária no âmbito da educação e adotar, se necessário, medidas extrajudiciais ou judiciais para garantir o adequado financiamento das políticas públicas educacionais no Município.

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar o processo de elaboração e execução das leis orçamentárias do Município de Nova Olinda/TO, de modo a verificar a compatibilidade entre as dotações consignadas e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do respectivo Plano Municipal de Educação (PME), conforme previsto no art. 10 da Lei nº 13.005/2014.

1. Oficie-se aos Conselho Tutelar e ao CMDCA de Nova Olinda solicitando informações sobre sua efetiva participação no processo de elaboração do PPA 2026-2029;
2. Oficie-se ao CMDCA solicitando cópia dos últimos Planos Decenais aprovados pelo Colegiado;
3. Após as respostas dos itens 1 e 2, oficie-se ao Prefeito solicitando que as ações e metas previstas nos Planos Decenais sejam incorporados às propostas de Leis Orçamentárias, a começar pelo PPA, em consonância com a “garantia de prioridade” preconizada pelo art. 4, parágrafo único do ECA, que frisa a “preferência na elaboração e execução de políticas públicas” e na “destinação privilegiada de recursos públicos”. Ademais, informe de que forma se dará a participação social na elaboração do Plano Plurianual Municipal, sendo as mais comuns as audiências públicas e as consultas públicas, inclusive com a utilização de plataformas digitais.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

4. Oficie-se ao(à) Prefeito(a) Municipal e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, requisitando, no prazo de 20 dias, as seguintes informações e documentos:

a) Cópias das versões mais recentes do PPA, LDO e LOA, com destaque para as ações relacionadas à educação;
b) Relatório de execução orçamentária das ações educacionais referentes ao exercício vigente;
c) Estratégias adotadas para assegurar a compatibilidade entre o orçamento e o Plano Municipal de Educação;
d) Cronograma de revisão e monitoramento do PME.

5. Cientifique-se o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do Fundeb acerca da instauração do presente procedimento, convidando-os a acompanhar seus desdobramentos e colaborar com informações e sugestões pertinentes.

Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, à conclusão.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2314/2025**

Procedimento: 2025.0007583

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo-se, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO o teor do art. 4º da Resolução CNMP nº 105/2014, o qual estabelece que compete ao Ministério Público zelar para que os municípios elaborem e implementem políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes, abrangendo, ainda, a qualificação profissional e a inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho, bem como a geração de renda para famílias carentes;

CONSIDERANDO a determinação oriunda da Correição Ordinária realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2024, que estabeleceu a necessidade de atuação prioritária da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na tutela dos direitos de crianças e adolescentes, notadamente no que concerne à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento da implementação de políticas públicas no Município de Nova Olinda/TO, com o objetivo de assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente e fomentar o desenvolvimento social e econômico das famílias,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação à tabela unificada de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), exigindo a conversão deste expediente em um procedimento mais adequado, tal como procedimento preparatório, inquérito civil ou procedimento administrativo, podendo, ainda, subsidiar futura ação civil pública ou, eventualmente, ser objeto de arquivamento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a implementação, pelo Município de Nova Olinda/TO, de políticas públicas direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de Nova Olinda/TO, a fim de que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente informações concernentes às políticas públicas existentes direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes, incluindo:

a) Legislação municipal pertinente;

b) Programas e projetos em execução;

c) Orçamento destinado às políticas públicas;

d) Resultados alcançados;

e) Demandas existentes e desafios a serem enfrentados.

2. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar para que no prazo de 20 (vinte) dias, informe o fluxo de atendimento adotado, em casos de constatação de trabalho infantil.

Cumpra-se de ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2313/2025**

Procedimento: 2025.0007582

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo-se, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO o teor do art. 4º da Resolução CNMP nº 105/2014, o qual estabelece que compete ao Ministério Público zelar para que os municípios elaborem e implementem políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes, abrangendo, ainda, a qualificação profissional e a inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho, bem como a geração de renda para famílias carentes;

CONSIDERANDO a determinação oriunda da Correição Ordinária realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2024, que estabeleceu a necessidade de atuação prioritária da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na tutela dos direitos de crianças e adolescentes, notadamente no que concerne à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento da implementação de políticas públicas no Município de Aragominas/TO, com o objetivo de assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente e fomentar o desenvolvimento social e econômico das famílias,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação à tabela unificada de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), exigindo a conversão deste expediente em um procedimento mais adequado, tal como procedimento preparatório, inquérito civil ou procedimento administrativo, podendo, ainda, subsidiar futura ação civil pública ou, eventualmente, ser objeto de arquivamento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a implementação, pelo Município de Aragominas/TO, de políticas públicas direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de Aragominas/TO, a fim de que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente informações concernentes às políticas públicas existentes direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes, incluindo:

a) Legislação municipal pertinente;

b) Programas e projetos em execução;

c) Orçamento destinado às políticas públicas;

d) Resultados alcançados;

e) Demandas existentes e desafios a serem enfrentados.

2. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar para que no prazo de 20 (vinte) dias, informe o fluxo de atendimento adotado, em casos de constatação de trabalho infantil.

Cumpra-se de ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2312/2025**

Procedimento: 2025.0007581

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo-se, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO o teor do art. 4º da Resolução CNMP nº 105/2014, o qual estabelece que compete ao Ministério Público zelar para que os municípios elaborem e implementem políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes, abrangendo, ainda, a qualificação profissional e a inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho, bem como a geração de renda para famílias carentes;

CONSIDERANDO a determinação oriunda da Correição Ordinária realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2024, que estabeleceu a necessidade de atuação prioritária da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na tutela dos direitos de crianças e adolescentes, notadamente no que concerne à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento da implementação de políticas públicas no Município de Santa Fé do Araguaia/TO, com o objetivo de assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente e fomentar o desenvolvimento social e econômico das famílias,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação à tabela unificada de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), exigindo a conversão deste expediente em um procedimento mais adequado, tal como procedimento preparatório, inquérito civil ou procedimento administrativo, podendo, ainda, subsidiar futura ação civil pública ou, eventualmente, ser objeto de arquivamento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a implementação, pelo Município de Santa Fé do Araguaia/TO, de políticas públicas direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de Santa Fé do Araguaia/TO, a fim de que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente informações concernentes às políticas públicas existentes direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes, incluindo:

a) Legislação municipal pertinente;

b) Programas e projetos em execução;

c) Orçamento destinado às políticas públicas;

d) Resultados alcançados;

e) Demandas existentes e desafios a serem enfrentados.

2. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar para que no prazo de 20 (vinte) dias, informe o fluxo de atendimento adotado, em casos de constatação de trabalho infantil.

Cumpra-se de ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2311/2025**

Procedimento: 2025.0007580

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo-se, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO o teor do art. 4º da Resolução CNMP nº 105/2014, o qual estabelece que compete ao Ministério Público zelar para que os municípios elaborem e implementem políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes, abrangendo, ainda, a qualificação profissional e a inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho, bem como a geração de renda para famílias carentes;

CONSIDERANDO a determinação oriunda da Correição Ordinária realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2024, que estabeleceu a necessidade de atuação prioritária da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na tutela dos direitos de crianças e adolescentes, notadamente no que concerne à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento da implementação de políticas públicas no Município de Muricilândia/TO, com o objetivo de assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente e fomentar o desenvolvimento social e econômico das famílias,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação à tabela unificada de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), exigindo a conversão deste expediente em um procedimento mais adequado, tal como procedimento preparatório, inquérito civil ou procedimento administrativo, podendo, ainda, subsidiar futura ação civil pública ou, eventualmente, ser objeto de arquivamento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a implementação, pelo Município de Muricilândia/TO, de políticas públicas direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de Muricilândia/TO, a fim de que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente informações concernentes às políticas públicas existentes direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes, incluindo:

a) Legislação municipal pertinente;

b) Programas e projetos em execução;

c) Orçamento destinado às políticas públicas;

d) Resultados alcançados;

e) Demandas existentes e desafios a serem enfrentados.

2. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar para que no prazo de 20 (vinte) dias, informe o fluxo de atendimento adotado, em casos de constatação de trabalho infantil.

Cumpra-se de ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2309/2025**

Procedimento: 2025.0007579

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo-se, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO o teor do art. 4º da Resolução CNMP nº 105/2014, o qual estabelece que compete ao Ministério Público zelar para que os municípios elaborem e implementem políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes, abrangendo, ainda, a qualificação profissional e a inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho, bem como a geração de renda para famílias carentes;

CONSIDERANDO a determinação oriunda da Correição Ordinária realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2024, que estabeleceu a necessidade de atuação prioritária da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na tutela dos direitos de crianças e adolescentes, notadamente no que concerne à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento da implementação de políticas públicas no Município de Araguaína/TO, com o objetivo de assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente e fomentar o desenvolvimento social e econômico das famílias,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação à tabela unificada de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), exigindo a conversão deste expediente em um procedimento mais adequado, tal como procedimento preparatório, inquérito civil ou procedimento administrativo, podendo, ainda, subsidiar futura ação civil pública ou, eventualmente, ser objeto de arquivamento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a implementação, pelo Município de Araguaína/TO, de políticas públicas direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de Araguaína/TO, a fim de que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente informações concernentes às políticas públicas existentes direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes, incluindo:

a) Legislação municipal pertinente;

b) Programas e projetos em execução;

c) Orçamento destinado às políticas públicas;

d) Resultados alcançados;

e) Demandas existentes e desafios a serem enfrentados.

2. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar para que no prazo de 20 (vinte) dias, informe o fluxo de atendimento adotado, em casos de constatação de trabalho infantil.

Cumpra-se de ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2376/2025**

Procedimento: 2025.0007719

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF);

CONSIDERANDO que o atendimento educacional especializado é um direito assegurado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 58 da Lei nº 9.394/1996 (LDB);

CONSIDERANDO os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015, que orientam os membros do Ministério Público a promover, junto aos órgãos e entidades responsáveis, a efetiva implementação do atendimento educacional especializado, com elaboração e execução de plano individual de atendimento por profissional habilitado, de forma complementar, suplementar e integrada ao ensino regular;

CONSIDERANDO a existência de indícios de insuficiência na oferta de serviços e atendimentos especializados, inclusive quanto à elaboração e execução de planos de atendimento individualizado, comprometedores da superação das barreiras de aprendizagem e da efetivação do direito à educação inclusiva;

CONSIDERANDO a necessidade de: a) Verificar a existência e suficiência de profissionais habilitados para o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino; b) Acompanhar a elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado, voltados às necessidades específicas de cada estudante; c) Fiscalizar a oferta de serviços de apoio, recursos pedagógicos e de acessibilidade que garantam a plena participação e aprendizagem dos estudantes na rede regular de ensino; d) Promover articulação interinstitucional com os sistemas de ensino, Conselhos de Educação, Secretarias de Educação, Conselhos Tutelares, entre outros, visando à efetivação da política pública de educação inclusiva; e e) Adotar medidas extrajudiciais e, se necessário, judiciais, para a superação de omissões e violações ao direito fundamental à educação.

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e fomentar a atuação do Estado na implementação efetiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em consonância com os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015 nas escolas municipais de Araguaína.

1. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do procedimento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

2. Publique-se no Diário Oficial para publicizar a presente portaria;
3. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação de Araguaína para que, no prazo de (15 dias), informem:

a) A quantidade de estudantes público-alvo da educação especial matriculados na rede de ensino municipal;

b) A existência de profissionais habilitados em educação especial lotados nas unidades escolares municipais;

c) A política adotada para elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado as escolas municipais;

d) Os recursos de acessibilidade e apoio disponíveis nas unidades escolares municipais;

Ficam designados os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar os trabalhos e registrar os atos do procedimento no sistema e-Ext.

Os ofícios/diligências deverão ser expedidos por ordem e instruídos com a presente portaria.

Registre-se. Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2308/2025**

Procedimento: 2025.0007578

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução n.º 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO); e

CONSIDERANDO a incumbência do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal), bem como o dever institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes que lastreia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo-se, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO o teor do art. 4º da Resolução CNMP nº 105/2014, o qual estabelece que compete ao Ministério Público zelar para que os municípios elaborem e implementem políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes, abrangendo, ainda, a qualificação profissional e a inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho, bem como a geração de renda para famílias carentes;

CONSIDERANDO a determinação oriunda da Correição Ordinária realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2024, que estabeleceu a necessidade de atuação prioritária da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na tutela dos direitos de crianças e adolescentes, notadamente no que concerne à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento da implementação de políticas públicas no Município de Carmolândia/TO, com o objetivo de assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente e fomentar o desenvolvimento social e econômico das famílias,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação à tabela unificada de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), exigindo a conversão deste expediente em um procedimento mais adequado, tal como procedimento preparatório, inquérito civil ou procedimento administrativo, podendo, ainda, subsidiar futura ação civil pública ou, eventualmente, ser objeto de arquivamento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que, conforme as Resoluções n.º 174/2017 do CNMP e n.º 005/2018 do CSMP/TO, o procedimento administrativo é o instrumento adequado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a implementação, pelo Município de Carmolândia/TO, de políticas públicas direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes.

Como providência inicial, determino as seguintes providências:

1. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de Carmolândia/TO, a fim de que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente informações concernentes às políticas públicas existentes direcionadas à erradicação do trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, qualificação profissional e inserção de pais/responsáveis no mercado de trabalho e geração de renda para famílias carentes, incluindo:

a) Legislação municipal pertinente;

b) Programas e projetos em execução;

c) Orçamento destinado às políticas públicas;

d) Resultados alcançados;

e) Demandas existentes e desafios a serem enfrentados.

2. Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar para que no prazo de 20 (vinte) dias, informe o fluxo de atendimento adotado, em casos de constatação de trabalho infantil.

Cumpra-se de ordem.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2321/2025**

Procedimento: 2025.0007592

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993, e demais dispositivos pertinentes,

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou ao membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que "V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a "precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública", a "preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas" e a "destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente" (art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo assegurado mediante a garantia de padrão de qualidade e gestão democrática, nos termos do art. 206 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, especialmente o seu art. 10, que impõe aos entes federados a responsabilidade de observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e as diretrizes, metas e estratégias dos respectivos planos de educação;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente órgãos deliberativos e controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que, tanto os CMDCAs quanto os CTs devem participar ativamente desse processo de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

elaboração das propostas de Leis Orçamentárias para que possam ter políticas públicas consistentes e capazes de prevenir e enfrentar os problemas que afetam a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

CONSDERRANDO que O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público, por meio dele são definidas as estratégias e rumos que se deseja atingir, o que é essencial para organizar e orientar a atuação da administração pública, de modo que se tenha clareza quanto aos objetivos, ações e metas a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e o plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

CONSIDERANDO que a efetivação do direito à educação de qualidade exige não apenas a elaboração dos planos de educação, mas também a previsão de recursos orçamentários suficientes e adequados para sua execução;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação proativa e preventiva do Ministério Público no acompanhamento da alocação e execução dos recursos públicos voltados à educação, em especial no contexto da elaboração das leis orçamentárias municipais (PPA, LDO e LOA), bem como verificar a previsão e execução orçamentária das ações vinculadas à educação, especialmente aquelas relacionadas às metas do PME e do PNE; promover a interlocução com os órgãos municipais competentes, conselhos de educação e demais entidades envolvidas na elaboração e controle social das políticas públicas educacionais; requisitar informações e documentos pertinentes ao processo de planejamento e execução orçamentária no âmbito da educação e adotar, se necessário, medidas extrajudiciais ou judiciais para garantir o adequado financiamento das políticas públicas educacionais no Município.

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar o processo de elaboração e execução das leis orçamentárias do Município de Aragominas/TO, de modo a verificar a compatibilidade entre as dotações consignadas e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do respectivo Plano Municipal de Educação (PME), conforme previsto no art. 10 da Lei nº 13.005/2014.

1. Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CMDCA de Aragominas solicitando informações sobre sua efetiva participação no processo de elaboração do PPA 2026-2029;
2. Oficie-se ao CMDCA solicitando cópia dos últimos Planos Decenais aprovados pelo Colegiado;
3. Após as respostas dos itens 1 e 2, oficie-se ao Prefeito de Aragominas solicitando que as ações e metas previstas nos Planos Decenais sejam incorporados às propostas de Leis Orçamentárias, a começar pelo PPA, em consonância com a “garantia de prioridade” preconizada pelo art. 4, parágrafo único do ECA, que frisa a “preferência na elaboração e execução de políticas públicas” e na “destinação privilegiada de recursos públicos”. Ademais, questione-se ainda de que forma se dará a participação social na elaboração do Plano Plurianual Municipal, sendo as mais comuns as audiências públicas e as consultas públicas, inclusive com a utilização de plataformas digitais.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

4. Oficie-se ao(à) Prefeito(a) Municipal e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, requisitando, no prazo de 20 dias, as seguintes informações e documentos:

a) Cópias das versões mais recentes do PPA, LDO e LOA, com destaque para as ações relacionadas à educação;
b) Relatório de execução orçamentária das ações educacionais referentes ao exercício vigente;
c) Estratégias adotadas para assegurar a compatibilidade entre o orçamento e o Plano Municipal de Educação;
d) Cronograma de revisão e monitoramento do PME.

5. Cientifique-se o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do Fundeb acerca da instauração do presente procedimento, convidando-os a acompanhar seus desdobramentos e colaborar com informações e sugestões pertinentes.

Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, à conclusão.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2320/2025**

Procedimento: 2025.0007591

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993, e demais dispositivos pertinentes,

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou ao membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que "V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a "precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública", a "preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas" e a "destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente" (art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo assegurado mediante a garantia de padrão de qualidade e gestão democrática, nos termos do art. 206 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, especialmente o seu art. 10, que impõe aos entes federados a responsabilidade de observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e as diretrizes, metas e estratégias dos respectivos planos de educação;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente órgãos deliberativos e controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que, tanto os CMDCAs quanto os CTs devem participar ativamente desse processo de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

elaboração das propostas de Leis Orçamentárias para que possam ter políticas públicas consistentes e capazes de prevenir e enfrentar os problemas que afetam a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

CONSDERRANDO que O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público, por meio dele são definidas as estratégias e rumos que se deseja atingir, o que é essencial para organizar e orientar a atuação da administração pública, de modo que se tenha clareza quanto aos objetivos, ações e metas a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e o plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

CONSIDERANDO que a efetivação do direito à educação de qualidade exige não apenas a elaboração dos planos de educação, mas também a previsão de recursos orçamentários suficientes e adequados para sua execução;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação proativa e preventiva do Ministério Público no acompanhamento da alocação e execução dos recursos públicos voltados à educação, em especial no contexto da elaboração das leis orçamentárias municipais (PPA, LDO e LOA), bem como verificar a previsão e execução orçamentária das ações vinculadas à educação, especialmente aquelas relacionadas às metas do PME e do PNE; promover a interlocução com os órgãos municipais competentes, conselhos de educação e demais entidades envolvidas na elaboração e controle social das políticas públicas educacionais; requisitar informações e documentos pertinentes ao processo de planejamento e execução orçamentária no âmbito da educação e adotar, se necessário, medidas extrajudiciais ou judiciais para garantir o adequado financiamento das políticas públicas educacionais no Município.

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar o processo de elaboração e execução das leis orçamentárias do Município de Santa Fé do Araguaia/TO, de modo a verificar a compatibilidade entre as dotações consignadas e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do respectivo Plano Municipal de Educação (PME), conforme previsto no art. 10 da Lei nº 13.005/2014.

1. Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CMDCA de Santa Fé do Araguaia solicitando informações sobre sua efetiva participação no processo de elaboração do PPA 2026-2029;
2. Oficie-se ao CMDCA solicitando cópia dos últimos Planos Decenais aprovados pelo Colegiado;
3. Após as respostas dos itens 1 e 2, oficie-se ao Prefeito de Santa Fé do Araguaia solicitando que as ações e metas previstas nos Planos Decenais sejam incorporados às propostas de Leis Orçamentárias, a começar pelo PPA, em consonância com a “garantia de prioridade” preconizada pelo art. 4, parágrafo único do ECA, que frisa a “preferência na elaboração e execução de políticas públicas” e na “destinação privilegiada de recursos públicos”. Ademais, questione-se ainda de que forma se dará a participação social na elaboração do Plano Plurianual Municipal, sendo as mais comuns as audiências públicas e as consultas públicas, inclusive com a utilização de plataformas



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

digitais.

4. Oficie-se ao(à) Prefeito(a) Municipal e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, requisitando, no prazo de 20 dias, as seguintes informações e documentos:

a) Cópias das versões mais recentes do PPA, LDO e LOA, com destaque para as ações relacionadas à educação;
b) Relatório de execução orçamentária das ações educacionais referentes ao exercício vigente;
c) Estratégias adotadas para assegurar a compatibilidade entre o orçamento e o Plano Municipal de Educação;
d) Cronograma de revisão e monitoramento do PME.

5. Cientifique-se o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do Fundeb acerca da instauração do presente procedimento, convidando-os a acompanhar seus desdobramentos e colaborar com informações e sugestões pertinentes.

Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, à conclusão.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2381/2025**

Procedimento: 2025.0007724

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF);

CONSIDERANDO que o atendimento educacional especializado é um direito assegurado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 58 da Lei nº 9.394/1996 (LDB);

CONSIDERANDO os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015, que orientam os membros do Ministério Público a promover, junto aos órgãos e entidades responsáveis, a efetiva implementação do atendimento educacional especializado, com elaboração e execução de plano individual de atendimento por profissional habilitado, de forma complementar, suplementar e integrada ao ensino regular;

CONSIDERANDO a existência de indícios de insuficiência na oferta de serviços e atendimentos especializados, inclusive quanto à elaboração e execução de planos de atendimento individualizado, comprometedores da superação das barreiras de aprendizagem e da efetivação do direito à educação inclusiva;

CONSIDERANDO a necessidade de: a) Verificar a existência e suficiência de profissionais habilitados para o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino; b) Acompanhar a elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado, voltados às necessidades específicas de cada estudante; c) Fiscalizar a oferta de serviços de apoio, recursos pedagógicos e de acessibilidade que garantam a plena participação e aprendizagem dos estudantes na rede regular de ensino; d) Promover articulação interinstitucional com os sistemas de ensino, Conselhos de Educação, Secretarias de Educação, Conselhos Tutelares, entre outros, visando à efetivação da política pública de educação inclusiva; e e) Adotar medidas extrajudiciais e, se necessário, judiciais, para a superação de omissões e violações ao direito fundamental à educação.

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e fomentar a atuação do Estado na implementação efetiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em consonância com os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015 nas escolas municipais de Muricilândia.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

1. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do procedimento;
2. Publique-se no Diário Oficial para publicizar a presente portaria;
3. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação de Muricilândia para que, no prazo de (15 dias), informem:

a) A quantidade de estudantes público-alvo da educação especial matriculados na rede de ensino municipal;

b) A existência de profissionais habilitados em educação especial lotados nas unidades escolares municipais;

c) A política adotada para elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado as escolas municipais;

d) Os recursos de acessibilidade e apoio disponíveis nas unidades escolares municipais;

Ficam designados os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar os trabalhos e registrar os atos do procedimento no sistema e-Ext.

Os ofícios/diligências deverão ser expedidos por ordem e instruídos com a presente portaria.

Registre-se. Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2380/2025**

Procedimento: 2025.0007723

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF);

CONSIDERANDO que o atendimento educacional especializado é um direito assegurado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 58 da Lei nº 9.394/1996 (LDB);

CONSIDERANDO os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015, que orientam os membros do Ministério Público a promover, junto aos órgãos e entidades responsáveis, a efetiva implementação do atendimento educacional especializado, com elaboração e execução de plano individual de atendimento por profissional habilitado, de forma complementar, suplementar e integrada ao ensino regular;

CONSIDERANDO a existência de indícios de insuficiência na oferta de serviços e atendimentos especializados, inclusive quanto à elaboração e execução de planos de atendimento individualizado, comprometedores da superação das barreiras de aprendizagem e da efetivação do direito à educação inclusiva;

CONSIDERANDO a necessidade de: a) Verificar a existência e suficiência de profissionais habilitados para o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino; b) Acompanhar a elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado, voltados às necessidades específicas de cada estudante; c) Fiscalizar a oferta de serviços de apoio, recursos pedagógicos e de acessibilidade que garantam a plena participação e aprendizagem dos estudantes na rede regular de ensino; d) Promover articulação interinstitucional com os sistemas de ensino, Conselhos de Educação, Secretarias de Educação, Conselhos Tutelares, entre outros, visando à efetivação da política pública de educação inclusiva; e e) Adotar medidas extrajudiciais e, se necessário, judiciais, para a superação de omissões e violações ao direito fundamental à educação.

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e fomentar a atuação do Estado na implementação efetiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em consonância com os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015 nas escolas municipais de Aragominas.

1. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do procedimento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

2. Publique-se no Diário Oficial para publicizar a presente portaria;
3. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação de Aragominas para que, no prazo de (15 dias), informem:

a) A quantidade de estudantes público-alvo da educação especial matriculados na rede de ensino municipal;

b) A existência de profissionais habilitados em educação especial lotados nas unidades escolares municipais;

c) A política adotada para elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado as escolas municipais;

d) Os recursos de acessibilidade e apoio disponíveis nas unidades escolares municipais;

Ficam designados os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar os trabalhos e registrar os atos do procedimento no sistema e-Ext.

Os ofícios/diligências deverão ser expedidos por ordem e instruídos com a presente portaria.

Registre-se. Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2379/2025**

Procedimento: 2025.0007722

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF);

CONSIDERANDO que o atendimento educacional especializado é um direito assegurado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 58 da Lei nº 9.394/1996 (LDB);

CONSIDERANDO os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015, que orientam os membros do Ministério Público a promover, junto aos órgãos e entidades responsáveis, a efetiva implementação do atendimento educacional especializado, com elaboração e execução de plano individual de atendimento por profissional habilitado, de forma complementar, suplementar e integrada ao ensino regular;

CONSIDERANDO a existência de indícios de insuficiência na oferta de serviços e atendimentos especializados, inclusive quanto à elaboração e execução de planos de atendimento individualizado, comprometedores da superação das barreiras de aprendizagem e da efetivação do direito à educação inclusiva;

CONSIDERANDO a necessidade de: a) Verificar a existência e suficiência de profissionais habilitados para o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino; b) Acompanhar a elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado, voltados às necessidades específicas de cada estudante; c) Fiscalizar a oferta de serviços de apoio, recursos pedagógicos e de acessibilidade que garantam a plena participação e aprendizagem dos estudantes na rede regular de ensino; d) Promover articulação interinstitucional com os sistemas de ensino, Conselhos de Educação, Secretarias de Educação, Conselhos Tutelares, entre outros, visando à efetivação da política pública de educação inclusiva; e e) Adotar medidas extrajudiciais e, se necessário, judiciais, para a superação de omissões e violações ao direito fundamental à educação.

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e fomentar a atuação do Estado na implementação efetiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em consonância com os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015 nas escolas municipais de Santa Fé do Araguaia.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

1. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do procedimento;
2. Publique-se no Diário Oficial para publicizar a presente portaria;
3. Oficie-se a Secretaria Municipal de Santa Fé do Araguaia para que, no prazo de (15 dias), informem:

a) A quantidade de estudantes público-alvo da educação especial matriculados na rede de ensino municipal;

b) A existência de profissionais habilitados em educação especial lotados nas unidades escolares municipais;

c) A política adotada para elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado as escolas municipais;

d) Os recursos de acessibilidade e apoio disponíveis nas unidades escolares municipais;

Ficam designados os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar os trabalhos e registrar os atos do procedimento no sistema e-Ext.

Os ofícios/diligências deverão ser expedidos por ordem e instruídos com a presente portaria.

Registre-se. Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2377/2025**

Procedimento: 2025.0007720

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF);

CONSIDERANDO que o atendimento educacional especializado é um direito assegurado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 58 da Lei nº 9.394/1996 (LDB);

CONSIDERANDO os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015, que orientam os membros do Ministério Público a promover, junto aos órgãos e entidades responsáveis, a efetiva implementação do atendimento educacional especializado, com elaboração e execução de plano individual de atendimento por profissional habilitado, de forma complementar, suplementar e integrada ao ensino regular;

CONSIDERANDO a existência de indícios de insuficiência na oferta de serviços e atendimentos especializados, inclusive quanto à elaboração e execução de planos de atendimento individualizado, comprometedores da superação das barreiras de aprendizagem e da efetivação do direito à educação inclusiva;

CONSIDERANDO a necessidade de: a) Verificar a existência e suficiência de profissionais habilitados para o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino; b) Acompanhar a elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado, voltados às necessidades específicas de cada estudante; c) Fiscalizar a oferta de serviços de apoio, recursos pedagógicos e de acessibilidade que garantam a plena participação e aprendizagem dos estudantes na rede regular de ensino; d) Promover articulação interinstitucional com os sistemas de ensino, Conselhos de Educação, Secretarias de Educação, Conselhos Tutelares, entre outros, visando à efetivação da política pública de educação inclusiva; e e) Adotar medidas extrajudiciais e, se necessário, judiciais, para a superação de omissões e violações ao direito fundamental à educação.

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e fomentar a atuação do Estado na implementação efetiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em consonância com os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015 nas escolas municipais de Nova Olinda.

1. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do procedimento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

2. Publique-se no Diário Oficial para publicizar a presente portaria;
3. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação de Nova Olinda para que, no prazo de (15 dias), informem:

a) A quantidade de estudantes público-alvo da educação especial matriculados na rede de ensino municipal;

b) A existência de profissionais habilitados em educação especial lotados nas unidades escolares municipais;

c) A política adotada para elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado as escolas municipais;

d) Os recursos de acessibilidade e apoio disponíveis nas unidades escolares municipais;

Ficam designados os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar os trabalhos e registrar os atos do procedimento no sistema e-Ext.

Os ofícios/diligências deverão ser expedidos por ordem e instruídos com a presente portaria.

Registre-se. Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2318/2025**

Procedimento: 2025.0007589

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993, e demais dispositivos pertinentes,

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou ao membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que "V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a "precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública", a "preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas" e a "destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente" (art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo assegurado mediante a garantia de padrão de qualidade e gestão democrática, nos termos do art. 206 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, especialmente o seu art. 10, que impõe aos entes federados a responsabilidade de observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e as diretrizes, metas e estratégias dos respectivos planos de educação;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente órgãos deliberativos e controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que, tanto os CMDCAs quanto os CTs devem participar ativamente desse processo de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

elaboração das propostas de Leis Orçamentárias para que possam ter políticas públicas consistentes e capazes de prevenir e enfrentar os problemas que afetam a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

CONSDERRANDO que O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público, por meio dele são definidas as estratégias e rumos que se deseja atingir, o que é essencial para organizar e orientar a atuação da administração pública, de modo que se tenha clareza quanto aos objetivos, ações e metas a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e o plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

CONSIDERANDO que a efetivação do direito à educação de qualidade exige não apenas a elaboração dos planos de educação, mas também a previsão de recursos orçamentários suficientes e adequados para sua execução;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação proativa e preventiva do Ministério Público no acompanhamento da alocação e execução dos recursos públicos voltados à educação, em especial no contexto da elaboração das leis orçamentárias municipais (PPA, LDO e LOA), bem como verificar a previsão e execução orçamentária das ações vinculadas à educação, especialmente aquelas relacionadas às metas do PME e do PNE; promover a interlocução com os órgãos municipais competentes, conselhos de educação e demais entidades envolvidas na elaboração e controle social das políticas públicas educacionais; requisitar informações e documentos pertinentes ao processo de planejamento e execução orçamentária no âmbito da educação e adotar, se necessário, medidas extrajudiciais ou judiciais para garantir o adequado financiamento das políticas públicas educacionais no Município.

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar o processo de elaboração e execução das leis orçamentárias do Município de Murilicândia/TO, de modo a verificar a compatibilidade entre as dotações consignadas e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do respectivo Plano Municipal de Educação (PME), conforme previsto no art. 10 da Lei nº 13.005/2014.

1. Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CMDCA de Muricilândia solicitando informações sobre sua efetiva participação no processo de elaboração do PPA 2026-2029;
2. Oficie-se ao CMDCA solicitando cópia dos últimos Planos Decenais aprovados pelo Colegiado;
3. Após as respostas dos itens 1 e 2, oficie-se ao Prefeito de Muricilândia solicitando que as ações e metas previstas nos Planos Decenais sejam incorporados às propostas de Leis Orçamentárias, a começar pelo PPA, em consonância com a “garantia de prioridade” preconizada pelo art. 4, parágrafo único do ECA, que frisa a “preferência na elaboração e execução de políticas públicas” e na “destinação privilegiada de recursos públicos”. Ademais, questione-se ainda de que forma se dará a participação social na elaboração do Plano Plurianual Municipal, sendo as mais comuns as audiências públicas e as consultas públicas, inclusive com a utilização de plataformas digitais.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

4. Oficie-se ao(à) Prefeito(a) Municipal e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, requisitando, no prazo de 20 dias, as seguintes informações e documentos:

a) Cópias das versões mais recentes do PPA, LDO e LOA, com destaque para as ações relacionadas à educação;
b) Relatório de execução orçamentária das ações educacionais referentes ao exercício vigente;
c) Estratégias adotadas para assegurar a compatibilidade entre o orçamento e o Plano Municipal de Educação;
d) Cronograma de revisão e monitoramento do PME.

5. Cientifique-se o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do Fundeb acerca da instauração do presente procedimento, convidando-os a acompanhar seus desdobramentos e colaborar com informações e sugestões pertinentes.

Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, à conclusão.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2317/2025**

Procedimento: 2025.0007588

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993, e demais dispositivos pertinentes,

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou ao membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que "V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a "precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública", a "preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas" e a "destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente" (art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo assegurado mediante a garantia de padrão de qualidade e gestão democrática, nos termos do art. 206 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, especialmente o seu art. 10, que impõe aos entes federados a responsabilidade de observar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e as diretrizes, metas e estratégias dos respectivos planos de educação;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente órgãos deliberativos e controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que, tanto os CMDCAs quanto os CTs devem participar ativamente desse processo de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

elaboração das propostas de Leis Orçamentárias para que possam ter políticas públicas consistentes e capazes de prevenir e enfrentar os problemas que afetam a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

CONSDERRANDO que O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público, por meio dele são definidas as estratégias e rumos que se deseja atingir, o que é essencial para organizar e orientar a atuação da administração pública, de modo que se tenha clareza quanto aos objetivos, ações e metas a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e o plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

CONSIDERANDO que a efetivação do direito à educação de qualidade exige não apenas a elaboração dos planos de educação, mas também a previsão de recursos orçamentários suficientes e adequados para sua execução;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação proativa e preventiva do Ministério Público no acompanhamento da alocação e execução dos recursos públicos voltados à educação, em especial no contexto da elaboração das leis orçamentárias municipais (PPA, LDO e LOA), bem como verificar a previsão e execução orçamentária das ações vinculadas à educação, especialmente aquelas relacionadas às metas do PME e do PNE; promover a interlocução com os órgãos municipais competentes, conselhos de educação e demais entidades envolvidas na elaboração e controle social das políticas públicas educacionais; requisitar informações e documentos pertinentes ao processo de planejamento e execução orçamentária no âmbito da educação e adotar, se necessário, medidas extrajudiciais ou judiciais para garantir o adequado financiamento das políticas públicas educacionais no Município.

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar o processo de elaboração e execução das leis orçamentárias do Município de Carmolândia/TO, de modo a verificar a compatibilidade entre as dotações consignadas e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do respectivo Plano Municipal de Educação (PME), conforme previsto no art. 10 da Lei nº 13.005/2014.

1. Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CMDCA de Carmolândia solicitando informações sobre sua efetiva participação no processo de elaboração do PPA 2026-2029;
2. Oficie-se ao CMDCA solicitando cópia dos últimos Planos Decenais aprovados pelo Colegiado;
3. Após as respostas dos itens 1 e 2, oficie-se ao Prefeito de Carmolândia solicitando que as ações e metas previstas nos Planos Decenais sejam incorporados às propostas de Leis Orçamentárias, a começar pelo PPA, em consonância com a “garantia de prioridade” preconizada pelo art. 4, parágrafo único do ECA, que frisa a “preferência na elaboração e execução de políticas públicas” e na “destinação privilegiada de recursos públicos”. Ademais, questione-se ainda de que forma se dará a participação social na elaboração do Plano Plurianual Municipal, sendo as mais comuns as audiências públicas e as consultas públicas, inclusive com a utilização de plataformas digitais.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

4. Oficie-se ao(à) Prefeito(a) Municipal e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, requisitando, no prazo de 20 dias, as seguintes informações e documentos:

a) Cópias das versões mais recentes do PPA, LDO e LOA, com destaque para as ações relacionadas à educação;
b) Relatório de execução orçamentária das ações educacionais referentes ao exercício vigente;
c) Estratégias adotadas para assegurar a compatibilidade entre o orçamento e o Plano Municipal de Educação;
d) Cronograma de revisão e monitoramento do PME.

5. Cientifique-se o Conselho Municipal de Educação e o Conselho do Fundeb acerca da instauração do presente procedimento, convidando-os a acompanhar seus desdobramentos e colaborar com informações e sugestões pertinentes.

Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, à conclusão.

Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2378/2025**

Procedimento: 2025.0007721

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas pelos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF);

CONSIDERANDO que o atendimento educacional especializado é um direito assegurado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 58 da Lei nº 9.394/1996 (LDB);

CONSIDERANDO os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015, que orientam os membros do Ministério Público a promover, junto aos órgãos e entidades responsáveis, a efetiva implementação do atendimento educacional especializado, com elaboração e execução de plano individual de atendimento por profissional habilitado, de forma complementar, suplementar e integrada ao ensino regular;

CONSIDERANDO a existência de indícios de insuficiência na oferta de serviços e atendimentos especializados, inclusive quanto à elaboração e execução de planos de atendimento individualizado, comprometedores da superação das barreiras de aprendizagem e da efetivação do direito à educação inclusiva;

CONSIDERANDO a necessidade de: a) Verificar a existência e suficiência de profissionais habilitados para o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino; b) Acompanhar a elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado, voltados às necessidades específicas de cada estudante; c) Fiscalizar a oferta de serviços de apoio, recursos pedagógicos e de acessibilidade que garantam a plena participação e aprendizagem dos estudantes na rede regular de ensino; d) Promover articulação interinstitucional com os sistemas de ensino, Conselhos de Educação, Secretarias de Educação, Conselhos Tutelares, entre outros, visando à efetivação da política pública de educação inclusiva; e e) Adotar medidas extrajudiciais e, se necessário, judiciais, para a superação de omissões e violações ao direito fundamental à educação.

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e fomentar a atuação do Estado na implementação efetiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em consonância com os arts. 5º e 6º da Recomendação CNMP nº 30/2015 nas escolas municipais de Carmolândia.

1. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do procedimento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

2. Publique-se no Diário Oficial para publicizar a presente portaria;
3. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação de Carmolândia para que, no prazo de (15 dias), informem:

a) A quantidade de estudantes público-alvo da educação especial matriculados na rede de ensino municipal;

b) A existência de profissionais habilitados em educação especial lotados nas unidades escolares municipais;

c) A política adotada para elaboração e execução de planos de atendimento educacional individualizado as escolas municipais;

d) Os recursos de acessibilidade e apoio disponíveis nas unidades escolares municipais;

Ficam designados os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para secretariar os trabalhos e registrar os atos do procedimento no sistema e-Ext.

Os ofícios/diligências deverão ser expedidos por ordem e instruídos com a presente portaria.

Registre-se. Cumpra-se.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920469 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2024.0005751

Trata-se de Procedimento Preparatório nº 2024.0005751, instaurado pela 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína em 26 de setembro de 2024, tendo como origem a Notícia de Fato de mesma numeração, com o objetivo de apurar suposta depredação de área de preservação permanente no Município de Araguaína.

Como providência inicial, o MINISTÉRIO PÚBLICO oficiou o Município de Araguaína/TO para prestar informações acerca dos fatos noticiados; e para a Secretaria do Meio Ambiente foi solicitado a realização de vistoria no local, com o objetivo de verificar as irregularidades apontadas na denúncia (eventos 05 e 06).

Em resposta, a SEDEMAT apresentou o Relatório de Fiscalização Ambiental nº 365/2024 que demonstra que a APP encontra-se antropizada, restando a conclusão da infraestrutura viária e de drenagem para minimização dos impactos sobre o curso hídrico e a vegetação remanescente, concluindo que serão solicitadas medidas por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura (eventos 11 e 12).

Foi expedido novo ofício à Secretaria do Meio Ambiente para prestar informações acerca das medidas adotadas (evento 17).

A SEDEMAT informou que foi realizada uma nova vistoria técnica no local pela Fiscalização Ambiental Municipal e departamento de limpeza urbana da Secretaria de Infraestrutura de Araguaína - SEINFRA, onde foi observado presença de mato alto e resíduos domésticos e de construção civil na área de preservação permanente do referido córrego localizado no bairro Senador em Araguaína-TO, programando com o departamento de limpeza urbana da SEINFRA uma limpeza geral para a primeira semana de novembro de 2024 (evento 18).

Posteriormente, foram requisitadas informações à SEINFRA acerca da limpeza na área de preservação permanente do córrego Biquinha, localizado no Bairro Senador, em Araguaína (diligência evento 21).

Em resposta, a SEINFRA informou que a equipe de manutenção e limpeza de áreas verdes da SEINFRA realizou a roçagem da nascente do Córrego Biquinha e a limpeza das áreas adjacentes, localizadas entre a Avenida Getúlio Vargas, a Rua Bandeirantes e a Rua Dom Bosco e durante a ação instalaram placas informativas nas áreas limpas com o objetivo de prevenir o descarte irregular de resíduos na região (evento 22).

É o relatório.

Verifica-se pois, não subsistem razões para o prosseguimento do presente feito. Os fatos inicialmente apurados foram sanados. Com o feito, já não há diligências a serem realizadas ou mesmo elementos para o ajuizamento de ação civil pública.

Diante do exposto, considerando que no bojo das investigações preliminares constatou-se a resolução dos



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

problemas apontados, promovo o ARQUIVAMENTO do presente Procedimento Preparatório, com fundamento no art. 18, inciso I, e art. 22 da Resolução CSMP/TO n.º 005/2018, de 20 de novembro de 2018.

Insta salientar que a presente promoção de arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes ou o acionamento do Poder Judiciário por outras vias.

Notifiquem-se os interessados Kátia Cilene Sales de Morais, Município de Araguaína/TO, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria do Meio Ambiente, para que, querendo, possam recorrer ao Conselho Superior do Ministério Público, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, ocasião em que será homologada ou rejeitada presente promoção de arquivamento.

Após a juntada do comprovante de publicação da presente promoção de arquivamento e da notificação dos interessados, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na forma do artigo 18, § 1º da Resolução nº 005/2018/CSMP.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**AIRTON AMILCAR MACHADO MOMO**

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920272 - CERTIDÃO - COMUNICAÇÕES DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2024.0004931

Comnicações ao CSMP e encaminhamento para publicação no Diário do MP, em cumprimento ao evento 17.

Araguaina, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA**

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2310/2025

Procedimento: 2024.0014804

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu órgão de execução da Promotoria de Justiça de Arapoema Tocantins, no uso das atribuições conferidas pelo art. 127, “caput”, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei n.º 8.625/93, nos termos da Resolução n.º 23/2007 – CNMP e Ato 073/2016 do PGJ e;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Ato n.º 00163/2002/PGJ são atribuições da Promotoria de Justiça de Arapoema atuar de forma geral, possuindo como abrangência os municípios de Arapoema, Bandeirantes e Pau D’Arco;

CONSIDERANDO que tramita no âmbito âmbito da Promotoria de Justiça de Arapoema-TO a Notícia de Fato n.º 2024.0014804, instaurada a partir do encaminhamento do expediente n.º 128/2024, oriundo do Conselho Tutelar do Município de Arapoema-TO, relatando suposta violação dos direitos de crianças e adolescentes, sendo elas: M.S.G, M.S.G. (gêmeas) e A.J.P.D.N, tendo como suposto autor Felipe Gabriel  Alves da Silva;

CONSIDERANDO que, nos atos de instrução preliminar, foram expedidos ofícios à 38ª Delegacia de Polícia Civil de Arapoema e à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo esta última informado que a família foi incluída no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com a realização de escuta ativa, acolhimento e orientações;

CONSIDERANDO a informação prestada pela Secretaria de Assistência Social de que as menores permanecem sozinhas em casa em parte do dia, em razão da necessidade de trabalho do genitor, sobrevivendo a família com o benefício BPC e renda informal do pai;

CONSIDERANDO que foi requisitado ao Conselho Tutelar nova visita in loco para verificação da situação atual, e que, em resposta, foi informado que uma das adolescentes, M.S.G., estaria grávida de Felipe Gabriel Alves da Silva, necessitando de acompanhamento adequado pela rede de saúde e assistência social;

CONSIDERANDO que o art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura à criança e ao adolescente o direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso;

CONSIDERANDO que o art. 8º, §1º, do ECA, impõe ao poder público a obrigação de promover assistência à gestante e à mãe, especialmente no período pré e pós-natal, inclusive mediante ações de planejamento reprodutivo e atenção humanizada à gravidez, parto e puerpério;

CONSIDERANDO que a gravidez precoce impacta diretamente na vida escolar, no desenvolvimento biopsicossocial da adolescente e nas condições futuras de cidadania e inserção social, cabendo ao Estado garantir apoio e proteção integral à adolescente gestante, prevenindo reincidências e novos ciclos de violência ou abandono;

CONSIDERANDO a ausência de resposta da Autoridade Policial à primeira requisição ministerial, o que tem dificultado a elucidação dos fatos;

CONSIDERANDO que o procedimento em referência encontra-se na iminência de vencimento do prazo legal de tramitação, entretanto, ainda carece de informações essenciais à adequada instrução e consequente conclusão do feito;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes nos termos do artigo 201, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Por fim, considerando que nos termos do art. 127 da Constituição Federal, é dever do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO em conformidade com o art. 23, inciso III, da Resolução nº 005/2018/CSMP/TO com o objetivo de acompanhar e adotar as medidas cabíveis quanto a atual situação das menores, em especial da gestante, razão pela qual determino as seguintes diligências:

a) Autue-se o referido expediente, instruindo-a com a notícia de fato mencionada;

b) Comunique-se ao Conselho do Superior do Ministério Público a instauração do presente, bem como se proceda à publicação da Portaria no Diário Oficial Eletrônico do MPTO, conforme determina o art. 24 da Resolução nº 005/2018 do CSMP;

c) Nomeio para secretariar os trabalhos um técnico ministerial, a auxiliar técnica ou o analista ministerial lotado na Promotoria de Justiça de Arapoema-TO, o (a) qual deve desempenhar a função com lisura e presteza;

d) Expeça-se, por ordem, ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Arapoema-TO, requisitando informações sobre o acompanhamento médico e psicológico prestado às adolescentes envolvidas, especialmente à gestante. Adjacente ao ofício, encaminhe-se os anexos dos eventos 1, 12 e 13. Prazo: 10 (dez) dias;

e) Expeça-se, por ordem, ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Arapoema-TO, requisitando visita in loco à residência da adolescente grávida e sua família, diante da nova situação, a fim de verificar o acompanhamento e as medidas de proteção adotadas. Adjacente ao ofício, encaminhe-se os anexos dos eventos 1, 6, 12 e 13. Prazo: 10 (dez) dias; e

f) Realize-se a cobrança dos ofícios nº 179/2024 e 350/2025 já enviados à 38ª Delegacia de Polícia Civil, e, em caso de não resposta no prazo de 5 (cinco) dias, reitere-se imediatamente os referidos ofícios.

Cumpra-se.

Arapoema, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO DE SOUZA**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARRAIAS




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920033 - ADITAMENTO DA PORTARIA INAUGURAL

Procedimento: 2022.0002050

Cuida-se de Procedimento Administrativo instaurado, em 10/03/2022, para acompanhar e fiscalizar a adoção de políticas públicas para implementação dos serviços de acolhimento familiar nos Municípios de Aurora do Tocantins/TO, Lavandeira/TO, Combinado/TO e Novo Alegre/TO.

Cumpre esclarecer que a Comarca de Aurora do Tocantins/TO foi desinstalada, por meio da Resolução nº 031, de 21 de outubro de 2022, do TJTO, alterando territorialmente os Distritos Judiciários de Novo Alegre/TO e Combinado/TO para integrarem a Comarca de Arraias/TO, juntamente com os Distritos Judiciários de Arraias/TO e Conceição do Tocantins/TO.

No mesmo caminho, o Ato PGJ nº 075/2022, de 07 de dezembro de 2022, desativou a Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins/TO, após a instauração do presente Procedimento Administrativo.

De tal modo, determino o aditamento da portaria de instauração do presente procedimento administrativo para incluir os Municípios de Arraias/TO e Conceição do Tocantins/TO em seu objeto, e excluir os Municípios de Aurora do Tocantins/TO e Lavandeira/TO, considerando escopo do referido procedimento extrajudicial e regras da Resolução nº 005/2018 do CSMPTO.

Determino a comunicação ao E. Conselho Superior do Ministério Público, bem como ao órgão de publicação no Diário Oficial Eletrônico do MPE/TO.

Arraias, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**GUSTAVO SCHULT JUNIOR**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARRAIAS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920057 - EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

Procedimento: 2024.0002376

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo promotor de justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, dá ciência aos interessados, acerca do ARQUIVAMENTO do Procedimento Administrativo nº 2024.0002376, instaurado para acompanhar a suposta situação de vulnerabilidade social do senhor O.S.L., pessoa idosa, com 62 anos de idade, que recebeu alta hospitalar no Hospital Geral de Palmas, no último dia 28/02/2024, contudo, não tendo sido acolhido por familiares próximos, para, caso queira, apresentar recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, com protocolo nesta Promotoria de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 5°, §§ 1° e 3º, da Resolução 005/2018/CSMP-TO, por intermédio do seguinte e-mail: prm15capital@mpto.mp.br.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA**

15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920057 - EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

Procedimento: 2024.0014424

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo promotor de justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, dá ciência ao interessado JOSÉ EDUARDO DE AZEVEDO GOMES RODRIGUES, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato nº 2024.0014424, instaurado para apurar suposta violação contra direitos humanos perpetrados pelo pastor L. J., para que, caso queira, apresente recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, com protocolo nesta Promotoria de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 5°, §§ 1° e 3º, da Resolução 005/2018/CSMP-TO, por intermédio do seguinte e-mail: prm15capital@mpto.mp.br.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA**

15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS N. 2307/2025

Procedimento: 2024.0014408

PORTARIA Nº 22/2025 DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 25, inciso IV e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em especial devendo zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis (art. 23, inciso III, da Resolução CSMP nº 005/2018);

CONSIDERANDO que, por não vislumbramos neste caso propriamente uma situação de ilícito, mas sim a tutela de interesses individuais indisponíveis, o presente procedimento preparatório não se afigura como o instrumento mais apropriado para lidar com situações de acompanhamento da Rede de Proteção;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, disciplinou o Procedimento Administrativo no artigo 8°, nos seguintes termos: “I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; III – apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV – embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil. Parágrafo único. O procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico”;

CONSIDERANDO que, analisando o presente feito, percebo que ele se insere na situação prevista nos incisos III, art. 8º, do ato normativo supracitado;

CONSIDERANDO a tramitação da Notícia de Fato n° 2024.0014408 no âmbito desta Promotoria de Justiça, instaurada visando averiguar situação de ideação suicida envolvendo a infante M. W. A. S.

CONSIDERANDO que está prestes a ocorrer o esgotamento do prazo da Notícia de Fato, conforme determina o art. 4º da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, sem o cumprimento de todas as diligências necessárias;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo para investigar os fatos relatados, pelo que determino:

I – Afixação da portaria no local de costume;

II – Publicação deste ato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;

III – Comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Cumpra-se.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**SIDNEY FIORE JÚNIOR**

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS N. 2359/2025

Procedimento: 2024.0014407

PORTARIA Nº 23/2025 DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 25, inciso IV e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em especial devendo zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis (art. 23, inciso III, da Resolução CSMP nº 005/2018);

CONSIDERANDO que, por não vislumbramos neste caso propriamente uma situação de ilícito, mas sim a tutela de interesses individuais indisponíveis, o presente procedimento preparatório não se afigura como o instrumento mais apropriado para lidar com situações de acompanhamento da Rede de Proteção;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, disciplinou o Procedimento Administrativo no artigo 8°, nos seguintes termos: “I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; III – apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV – embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil. Parágrafo único. O procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico”;

CONSIDERANDO que, analisando o presente feito, percebo que ele se insere na situação prevista nos incisos III, art. 8º, do ato normativo supracitado;

CONSIDERANDO a tramitação da Notícia de Fato n° 2024.0014407 no âmbito desta Promotoria de Justiça, instaurada visando averiguar situação de vulnerabilidade envolvendo a infante A. F. M.

CONSIDERANDO que está prestes a ocorrer o esgotamento do prazo da Notícia de Fato, conforme determina o art. 4º da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, sem o cumprimento de todas as diligências necessárias;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo para investigar os fatos relatados, pelo que determino:

I – Afixação da portaria no local de costume;

II – Publicação deste ato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;

III – Comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Cumpra-se.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**SIDNEY FIORE JÚNIOR**

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N. 2306/2025**

Procedimento: 2025.0007561

INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, e art. 201, V da Lei 8.069/90, e

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica nº 3/2021, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Ministério Público do Estado do Tocantins, Poder Executivo do Estado do Tocantins e Município de Palmas, que tem por objeto a estruturação da política de atendimento prevista na Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta Especializada) no Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins de encerrar sua participação no Programa de Escuta Especializada, conforme Despacho/Ofício nº 658/2025-PRESIDÊNCIA/ASPRE, sob o argumento de extrapolamento de suas atribuições e ônus para o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade do serviço de escuta especializada, essencial para a proteção e o atendimento adequado de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência;

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município de Palmas em coordenar e garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o que demanda uma atuação intersetorial envolvendo diversas secretarias e órgãos municipais;

RESOLVE:

1. Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar as medidas que serão adotadas pelo Município de Palmas para garantir a continuidade e a qualidade do serviço de escuta especializada no Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, em decorrência da retirada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins do referido programa.

2. Determinar as seguintes diligências iniciais:

    - Notificar o Prefeito do Município de Palmas para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente:

        - Plano de ação detalhado para a assunção integral do serviço de escuta especializada, incluindo cronograma de implementação, definição das secretarias e órgãos municipais envolvidos, recursos humanos, materiais e financeiros alocados, e estrutura física disponível ou a ser adaptada.

        - Informações sobre a implantação das providências aludidas no Decreto nº 2609/2024 e os "Modelo de Registro de Informações" e de que forma essa ferramenta garantirá o registro e o compartilhamento de informações de forma eficiente e segura, em conformidade com a legislação de proteção de dados.

        - Considerando que a Escuta Especializada é absolutamente intersetorial, que nos seja enviada relação atualizada dos profissionais capacitados (da saúde, educação, assistência social, guarda municipal, etc) para a realização da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

escuta especializada no CAI 18 de maio, bem como o plano de capacitação continuada para garantir a qualificação adequada dos servidores de todas as áreas.

- Informações sobre a articulação do serviço de escuta especializada com os demais serviços e equipamentos da rede de proteção à criança e ao adolescente no município, incluindo assistência social, saúde, educação, segurança pública, Conselho Tutelar e outros.

- Indicação de um interlocutor central no âmbito da Prefeitura para facilitar o diálogo com o Ministério Público durante a tramitação deste Inquérito Civil.

- Oficiar o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (via PGJ) para que, no prazo de 10 (dez) dias, forneça:

  - Relatório detalhado do número de atendimentos realizados no serviço de escuta especializada no Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio nos anos de 2023 e 2024, com a finalidade de dimensionar a demanda do serviço.

  - Informações sobre o perfil dos usuários atendidos (idade, sexo, tipo de violência sofrida, etc.), se disponíveis, para auxiliar no planejamento do serviço pelo município.

  - Cópia integral do relatório complementar elaborado pelo GGEM (mencionado no Despacho/Ofício nº 658/2025), que apontou a incompatibilidade entre as atribuições do Poder Judiciário e a execução do Projeto Escuta Especializada.

- Solicitar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e ao Conselho Tutelar que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem:

  - Manifestação conjunta sobre a importância do serviço de escuta especializada para o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no município.

  - Avaliação da capacidade do município de Palmas de assumir integralmente o serviço, considerando a necessidade de articulação intersetorial.

  - Sugestões para o aprimoramento da rede de atendimento e para o fortalecimento da escuta especializada no município.

3. Designar a analista Flávia Barros da Silva para secretariar o presente Inquérito Civil.

4. Determinar a autuação e o registro da presente Portaria, bem como as demais providências de praxe.

5. Cumpra-se com urgência.

Palmas-TO, 15 de maio de 2025.

Sidney Fiori Junior

Promotor de Justiça



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**Anexos**

Anexo I - E-mail de Ministerio Publico do Estado do Tocantins - Programa de Escuta Especializada.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/ff442a3b89ba71d50943a45c1a2f74af

MD5: ff442a3b89ba71d50943a45c1a2f74af

Anexo II - SEI_6456939_Despacho_Oficio_658 (1).pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/cb151e98f50811ce77b212223f7d603c

MD5: cb151e98f50811ce77b212223f7d603c

Anexo III - SEI_n._19301551.0000237.2020_62___Termo_de_Cooperacao_n._42.2021_TJTO (3).pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/f35e9edc6902458d05b0610864d77a61

MD5: f35e9edc6902458d05b0610864d77a61

Anexo IV - Termo_de_Cooperacao_Tecnica_N__3_2021___Assinado (1).pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/8e4955ebd98d84adcddd58491da47fee

MD5: 8e4955ebd98d84adcddd58491da47fee

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**SIDNEY FIORE JÚNIOR**

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920263 - EDITAL**

Procedimento: 2025.0005041

O Ministério Público do Tocantins, pelo Promotor de Justiça signatário, intima o denunciante anônimo para complementar as informações dadas na notícia de fato n° 2025.0005041 (protocolo na Ouvidoria do MPE/TO n.º 07010787410202547), indicando, em até 05 (cinco) dias úteis, quais servidores públicos (e respectivas lotações) estariam supostamente recebendo vantagem indevida para liberação de "habite-se" pela Prefeitura de Palmas; e que funções seriam desempenhadas pelo mencionado "intermediário" chamado "Evaristo", esclarecendo-se, inclusive, se se trata de servidor público; bem como demais elementos de prova e de informações mínimas necessárias para dar início a uma apuração, sob pena de arquivamento do feito, nos termos do art. 5º, inc. IV, da Resolução CSMP nº 05/2018.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO GRISI NUNES**

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920470 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Procedimento: 2022.0007680A

Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar eventual omissão por parte da Secretaria Municipal de Finanças acerca de supostos desvios de função consistentes na realização, por servidores ocupantes do cargo d e *Assistente Administrativo*, de funções inerentes ao cargo de *Agente de Arrecadação/Tributação* (nomenclatura alterada para *Agente do Tesouro Municipal*, pela Lei 1688/09).

A Secretaria Municipal de Finanças prestou as informações necessárias (evento 17), deixando claro que "*… de acordo com a Lei nº 1.441/2006 compete ao Assistente Administrativo executar as tarefas administrativas do órgão em que ele esteja lotado, sendo que na Secretaria de Finanças as tarefas são majoritariamente administrativas. / Atividade que consideramos não ser meramente administrativa é o lançamento dos tributos que apenas são feitos por Agentes ou Auditores*."

Esse assunto já foi objeto do Inquérito Civil n. 2016.3.29.22.0119, que tramitou nesta 22ª Promotoria de Justiça, e cujo arquivamento foi homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, autos nº 183/2017 (decisões anexas), tendo-se reconhecido, a símile do esclarecimento prestado pela Secretaria de Finanças, que o assistente administrativo "*… necessariamente estará imbuído da tarefa de atender o contribuinte, eis que esta atividade está vinculada à rotina administrativa do órgão. Ademais, restou esclarecido que o assistente cadastra no sistema dados do auto de infração lançados pelos auditores, o que não constitui lançamentos de tributos*."

Importa salientar, ademais, que, malgrado tenha havido uma ação – conforme exposto na notícia de fato – que foi julgada parcialmente procedente, o entendimento que tem prevalecido, como se vê dos e-Procs 0045915-11.2020.8.27.2729 e 0043534-64.2019.8.27.2729, é no sentido da improcedência dos pedidos de pagamento de diferenças salariais pelo acúmulo ou desvio de função, por sentenças que assim dispõem:

"*Pela leitura dos excertos, não se verificou que servidores administrativos estejam realizando o lançamento de tributos, cuja atividade é típica dos auditores e agentes do tesouro. Logo, das tarefas típicas do Agente do Tesouro Municipal, percebe-se que o atendimento ao contribuinte é a única função que estaria superposta com as atribuições do cargo de assistente administrativo, e com a devida vênia não poderia ser diferente, vez que o atendimento aos contribuintes é função típica da Secretaria de Finanças, comum aos dois cargos (...). Nesse passo, verificou-se que os relatórios de produtividade dos funcionários, constantes às fls. 201/268, decorre de todo cadastramento e impressão de boletos que são registrados, ou seja, tudo que o servidor digitou ou imprimiu sai um relatório, com a soma dos valores, não havendo qualquer relação com a atividade tributária do lançamento do tributo*. Destaquei.

Repisa-se, uma vez mais, dada a importância, que os atos desempenhados pela autora no setor de atendimentos do Resolve Palmas não possuem qualquer relação com as atividades exclusivas desempenhadas pelos agentes do tesouro municipal.

A emissão de DUAM's (Documento Único de Arrecadação Municipal), o atendimento ao público, o parcelamento de tributos (a partir de informações já previamente lançadas no sistema e que precisavam apenas de impressão), dentre outras tarefas, não demonstram o exercício das atribuições específicas de agente do tesouro. Ao contrário, circunscrevem-se às atribuições genéricas previstas na lei de regência para o próprio cargo público investido pela autora."

Assim, considerando a identidade de objeto deste inquérito com outro, anterior, cujo arquivamento foi homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, e não havendo fatos novos que sirvam de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

fundamento para a propositura da ação civil pública, promovo o arquivamento deste inquérito civil, na forma do art. 18, inciso I, da Resolução nº 05/2018 do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), determinando a cientificação do(s) interessado(s), após a qual devem os autos ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público (art. 18, § 3º, da referida Resolução).

**Anexos**

Anexo I - 00435346420198272729 - sentença improcedência.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/8b93ccd44ebd5155cb5245421a254e1e

MD5: 8b93ccd44ebd5155cb5245421a254e1e

Anexo II - 0045915-11.2020.8.27.2729 - sentença improcedência.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/7866313c1202f6b1ed797c895f31df82

MD5: 7866313c1202f6b1ed797c895f31df82

Anexo III - ICP12482 - arquivamento.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/d2cb4e676ca16cd47a001839a56350a2

MD5: d2cb4e676ca16cd47a001839a56350a2

Anexo IV - homolotação arquivamento IC 12482 - CSMP n. 183-2017.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/22852580213833b48d3530f83b76834b

MD5: 22852580213833b48d3530f83b76834b

Palmas, 22 de maio de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO GRISI NUNES**

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES N. 2308/2025**

Procedimento: 2025.0007578

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DA 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMAS – TO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, Código Civil, Lei Complementar Estadual n.º 51/2008, Ato PGJ/TO n.º 83/2019, Resolução CNMP n.º 300/2024 e Ato PGJ/TO n.º 21/2024;

CONSIDERANDO que compete à 30ª Promotoria de Justiça de Palmas – TO velar continuamente pelas fundações privadas sediadas nesta Capital, na forma do art. 66 do Código Civil, objetivando o controle de adequação das atividades, dos fins, dos atos dos administradores e da aplicação e utilização dos bens e recursos fundacionais;

CONSIDERANDO que, em decorrência do velamento, as fundações devem prestar contas ao Ministério Público, com periodicidade anual, até 30 de junho do ano subsequente ao exercício financeiro, conforme art. 23 do Ato PGJ/TO n.º 21/2024;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 24 do Ato PGJ/TO n.º 21/2024, as prestações de contas das fundações privadas devem ser feitas ao Ministério Público, obrigatoriamente, por meio do Sistema Informatizado para Prestação de Contas das Fundações - SIPREC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 23, II, da Resolução CSMP n.º 005/2018, que permite a instauração de procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar políticas públicas ou instituições;

RESOLVE

Instaurar procedimento administrativo objetivando o acompanhamento da prestação de contas da Fundação Pró-Tocantins sobre o exercício 2024, a ser apresentada via Sistema Informatizado de Prestação de Contas – SIPREC, e se necessário, outras tratativas referentes a ela, que não possam ser feitas dentro daquele sistema.

Este procedimento será secretariado pelas servidoras lotadas na 30ª Promotoria de Justiça de Palmas, que devem desempenhar a função com sigilo, lisura e presteza, bem como zelar pela agilidade no cumprimento dos despachos e demais atos de sua responsabilidade.

Cientifique-se a Fundação desta instauração.

Neste ato comunica-se a instauração ao CSMP e à AOPAO para publicação desta portaria.

Cumpra-se.

Palmas, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**MARCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE**

30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920435 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Procedimento: 2025.0003261

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

INTERESSADO: ANÔNIMO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Promotor de Justiça infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o Representante Anônimo para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entre em contato com a 02ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO, ou via Ouvidoria no site do MPTO, e complemente sua representação formulada na data de 04/03/2025, às 22:47, registrada sob o Protocolo nº 07010777305202516, Notícia de Fato n. 2025.0003261, sob pena de arquivamento do feito, nos termos do art. 5º, inc. IV, da Resolução 005/2018/CSMP/TO, devendo:

(i) informar e comprovar quais emendas impositivas não estão sendo executadas;

(ii) apresentar elementos mínimos que indiquem a existência de recusa por parte do Prefeito Municipal de Colinas do Tocantins/TO em executar as emendas.

LUCAS ABREU MACIEL

Promotor de Justiça

Colinas do Tocantins, 17 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**LUCAS ABREU MACIEL**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920435 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO**

Procedimento: 2025.0003473

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

INTERESSADO: ANÔNIMO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Promotor de Justiça infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o Representante Anônimo para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entre em contato com a 02ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO, ou via Ouvidoria no site do MPTO, e complemente sua representação formulada na data de 10/03/2025, às 10:33, registrada sob o Protocolo nº 07010778942202593, Notícia de Fato n. 2025.0003473, sob pena de arquivamento do feito, nos termos do art. 5º, inc. IV, da Resolução 005/2018/CSMP/TO, devendo:

(i) informar, ao menos nome completo, dos envolvidos com a situação;

(ii) informar endereço dos locais em que estão ocorrendo as ilicitudes;

(iii) evidenciar que as construções estão sendo realizadas em locais indevidos.

---

DENÚNCIA

O Ministério Público, em Colinas do Tocantins, precisa urgentemente acionar a Prefeitura de Colinas, pois as áreas verdes do município, estão sendo todas invadidas e loteadas. Daqui a pouco não se terá áreas verdes, pois a inércia do Município em fiscalizar é demais. Em todos os setores onde há áreas verdes no município tem algum tipo de uso indevido de área. E notasse que nada tem sido feito para coibir esse tipo de ação. No loteamento próximo a Avenida Bernardo Sayão, tem muro sendo construído dentro da mata ciliar e praticamente atingindo o córrego ali existente. No recanto do bosque estão construindo ao lado do córrego sinhá. No Santa Rosa, dentro do Marajá.

São vários crimes ambientais que estão sendo cometidos.

O Plano Diretor não é respeitado minimamente.

Onde vamos parar com tudo isso.

Colinas do Tocantins, 17 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**LUCAS ABREU MACIEL**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920263 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2025.0001927

INTERESSADO: ANÔNIMO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio do Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições perante a 02ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, previstas no art. 127 e art. 129 da Constituição Federal e Lei Complementar Estadual n. 51/2008. Considerando que se trata de denúncia anônima registrada no âmbito do MPTO, pelo presente edital, CIENTIFICA quem possa interessar, especialmente o denunciante anônimo, do inteiro teor da promoção de arquivamento proferida nos autos da Notícia de Fato n. 2025.0001927.

Em caso de discordância da decisão de arquivamento, poderá ser interposto recurso nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com o art. 5º, da Resolução n. 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Por fim, informa-se que o presente arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes ou o acionamento do Poder Judiciário por outras vias.

Frisa-se que a resposta, com os documentos digitalizados em formato “pdf”, poderá ser encaminhada, preferencialmente, ao e-mail institucional cesiregionalizada6@mpto.mp.br, ou pelo telefone (63) 3236-3425, fazendo menção ao número da diligência e do Procedimento Extrajudicial do Ministério Público, ou ainda entregue na sede da 02ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO, ou postada via correios ao endereço Av. 7, Esq. Com Rua Ruidelmar Limeira Borges, Qd. 33a, Lt. 5b - S/n - Cep: 77760000 - Centro - Colinas do Tocantins.

Atenciosamente,

Colinas do Tocantins, 17 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**LUCAS ABREU MACIEL**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES N. 2344/2025

Procedimento: 2025.0007628

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO o teor da Carta de Brasília, que reafirma o compromisso do Ministério Público com a efetividade institucional em áreas prioritárias, com destaque para a saúde e a dignidade da vida;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que a vigilância Sanitária é um componente essencial do Sistema único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei n. 8.80/90, sendo sua atuação imprescindível para a promoção da saúde e a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

prevenção de riscos sanitários;

CONSIDERANDO que a fragilidade estrutural e operacional das vigilâncias sanitárias municipais compromete a efetividade da fiscalização sanitária e a proteção da saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as vigilâncias sanitárias municipais do Tocantins, visando à redução de riscos sanitários e melhora da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/TO n. 177/2021, que estabelece o Termo de Pactuação das Ações de Vigilância Sanitária entre o Estado e 128 municípios, reforçando a importância de articulação intergestora para a efetividade das políticas públicas na área;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação n. 4/2017 do Ministério da Saúde, que define as responsabilidades dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), destacando o papel municipal na execução das ações de fiscalização e controle sanitário;

CONSIDERANDO a Resolução CNS n. 588/2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde, com ênfase na capacitação de profissionais e na estruturação de sistemas locais;

CONSIDERANDO as diretrizes da RDC/ANVISA n. 560/2021, que regulamenta a organização das ações de vigilância sanitária, incluindo licenciamento, fiscalização e boas práticas;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA n. 153/2017, que estabelece critérios para classificação de riscos sanitários e licenciamento de estabelecimentos, bem como define os requisitos mínimos a serem observados pelos estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, com o objetivo de garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins”;

CONSIDERANDO que o Projeto Institucional “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” pretende capacitar no mínimo 36 vigilâncias sanitárias municipais em legislação sanitária, processo administrativo sanitário e boas práticas de vigilância em saúde até dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a atualização dos códigos sanitários municipais, a estrutura das Vigilâncias Sanitárias Municipais e a capacitação de servidores municipais para garantir a efetividade das ações de fiscalização sanitária;

CONSIDERANDO que a implementação do projeto contribuirá para a redução do risco de doenças transmissíveis, melhoria da qualidade dos alimentos e serviços prestados à população, proteção do meio ambiente e promoção da qualidade de vida,



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento da execução do Projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” no âmbito do Município de Goianorte/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CAOSAÚDE, destinados à realização das ações do presente Projeto;

5. Expeçam-se ofícios aos seguintes órgãos e entidades:

I - À Secretaria Municipal de Saúde de Goianorte/TO, solicitando os itens a seguir:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, levantamento atualizado sobre a estrutura física, de pessoal e operacional da Vigilância Sanitária Municipal;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações relacionadas à fiscalização sanitária nos últimos 12 meses;

c) apresentar planejamento de capacitação para os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal, caso existente;

d) encaminhar informações sobre a atualização do Código Sanitário Municipal e a existência de normativas locais sobre fiscalização sanitária.

II - À Secretaria Estadual de Saúde (DVISA/TO):

a) informar sobre os programas e capacitações estaduais voltados às Vigilâncias Sanitárias Municipais;

b) esclarecer sobre o apoio institucional prestado pela SES/TO às vigilâncias municipais para a implementação de políticas de fiscalização sanitária.

6. Após a juntada dos relatórios e documentos, proceder à análise e adotar medidas administrativas ou recomendações visando ao fortalecimento da Vigilância Sanitária Municipal.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES N. 2343/2025

Procedimento: 2025.0007627

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO o teor da Carta de Brasília, que reafirma o compromisso do Ministério Público com a efetividade institucional em áreas prioritárias, com destaque para a saúde e a dignidade da vida;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que a vigilância Sanitária é um componente essencial do Sistema único de Saúde (SUS),



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

conforme estabelecido na Lei n. 8.80/90, sendo sua atuação imprescindível para a promoção da saúde e a prevenção de riscos sanitários;

CONSIDERANDO que a fragilidade estrutural e operacional das vigilâncias sanitárias municipais compromete a efetividade da fiscalização sanitária e a proteção da saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as vigilâncias sanitárias municipais do Tocantins, visando à redução de riscos sanitários e melhora da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/TO n. 177/2021, que estabelece o Termo de Pactuação das Ações de Vigilância Sanitária entre o Estado e 128 municípios, reforçando a importância de articulação intergestora para a efetividade das políticas públicas na área;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação n. 4/2017 do Ministério da Saúde, que define as responsabilidades dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), destacando o papel municipal na execução das ações de fiscalização e controle sanitário;

CONSIDERANDO a Resolução CNS n. 588/2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde, com ênfase na capacitação de profissionais e na estruturação de sistemas locais;

CONSIDERANDO as diretrizes da RDC/ANVISA n. 560/2021, que regulamenta a organização das ações de vigilância sanitária, incluindo licenciamento, fiscalização e boas práticas;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA n. 153/2017, que estabelece critérios para classificação de riscos sanitários e licenciamento de estabelecimentos, bem como define os requisitos mínimos a serem observados pelos estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, com o objetivo de garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins”;

CONSIDERANDO que o Projeto Institucional “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” pretende capacitar no mínimo 36 vigilâncias sanitárias municipais em legislação sanitária, processo administrativo sanitário e boas práticas de vigilância em saúde até dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a atualização dos códigos sanitários municipais, a estrutura das Vigilâncias Sanitárias Municipais e a capacitação de servidores municipais para garantir a efetividade das ações de fiscalização sanitária;

CONSIDERANDO que a implementação do projeto contribuirá para a redução do risco de doenças transmissíveis, melhoria da qualidade dos alimentos e serviços prestados à população, proteção do meio



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

ambiente e promoção da qualidade de vida,

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento da execução do Projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” no âmbito do Município de Colmeia/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CAOSAÚDE, destinados à realização das ações do presente Projeto;

5. Expeçam-se ofícios aos seguintes órgãos e entidades:

I - À Secretaria Municipal de Saúde de Goianorte/TO, solicitando os itens a seguir:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, levantamento atualizado sobre a estrutura física, de pessoal e operacional



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

da Vigilância Sanitária Municipal;

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações relacionadas à fiscalização sanitária nos últimos 12 meses;

c) apresentar planejamento de capacitação para os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal, caso existente;

d) encaminhar informações sobre a atualização do Código Sanitário Municipal e a existência de normativas locais sobre fiscalização sanitária.

II - À Secretaria Estadual de Saúde (DVISA/TO):

a) informar sobre os programas e capacitações estaduais voltados às Vigilâncias Sanitárias Municipais;

b) esclarecer sobre o apoio institucional prestado pela SES/TO às vigilâncias municipais para a implementação de políticas de fiscalização sanitária.

6. Após a juntada dos relatórios e documentos, proceder à análise e adotar medidas administrativas ou recomendações visando ao fortalecimento da Vigilância Sanitária Municipal.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES N. 2348/2025

Procedimento: 2025.0007632

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO o teor da Carta de Brasília, que reafirma o compromisso do Ministério Público com a efetividade institucional em áreas prioritárias, com destaque para a saúde e a dignidade da vida;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que a vigilância Sanitária é um componente essencial do Sistema único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei n. 8.80/90, sendo sua atuação imprescindível para a promoção da saúde e a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

prevenção de riscos sanitários;

CONSIDERANDO que a fragilidade estrutural e operacional das vigilâncias sanitárias municipais compromete a efetividade da fiscalização sanitária e a proteção da saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as vigilâncias sanitárias municipais do Tocantins, visando à redução de riscos sanitários e melhora da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/TO n. 177/2021, que estabelece o Termo de Pactuação das Ações de Vigilância Sanitária entre o Estado e 128 municípios, reforçando a importância de articulação intergestora para a efetividade das políticas públicas na área;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação n. 4/2017 do Ministério da Saúde, que define as responsabilidades dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), destacando o papel municipal na execução das ações de fiscalização e controle sanitário;

CONSIDERANDO a Resolução CNS n. 588/2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde, com ênfase na capacitação de profissionais e na estruturação de sistemas locais;

CONSIDERANDO as diretrizes da RDC/ANVISA n. 560/2021, que regulamenta a organização das ações de vigilância sanitária, incluindo licenciamento, fiscalização e boas práticas;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA n. 153/2017, que estabelece critérios para classificação de riscos sanitários e licenciamento de estabelecimentos, bem como define os requisitos mínimos a serem observados pelos estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, com o objetivo de garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins”;

CONSIDERANDO que o Projeto Institucional “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” pretende capacitar no mínimo 36 vigilâncias sanitárias municipais em legislação sanitária, processo administrativo sanitário e boas práticas de vigilância em saúde até dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a atualização dos códigos sanitários municipais, a estrutura das Vigilâncias Sanitárias Municipais e a capacitação de servidores municipais para garantir a efetividade das ações de fiscalização sanitária;

CONSIDERANDO que a implementação do projeto contribuirá para a redução do risco de doenças transmissíveis, melhoria da qualidade dos alimentos e serviços prestados à população, proteção do meio ambiente e promoção da qualidade de vida,



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento da execução do Projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” no âmbito do Município de Itaporã do Tocantins/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CAOSAÚDE, destinados à realização das ações do presente Projeto;

5. Expeçam-se ofícios aos seguintes órgãos e entidades:

I - À Secretaria Municipal de Saúde de Itaporã do Tocantins/TO, solicitando os itens a seguir:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, levantamento atualizado sobre a estrutura física, de pessoal e operacional da Vigilância Sanitária Municipal;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações relacionadas à fiscalização sanitária nos últimos 12 meses;

c) apresentar planejamento de capacitação para os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal, caso existente;

d) encaminhar informações sobre a atualização do Código Sanitário Municipal e a existência de normativas locais sobre fiscalização sanitária.

II - À Secretaria Estadual de Saúde (DVISA/TO):

a) informar sobre os programas e capacitações estaduais voltados às Vigilâncias Sanitárias Municipais;

b) esclarecer sobre o apoio institucional prestado pela SES/TO às vigilâncias municipais para a implementação de políticas de fiscalização sanitária.

6. Após a juntada dos relatórios e documentos, proceder à análise e adotar medidas administrativas ou recomendações visando ao fortalecimento da Vigilância Sanitária Municipal.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES N. 2346/2025

Procedimento: 2025.0007629

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO o teor da Carta de Brasília, que reafirma o compromisso do Ministério Público com a efetividade institucional em áreas prioritárias, com destaque para a saúde e a dignidade da vida;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que a vigilância Sanitária é um componente essencial do Sistema único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei n. 8.80/90, sendo sua atuação imprescindível para a promoção da saúde e a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

prevenção de riscos sanitários;

CONSIDERANDO que a fragilidade estrutural e operacional das vigilâncias sanitárias municipais compromete a efetividade da fiscalização sanitária e a proteção da saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as vigilâncias sanitárias municipais do Tocantins, visando à redução de riscos sanitários e melhora da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/TO n. 177/2021, que estabelece o Termo de Pactuação das Ações de Vigilância Sanitária entre o Estado e 128 municípios, reforçando a importância de articulação intergestora para a efetividade das políticas públicas na área;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação n. 4/2017 do Ministério da Saúde, que define as responsabilidades dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), destacando o papel municipal na execução das ações de fiscalização e controle sanitário;

CONSIDERANDO a Resolução CNS n. 588/2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde, com ênfase na capacitação de profissionais e na estruturação de sistemas locais;

CONSIDERANDO as diretrizes da RDC/ANVISA n. 560/2021, que regulamenta a organização das ações de vigilância sanitária, incluindo licenciamento, fiscalização e boas práticas;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA n. 153/2017, que estabelece critérios para classificação de riscos sanitários e licenciamento de estabelecimentos, bem como define os requisitos mínimos a serem observados pelos estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, com o objetivo de garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins”;

CONSIDERANDO que o Projeto Institucional “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” pretende capacitar no mínimo 36 vigilâncias sanitárias municipais em legislação sanitária, processo administrativo sanitário e boas práticas de vigilância em saúde até dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a atualização dos códigos sanitários municipais, a estrutura das Vigilâncias Sanitárias Municipais e a capacitação de servidores municipais para garantir a efetividade das ações de fiscalização sanitária;

CONSIDERANDO que a implementação do projeto contribuirá para a redução do risco de doenças transmissíveis, melhoria da qualidade dos alimentos e serviços prestados à população, proteção do meio ambiente e promoção da qualidade de vida,



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento da execução do Projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” no âmbito do Município de Pequizeiro/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CAOSAÚDE, destinados à realização das ações do presente Projeto;

5. Expeçam-se ofícios aos seguintes órgãos e entidades:

I - À Secretaria Municipal de Saúde de Pequizeiro/TO, solicitando os itens a seguir:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, levantamento atualizado sobre a estrutura física, de pessoal e operacional da Vigilância Sanitária Municipal;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações relacionadas à fiscalização sanitária nos últimos 12 meses;

c) apresentar planejamento de capacitação para os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal, caso existente;

d) encaminhar informações sobre a atualização do Código Sanitário Municipal e a existência de normativas locais sobre fiscalização sanitária.

II - À Secretaria Estadual de Saúde (DVISA/TO):

a) informar sobre os programas e capacitações estaduais voltados às Vigilâncias Sanitárias Municipais;

b) esclarecer sobre o apoio institucional prestado pela SES/TO às vigilâncias municipais para a implementação de políticas de fiscalização sanitária.

6. Após a juntada dos relatórios e documentos, proceder à análise e adotar medidas administrativas ou recomendações visando ao fortalecimento da Vigilância Sanitária Municipal.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES N. 2345/2025
(ADITAMENTO DA PORTARIA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES N. 2343/2025)

Procedimento: 2025.0007627

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO o teor da Carta de Brasília, que reafirma o compromisso do Ministério Público com a efetividade institucional em áreas prioritárias, com destaque para a saúde e a dignidade da vida;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que a vigilância Sanitária é um componente essencial do Sistema único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei n. 8.80/90, sendo sua atuação imprescindível para a promoção da saúde e a prevenção de riscos sanitários;

CONSIDERANDO que a fragilidade estrutural e operacional das vigilâncias sanitárias municipais compromete a efetividade da fiscalização sanitária e a proteção da saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as vigilâncias sanitárias municipais do Tocantins, visando à redução de riscos sanitários e melhora da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/TO n. 177/2021, que estabelece o Termo de Pactuação das Ações de Vigilância Sanitária entre o Estado e 128 municípios, reforçando a importância de articulação intergestora para a efetividade das políticas públicas na área;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação n. 4/2017 do Ministério da Saúde, que define as responsabilidades dos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), destacando o papel municipal na execução das ações de fiscalização e controle sanitário;

CONSIDERANDO a Resolução CNS n. 588/2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde, com ênfase na capacitação de profissionais e na estruturação de sistemas locais;

CONSIDERANDO as diretrizes da RDC/ANVISA n. 560/2021, que regulamenta a organização das ações de vigilância sanitária, incluindo licenciamento, fiscalização e boas práticas;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA n. 153/2017, que estabelece critérios para classificação de riscos sanitários e licenciamento de estabelecimentos, bem como define os requisitos mínimos a serem observados pelos estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, com o objetivo de garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins”;

CONSIDERANDO que o Projeto Institucional “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” pretende capacitar no mínimo 36 vigilâncias sanitárias municipais em legislação sanitária, processo administrativo sanitário e boas práticas de vigilância em saúde até dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a atualização dos códigos sanitários municipais, a estrutura das Vigilâncias Sanitárias Municipais e a capacitação de servidores municipais para garantir a efetividade das ações de fiscalização sanitária;

CONSIDERANDO que a implementação do projeto contribuirá para a redução do risco de doenças



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

transmissíveis, melhoria da qualidade dos alimentos e serviços prestados à população, proteção do meio ambiente e promoção da qualidade de vida,

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento da execução do Projeto “Estratégias para o Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios do Estado do Tocantins” no âmbito do Município de Colmeia/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CAOSAÚDE, destinados à realização das ações do presente Projeto;

5. Expeçam-se ofícios aos seguintes órgãos e entidades:

I - À Secretaria Municipal de Saúde de Colmeia/TO, solicitando os itens a seguir:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, levantamento atualizado sobre a estrutura física, de pessoal e operacional da Vigilância Sanitária Municipal;

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações relacionadas à fiscalização sanitária nos últimos 12 meses;

c) apresentar planejamento de capacitação para os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal, caso existente;

d) encaminhar informações sobre a atualização do Código Sanitário Municipal e a existência de normativas locais sobre fiscalização sanitária.

II - À Secretaria Estadual de Saúde (DVISA/TO):

a) informar sobre os programas e capacitações estaduais voltados às Vigilâncias Sanitárias Municipais;

b) esclarecer sobre o apoio institucional prestado pela SES/TO às vigilâncias municipais para a implementação de políticas de fiscalização sanitária.

6. Após a juntada dos relatórios e documentos, proceder à análise e adotar medidas administrativas ou recomendações visando ao fortalecimento da Vigilância Sanitária Municipal.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2350/2025**

Procedimento: 2025.0007643

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, assegurando acesso integral e gratuito à população;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle social e de gestão participativa no SUS, visando à transparência e à efetividade das políticas públicas de saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, por meio de suas políticas e programas, tem buscado fortalecer o SUS, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e a redução das desigualdades regionais;

CONSIDERANDO que a judicialização excessiva da saúde compromete a equidade e a alocação eficiente dos recursos públicos, tornando necessária a adoção de estratégias de resolução consensual de conflitos e mediação;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento contínuo dos indicadores de saúde, incluindo a redução



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

da taxa de congestionamento judicial de demandas da saúde, a melhoria no índice de atendimento da demanda e a promoção da cultura de paz na resolução de conflitos relacionados à assistência à saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)", com o objetivo de aprimorar a atuação na defesa do direito à saúde, garantindo o cumprimento das normativas e legislações do direito da saúde pública, a partir da efetividade do planejamento estratégico do SUS e fortalecimento do controle social;

CONSIDERANDO que o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)" visa fomentar a cultura de diálogo e conciliação na área da saúde, fortalecer a gestão participativa da saúde, melhorar o acesso da população aos medicamentos, tratamentos e serviços de saúde de forma regionalizada, aumentar a satisfação dos usuários do SUS e consolidar o papel do MPTO como defensor do direito à saúde;

CONSIDERANDO que a adesão a este projeto é de extrema relevância para a promoção da saúde pública e para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos tocantinenses,

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento do Projeto Institucional de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS) no Município de Colmeia/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CaoSAÚDE, destinados à realização das ações do Projeto Fortalecimento do SUS;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Expedição de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Colmeia/TO, solicitando as seguintes informações e providências:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, relatório detalhado sobre a aplicação dos recursos públicos na área da saúde, especificando os valores destinados à atenção básica, média e alta complexidade, bem como as fontes de financiamento utilizadas (ano anterior e atual) - SUS, recursos próprios, transferências federais e estaduais;

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações registradas nos últimos 12 meses, os tipos de demandas (reclamações, sugestões, elogios) e as providências adotadas;

c) especificar os indicadores de pactuação e instrumentos de planejamento da saúde municipal, informando se a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Plano Plurianual de Saúde (PPA) estão sendo integralmente cumpridos.

6. Expedição de ofício à Secretaria Estadual de Saúde, solicitando as seguintes informações e providências:

a) informar se há acompanhamento técnico e auditorias sobre a execução das políticas públicas de saúde no Município de Colmeia/TO vinculados ao Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) apresentar dados sobre a cobertura da atenção primária no município, especificando a taxa de cobertura das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal;

c) encaminhar relatório sobre os repasses financeiros realizados ao Município de Colmeia/TO nos últimos 12 meses, discriminando os valores transferidos e suas finalidades;

d) esclarecer sobre a articulação entre o Estado do Tocantins e os municípios para garantir a regionalização da assistência à saúde e o acesso a serviços de média e alta complexidade.

7. Expedição de ofício ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando:

a) informar se há auditorias em andamento sobre a aplicação de recursos do SUS no município participante do Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) esclarecer se foram emitidas recomendações ou determinações aos gestores municipais com relação à transparência e eficiência na execução das políticas de saúde.

8. Após a juntada das respostas ou transcurso de prazo, volvam-se os autos conclusos.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2355/2025**

Procedimento: 2025.0007652

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, assegurando acesso integral e gratuito à população;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle social e de gestão participativa no SUS, visando à transparência e à efetividade das políticas públicas de saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, por meio de suas políticas e programas, tem buscado fortalecer o SUS, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e a redução das desigualdades regionais;

CONSIDERANDO que a judicialização excessiva da saúde compromete a equidade e a alocação eficiente dos recursos públicos, tornando necessária a adoção de estratégias de resolução consensual de conflitos e mediação;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento contínuo dos indicadores de saúde, incluindo a redução



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

da taxa de congestionamento judicial de demandas da saúde, a melhoria no índice de atendimento da demanda e a promoção da cultura de paz na resolução de conflitos relacionados à assistência à saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)", com o objetivo de aprimorar a atuação na defesa do direito à saúde, garantindo o cumprimento das normativas e legislações do direito da saúde pública, a partir da efetividade do planejamento estratégico do SUS e fortalecimento do controle social;

CONSIDERANDO que o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)" visa fomentar a cultura de diálogo e conciliação na área da saúde, fortalecer a gestão participativa da saúde, melhorar o acesso da população aos medicamentos, tratamentos e serviços de saúde de forma regionalizada, aumentar a satisfação dos usuários do SUS e consolidar o papel do MPTO como defensor do direito à saúde;

CONSIDERANDO que a adesão a este projeto é de extrema relevância para a promoção da saúde pública e para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos tocantinenses,

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento do Projeto Institucional de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS) no Município de Pequizeiro/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CaoSAÚDE, destinados à realização das ações do Projeto Fortalecimento do SUS;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Expedição de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Pequizeiro/TO, solicitando as seguintes informações e providências:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, relatório detalhado sobre a aplicação dos recursos públicos na área da saúde, especificando os valores destinados à atenção básica, média e alta complexidade, bem como as fontes de financiamento utilizadas (ano anterior e atual) - SUS, recursos próprios, transferências federais e estaduais;

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações registradas nos últimos 12 meses, os tipos de demandas (reclamações, sugestões, elogios) e as providências adotadas;

c) especificar os indicadores de pactuação e instrumentos de planejamento da saúde municipal, informando se a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Plano Plurianual de Saúde (PPA) estão sendo integralmente cumpridos.

6. Expedição de ofício à Secretaria Estadual de Saúde, solicitando as seguintes informações e providências:

a) informar se há acompanhamento técnico e auditorias sobre a execução das políticas públicas de saúde no Município de Pequizeiro/TO vinculados ao Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) apresentar dados sobre a cobertura da atenção primária no município, especificando a taxa de cobertura das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal;

c) encaminhar relatório sobre os repasses financeiros realizados ao Município de Pequizeiro/TO nos últimos 12 meses, discriminando os valores transferidos e suas finalidades;

d) esclarecer sobre a articulação entre o Estado do Tocantins e os municípios para garantir a regionalização da assistência à saúde e o acesso a serviços de média e alta complexidade.

7. Expedição de ofício ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando:

a) informar se há auditorias em andamento sobre a aplicação de recursos do SUS no município participante do Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) esclarecer se foram emitidas recomendações ou determinações aos gestores municipais com relação à transparência e eficiência na execução das políticas de saúde.

8. Após a juntada das respostas ou transcurso de prazo, volvam-se os autos conclusos.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2354/2025**

Procedimento: 2025.0007649

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, assegurando acesso integral e gratuito à população;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle social e de gestão participativa no SUS, visando à transparência e à efetividade das políticas públicas de saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, por meio de suas políticas e programas, tem buscado fortalecer o SUS, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e a redução das desigualdades regionais;

CONSIDERANDO que a judicialização excessiva da saúde compromete a equidade e a alocação eficiente dos recursos públicos, tornando necessária a adoção de estratégias de resolução consensual de conflitos e mediação;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento contínuo dos indicadores de saúde, incluindo a redução



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

da taxa de congestionamento judicial de demandas da saúde, a melhoria no índice de atendimento da demanda e a promoção da cultura de paz na resolução de conflitos relacionados à assistência à saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)", com o objetivo de aprimorar a atuação na defesa do direito à saúde, garantindo o cumprimento das normativas e legislações do direito da saúde pública, a partir da efetividade do planejamento estratégico do SUS e fortalecimento do controle social;

CONSIDERANDO que o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)" visa fomentar a cultura de diálogo e conciliação na área da saúde, fortalecer a gestão participativa da saúde, melhorar o acesso da população aos medicamentos, tratamentos e serviços de saúde de forma regionalizada, aumentar a satisfação dos usuários do SUS e consolidar o papel do MPTO como defensor do direito à saúde;

CONSIDERANDO que a adesão a este projeto é de extrema relevância para a promoção da saúde pública e para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos tocantinenses,

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento do Projeto Institucional de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS) no Município de Itaporã do Tocantins/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CaoSAÚDE, destinados à realização das ações do Projeto Fortalecimento do SUS;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Expedição de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Itaporã do Tocantins/TO, solicitando as seguintes informações e providências:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, relatório detalhado sobre a aplicação dos recursos públicos na área da saúde, especificando os valores destinados à atenção básica, média e alta complexidade, bem como as fontes de financiamento utilizadas (ano anterior e atual) - SUS, recursos próprios, transferências federais e estaduais;

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações registradas nos últimos 12 meses, os tipos de demandas (reclamações, sugestões, elogios) e as providências adotadas;

c) especificar os indicadores de pactuação e instrumentos de planejamento da saúde municipal, informando se a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Plano Plurianual de Saúde (PPA) estão sendo integralmente cumpridos.

6. Expedição de ofício à Secretaria Estadual de Saúde, solicitando as seguintes informações e providências:

a) informar se há acompanhamento técnico e auditorias sobre a execução das políticas públicas de saúde no Município de Itaporã do Tocantins/TO vinculados ao Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) apresentar dados sobre a cobertura da atenção primária no município, especificando a taxa de cobertura das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal;

c) encaminhar relatório sobre os repasses financeiros realizados ao Município de Itaporã do Tocantins/TO nos últimos 12 meses, discriminando os valores transferidos e suas finalidades;

d) esclarecer sobre a articulação entre o Estado do Tocantins e os municípios para garantir a regionalização da assistência à saúde e o acesso a serviços de média e alta complexidade.

7. Expedição de ofício ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando:

a) informar se há auditorias em andamento sobre a aplicação de recursos do SUS no município participante do Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) esclarecer se foram emitidas recomendações ou determinações aos gestores municipais com relação à transparência e eficiência na execução das políticas de saúde.

8. Após a juntada das respostas ou transcurso de prazo, volvam-se os autos conclusos.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2352/2025**

Procedimento: 2025.0007647

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que o Ministério Público "é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas, com a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, conforme art. 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo art. 129, III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de raiz constitucional (art. 6º da Constituição Federal), corolário do próprio direito à vida, donde provém a impossibilidade de a sua tutela ser objeto de eventual mitigação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que "*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*;

CONSIDERANDO que a saúde é um bem difuso de expressão constitucional, de relevância pública e dever do Estado, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição de 1988, tendo o art. 10 da Lei n. 7.983/1989 qualificado, como serviços públicos essenciais, os serviços de assistência médica e hospitalar;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, conforme art. 4º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, assegurando acesso integral e gratuito à população;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle social e de gestão participativa no SUS, visando à transparência e à efetividade das políticas públicas de saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, por meio de suas políticas e programas, tem buscado fortalecer o SUS, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e a redução das desigualdades regionais;

CONSIDERANDO que a judicialização excessiva da saúde compromete a equidade e a alocação eficiente dos recursos públicos, tornando necessária a adoção de estratégias de resolução consensual de conflitos e mediação;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento contínuo dos indicadores de saúde, incluindo a redução



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

da taxa de congestionamento judicial de demandas da saúde, a melhoria no índice de atendimento da demanda e a promoção da cultura de paz na resolução de conflitos relacionados à assistência à saúde;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), tem desenvolvido o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)", com o objetivo de aprimorar a atuação na defesa do direito à saúde, garantindo o cumprimento das normativas e legislações do direito da saúde pública, a partir da efetividade do planejamento estratégico do SUS e fortalecimento do controle social;

CONSIDERANDO que o projeto "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS)" visa fomentar a cultura de diálogo e conciliação na área da saúde, fortalecer a gestão participativa da saúde, melhorar o acesso da população aos medicamentos, tratamentos e serviços de saúde de forma regionalizada, aumentar a satisfação dos usuários do SUS e consolidar o papel do MPTO como defensor do direito à saúde;

CONSIDERANDO que a adesão a este projeto é de extrema relevância para a promoção da saúde pública e para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos tocantinenses,

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo para acompanhamento do Projeto Institucional de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS (FISC_SUS) no Município de Goianorte/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CaoSAÚDE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

4. Proceda-se à juntada aos autos do Termo de Adesão e Plano de trabalho elaborado em conjunto com o CaoSAÚDE, destinados à realização das ações do Projeto Fortalecimento do SUS;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Expedição de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Goianorte/TO, solicitando as seguintes informações e providências:

a) encaminhar, no prazo de 15 dias, relatório detalhado sobre a aplicação dos recursos públicos na área da saúde, especificando os valores destinados à atenção básica, média e alta complexidade, bem como as fontes de financiamento utilizadas (ano anterior e atual) - SUS, recursos próprios, transferências federais e estaduais;

b) informar sobre a existência e funcionamento da Ouvidoria Municipal de Saúde, especificando o número de manifestações registradas nos últimos 12 meses, os tipos de demandas (reclamações, sugestões, elogios) e as providências adotadas;

c) especificar os indicadores de pactuação e instrumentos de planejamento da saúde municipal, informando se a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Plano Plurianual de Saúde (PPA) estão sendo integralmente cumpridos.

6. Expedição de ofício à Secretaria Estadual de Saúde, solicitando as seguintes informações e providências:

a) informar se há acompanhamento técnico e auditorias sobre a execução das políticas públicas de saúde no Município de Goianorte/TO vinculados ao Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) apresentar dados sobre a cobertura da atenção primária no município, especificando a taxa de cobertura das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal;

c) encaminhar relatório sobre os repasses financeiros realizados ao Município de Goianorte/TO nos últimos 12 meses, discriminando os valores transferidos e suas finalidades;

d) esclarecer sobre a articulação entre o Estado do Tocantins e os municípios para garantir a regionalização da assistência à saúde e o acesso a serviços de média e alta complexidade.

7. Expedição de ofício ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando:

a) informar se há auditorias em andamento sobre a aplicação de recursos do SUS no município participante do Projeto "Fortalecimento do SUS (FISC_SUS)";

b) esclarecer se foram emitidas recomendações ou determinações aos gestores municipais com relação à transparência e eficiência na execução das políticas de saúde.

8. Após a juntada das respostas ou transcurso de prazo, volvam-se os autos conclusos.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS N. 2356/2025**

Procedimento: 2025.0000716

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil abarcou a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - dispõe que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral nela tratada, assegurando-se-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

CONSIDERANDO que, em seu art. 4º, caput, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que a citada Lei determina ainda que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO a notícia de que a adolescente G.S.C, vem fazendo uso de substâncias ilícitas em período gestacional;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP-TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO os fundamentos expostos e as informações e documentos acostados nos autos da Notícia de Fato n. 2025.0000716,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, objetivando promover o acompanhamento da situação da adolescente G.S.C, com vistas a garantir sua saúde física e mental, bem como a proteção do nascituro.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts. 27 e 28 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Junte-se a estes autos a Notícia de Fato correlata e eventuais documentos que a acompanham;

3. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação, pela aba "comunicações";

4. Nomeia-se a assessora ministerial lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Colmeia como secretária deste feito;

5. Oficie-se à equipe técnica da Proteção Especial de Itaporã do Tocantins e à Secretaria de Saúde da municipalidade, para promover o acompanhamento contínuo da adolescente G.S.C, com apresentação de relatórios mensais a esta Promotoria de Justiça;

6. Oficie-se ao Conselho Tutelar de Itaporã do Tocantins, comunicando a instauração do presente procedimento;

7. Aguarde-se manifestação da equipe técnica da Proteção Especial e da Secretarias de Saúde de Itaporã do Tocantins/TO, ou decurso de prazo. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Colméia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920470 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0001062

Trata-se de inquérito civil público que foi instaurado visando apurar supostas irregularidades quanto à ausência de disponibilização de transportes aos pacientes que fazem tratamentos no município de Palmas/TO, em virtude dos veículos do município de Lagoa da Confusão/TO, em tese, estarem frequentemente quebrados.

No evento 6 foi determinado que o município de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiado para conhecimento dos fatos e para prestar os esclarecimentos que entendesse pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia.

No evento 9 a notícia de fato foi convertida em procedimento preparatório e como diligência foi determinado a certificação nos autos acerca da resposta do Ofício n. 150/2023/TEC1 encaminhado ao Município de Lagoa da Confusão/TO, bem como foi determinado que a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiada para conhecimento e para prestar os esclarecimentos que entendesse pertinentes acerca dos fatos relatados na denúncia.

No evento 16 foi determinado a reiteração dos ofícios encaminhados ao Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO.

No evento 21 o procedimento preparatório foi convertido no presente inquérito civil público e como diligência foi determinado que o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO fossem oficiadas para conhecimento e para prestar esclarecimentos dos fatos narrados pelo denunciante, em especial, no que diz respeito a não disponibilização de transportes aos pacientes que fazem tratamentos no município de Palmas/TO, em virtude dos veículos do município de Lagoa da Confusão/TO, em tese, estarem frequentemente quebrados.

No evento 25 foi determinado a reiteração dos ofícios encaminhados Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO.

No evento 30 foi juntada resposta da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO.

No evento 30 foi juntada reposta do Município de Lagoa da Confusão/TO.

É, em síntese, o relatório.

Passa-se a manifestação ministerial.

Compulsando os autos, verifica-se que o presente procedimento se ensejou a partir de denúncia anônima, na qual o denunciante relatou, em suma, que o município de Lagoa da Confusão/TO não está disponibilizando veículo para transportar pacientes que fazem tratamento em Palmas/TO, pois mesmo possuindo várias vans, estas estão frequentemente quebradas, que o município está disponibilizando combustível aos pacientes que possuem veículo, contudo, a maioria dos pacientes não possuem veículo, destacando que a situação está precária na área da saúde.

Inicialmente com o intuito de instruir os autos foi solicitado ao município de Lagoa da Confusão/TO que prestasse os esclarecimentos que entendesse pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia, contudo, transcorreu o prazo sem que houvesse resposta do município, razão pela qual a notícia de fato foi convertida em procedimento preparatório, sendo determinado como diligência a certificação nos autos acerca da resposta do Ofício n. 150/2023/TEC1 encaminhado ao Município de Lagoa da Confusão/TO, bem como foi determinado que a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiada para conhecimento e para que



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

prestasse os esclarecimentos que entendesse pertinentes acerca dos fatos relatados na denúncia.

Findado o prazo do procedimento preparatório, este foi convertido no presente inquérito civil público sendo determinado que o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO fossem oficiados para prestarem esclarecimentos dos fatos narrados pelo denunciante, em especial, em respeito a não disponibilização de transportes aos pacientes que fazem tratamentos no município de Palmas/TO, em virtude dos veículos do município de Lagoa da Confusão/TO, em tese, estarem frequentemente quebrados.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO informou que os veículos da secretaria atendem diversas demandas de transporte aos pacientes diariamente de segunda a sexta feira, e em alguns casos quando necessário, aos sábados e domingos, para hospitais em Paraíso, Gurupi, Porto Nacional, Palmas e outras cidades quando necessário. Destacou a existência de alta demanda de pacientes que recebem tratamento de câncer, hemodiálise, consultas ou cirurgias, informou que são disponibilizados aos pacientes todos os dias, quinze vagas na van para Palmas e Paraíso e quinze vagas para Gurupi, sendo necessário que o paciente faça o agendamento da viagem com um dia de antecedência, priorizam os pacientes com urgência no atendimento (câncer, hemodiálise, cirurgias, exames). Informou, ainda, que sempre que ultrapassa a lotação da vans ou haja necessidade de algum reparo nos veículos e disponibilizado outro para não deixar os pacientes sem atendimentos e em alguns casos sendo necessário utilizam ambulância para transporte dos pacientes e em casos excepcionais de não haver vaga ou outro veículo disponível para o transporte, se o paciente tiver veículo é disponibilizado o combustível a este a fim de possa ir fazer o tratamento. Por fim, informou que trabalham incansavelmente para atender às necessidades de transportes dos pacientes, que a alta demanda de pacientes em tratamento de câncer e de hemodiálise é um desafio, sendo abordado por meio de realocação de mais veículos para maximizar a capacidade da van e melhorar o atendimento.

O Município de Lagoa da Confusão/TO, por sua vez, informou que a denúncia anônima é desprovida de qualquer indício de mínimo de verdade ou prova, além de não informar o nome da pessoa supostamente prejudicada, tampouco data, horário ou circunstância concreta da suposta omissão do Município. Nenhuma identificação de paciente, acompanhante, servidor da saúde ou mesmo do veículo alegadamente quebrado foi mencionado pelo denunciante. Informou, ainda, que os veículos da Secretaria Municipal de Saúde atuam diariamente, de forma diligente e ininterrupta, no atendimento às demandas de transporte de pacientes para as unidades médicas em Palmas, Paraíso, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína, entre outros. Destacou que a frota é gerida com planejamento e manutenção constante, sendo a logística de deslocamento organizada com responsabilidade e eficiência, inclusive com registros formais de controle de viagens e escalas.

Consta na resposta que o Município mantém regularmente o transporte de pacientes para os hospitais de referência em Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi, Araguaína, entre outros, através de frota própria e veículos locados, utilizados de forma contínua e intensiva, inclusive aos fins de semana e feriados. Consta, ainda, quando há necessidade de manutenção dos veículos é deslocado outros veículos de frota para suprir a demanda e caso a frota não seja suficiente o município disponibiliza outros veículos com o objetivo de garantir a efetividade da prestação do serviço público de saúde. Por fim, destacou que em casos extremos e raríssimos, quando todos os esforços logísticos já foram tentados e exauridos em atenção ao princípio da reserva do possível e ao dever de continuidade do serviço público concede-se combustível a pacientes que disponham de meio próprio de transporte, sendo tal medida excepcionalíssima, adotada somente quando não há outra saída viável e, não pode, de forma alguma, ser interpretada como substituição sistemática do dever do Município, que segue cumprindo com sua obrigação por meio da utilização regular da frota.

Desta maneira, da análise dos autos e diante das respostas obtidas, não foi possível aferir a existência de irregularidades quanto à ausência de disponibilização de veículos para realizar o transporte aos pacientes que fazem tratamentos fora do domicílio de Lagoa da Confusão/TO, ao contrário do que o denunciante relatou sempre que há necessidade de manutenção dos veículos, é feito a realocação de outros veículos da secretaria de saúde e quando há necessidade são utilizados os veículos de outras pastas para suprir a demanda, a fim de



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

seja garantido a prestação do serviço a saúde dos pacientes do município, sendo, portanto, o arquivamento do presente procedimento a medida que se impõe.

Ante o exposto, com fundamento no art. 18, I, da Resolução n. 05/2018, do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), promovo o ARQUIVAMENTO deste inquérito civil, pelos motivos e fundamentos acima delineados.

COMUNIQUE-SE à Ouvidoria deste Ministério Público acerca da presente decisão de arquivamento.

CIENTIFIQUE-SE o Município de Lagoa da Confusão/TO acerca da presente decisão de arquivamento.

CIENTIFIQUE-SE ao interessado acerca da presente decisão de arquivamento, devendo, contudo, ser efetuada por meio do DOMP – Diário Oficial do Ministério Público, por se cuidar de denúncia anônima, não sendo possível procedê-la por correio eletrônico, deixando consignado que, acaso tenha interesse, poderá apresentar razões escritas ou documentos diretamente no Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento da presente promoção de arquivamento, nos termos do §3º, do art. 18, da Resolução CSMP n. 005/2018;

Após, REMETAM-SE os presentes autos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 18, § 1º, da Resolução n. 005/2018, do CSMP.

Cumpra-se.

Cristalândia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JANETE DE SOUZA SANTOS INTIGAR**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N. 2382/2025**

Procedimento: 2024.0005563

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Cristalândia – TO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; arts. 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e 26, I, da Lei 8.625/93; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/95; art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e art. 8º da Resolução 005/2018/CSMP/TO, e

CONSIDERANDO o teor do procedimento preparatório n. 2024.0005563 que foi instaurado visando apurar suposta simulação de pagamento de despesas com combustíveis, peças e motores para veículos em desuso e sucateados, pertencentes à frota da Secretaria de Saúde de Lagoa da Confusão – TO, e simulação de abastecimento de veículos oficiais para realizar o abastecimento de veículos de terceiros, estranhos à administração pública municipal;

CONSIDERANDO que foi requisitado ao Município de Lagoa da Confusão/TO, que: 1.1. Informasse o período em que a Sra. Iodete Coelho de Oliveira esteve à frente da Secretaria Municipal de Saúde, desde a data de sua posse até a data de eventual desligamento; 1.2. Informasse quem era o responsável pelo controle de abastecimento dos veículos pertencentes à frota da Secretária Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão; 1.3. Informasse de que forma era realizado o controle desses abastecimentos; 1.4. Informe de que forma eram realizados os pagamentos desses abastecimentos; 1.5. Apresentasse toda a documentação relacionada aos abastecimentos dos veículos pertencentes à frota da Secretária Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão, inclusive autorizações para aquisição, notas de empenho e pagamento, documentação de controle de abastecimento, dentre outros que se mostrarem pertinentes; 1.6. Informasse qual era a empresa responsável pelo fornecimento de combustível para abastecimento desses veículos, encaminhando cópia do respectivo contrato para prestação desses serviços; 1.7. Informasse a descrição de todos veículos pertencentes à frota da Secretária Municipal de Saúde e o estado de utilidade em que cada um se encontra, acompanhadas das respectivas documentações comprobatórias; 1.8. Informasse os nomes dos motoristas que prestaram serviços à frota da Secretária Municipal de Saúde, durante o período em que a Sra. Iodete Coelho de Oliveira esteve à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão. Também foi determinado a notificação de N.D.C.; D.P.C.; J.R.B. e I.C.O. para comparecerem a sede da Promotoria de Justiça no dia 10 de outubro de 2024, às 14 h (ev. 9);

CONSIDERANDO que foram realizadas as oitivas de N.D.C.; D.P.C.; J.R.B. e I.C.O, sendo as mídias das oitivas juntadas nos eventos 22 e 25;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, nos termos do art. 10 da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que dentre as funções institucionais do Ministério Público encontra-se a promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública para a proteção, a prevenção e a reparação de danos causados ao patrimônio público e social, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar Estadual n. 51, de 02.01.2008, art. 60, inc. VII) e no art. 129, III, da CF/88.

RESOLVE:

Instaurar Inquérito Civil Público para apurar a ocorrência de atos dolosos de improbidade administrativa e/ou crimes praticados por agentes públicos do Município de Lagoa da Confusão/TO, relacionados ao abastecimento de combustíveis e aquisição de peças para veículos sucateados da Secretaria Municipal de Saúde.

O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 1ª Promotoria de Justiça de Cristalândia – TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza, atentando-se para a necessidade de que os ofícios expedidos sejam sempre acompanhados de cópia desta portaria (por força do art. 6º, § 10, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

Nesses termos, determino a realização das seguintes diligências:

1- Proceda-se vistoria técnica nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO e junto ao estabelecimento comercial (oficina mecânica) pertencente à ex-secretária municipal de saúde, Iodete Coelho ou ao seu esposo, onde os veículos supostamente sucateados ou inoperantes se encontram (locais possíveis), sendo eles um Fiat Doblò Ambulância, placa MWE-0057; uma Mitsubishi L200 Triton; placa OLH-9270; um Pálio, Kangoo, Fiorino e um Golf, devendo o servidor ministerial identificar e fotografá-los, verificando sua condição externa (lataria, pneus, vidros, estrutura), presença e estado do motor (principalmente no caso da caminhonete), estado interno e painel (quilometragem, instrumentos), se há vestígios de uso recente ou se estão parados há longo período, placas e adesivos oficiais (se houver);

2- Requisite-se à empresa *'V*ólus Gestão de Frotas Ltda’*,* para que no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhe a este *Parquet*, *a* cópia integral dos extratos mensais de abastecimentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde entre os anos de 2021 a 2024; os nomes e matrículas dos servidores dessa secretaria que portavam cartão e eram gestores de abastecimentos e de aquisições de peças veiculares; datas, valores, volume e tipo de combustíveis abastecidos no período; placas dos veículos beneficiados e postos utilizados; e a identificação de eventuais abastecimentos manuais ou inserções posteriores ao abastecimento;

3- Requisite-se ao Posto Jatobá, para que no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhe a este *Parquet*, a cópia dos boletins diários de abastecimento dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO ou planilhas de controle internos utilizados entre 2021 e 2024, indicando datas, horários, tipo de combustíveis, volume, valores, placas dos veículos abastecidos e nomes dos motoristas ou servidor responsável no momento do abastecimento, além de cópia das requisições físicas entregues pela prefeitura,



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

assinadas pela ex-secretária de saúde, inclusive aquelas sem preenchimento de valores ou de campos obrigatórios;

4- Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público, via sistema, informando a instauração do presente inquérito civil público, conforme artigo 12, VI, da Resolução nº 005/2018 do CSMP;

5- Afixe-se cópia da presente portaria no local de costume, bem como remessa, via sistema, para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, conforme artigo 12, V, da Resolução nº 005/2018 do CSMP.

Cumpra-se.

Após, conclusos.

Cristalândia, 19 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JANETE DE SOUZA SANTOS INTIGAR**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920469 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Procedimento: 2023.0001119

Trata-se de inquérito civil público que foi instaurado visando apurar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo município de Lagoa da Confusão/TO para a prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti.*

Nos eventos 6 e 9 foi determinado que o município de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiado para realizar fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresentasse as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia.

No evento 13 foi juntada resposta do município de Lagoa da Confusão/TO.

No evento 16 foi determinado que o município de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiado para encaminhar o relatório de fiscalização *in loco* realizado na empresa de reciclagem citada pelo município no Ofício n. 491/2023/GPM.

No evento 19 o procedimento preparatório foi convertido no presente inquérito civil público e como diligência foi determinado que o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO, fossem oficiados para: 1.1 realizar a fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresente as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia; 1.2 informar quais medidas de prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* foram adotadas pelo Município.

No evento 28 foi juntada resposta da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO.

É, em síntese, o relatório.

Passa-se a manifestação ministerial.

Compulsando os autos, verifica-se que o presente procedimento se ensejou a partir de denúncia anônima na qual o denunciante relatou, em suma, que no município de Lagoa da Confusão/TO existem três ferros velhos, um deles em frente ao hospital municipal, todos com água parada e que não existe nenhuma fiscalização por parte do Município e a cidade encontra-se com um alto índice de dengue.

Com o intuito de instruir os autos, foi determinado que o município de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiado para realizar a fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresentasse as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia.

Em resposta, o município de Lagoa da Confusão/TO informou que a informação prestada com o denunciante não condiz com a realidade, que após uma análise detalhada constatou que a localidade mencionada na denúncia não se trata de um ferro velho, mas de uma empresa de reciclagem devidamente licenciada pelo município, que presta um serviço de relevância social, contribuindo para a preservação do meio ambiente e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

promovendo a reciclagem de materiais. Por fim, informou que realizaria a fiscalização *in loco* no estabelecimento e que encaminharia o relatório de fiscalização, pugnado por trinta dias de dilação de prazo.

O município de Lagoa da Confusão/TO foi novamente oficiado para encaminhar o relatório de fiscalização *in loco* realizado na empresa de reciclagem citada pelo município no Ofício n. 491/2023/GPM.

Transcorrido o prazo sem que houvesse resposta do município, o procedimento preparatório foi convertido no presente inquérito civil público e como diligência foi determinado que o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO fossem oficiados para: 1.1 realizar a fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresentar as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia; 1.2 informar quais medidas de prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* foram adotadas pelo Município.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO informou que todos os locais citados na denúncia são frequentemente fiscalizados, bem como é realizado a coleta de amostras em caso de identificação de larvas, informou que é realizada orientação quanto aos cuidados básicos a fim de evitar a proliferação do mosquito transmissor das arboviroses urbanas e como o resultado desse trabalho realizado de maneira contínua, o município de Lagoa da Confusão/TO não registrou no ano de 2024 nenhum caso confirmado de arboviroses. Por fim, informou que além das medidas citadas, também realizam por meio dos agentes comunitários de saúde e de endemias, atividades educativas e protetivas junto à população no sentido do cuidado com possíveis criadouros do mosquito.

Tomando por base a resposta da Secretaria Municipal de Saúde foi realizada consulta no site do Ministério da Saúde, https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses, onde foi verificado que no ano de 2024 houve cinco casos prováveis de dengue e um caso provável de chikungunya, não sendo estes confirmados.

Assim, verifica que a situação relatada pelo denunciante não condiz com a realidade vivenciada pelo município de Lagoa da Confusão/TO, que realizou fiscalizações e coletas de amostras quando havia identificação de larvas, além de ter realizado um trabalho de conscientização junto à população a fim de que fosse evitado a proliferação das arboviroses para que consequentemente chegasse ao resultado que chegou de não confirmar nenhum caso de arbovirose no município no ano de 2024.

Tecidas tais considerações, não foi verificado nenhuma desídia por parte do município e da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO na realização de ações para a prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* e demais transmissores de arboviroses, sendo, portanto, o arquivamento do presente procedimento a medida que se impõe.

Ante o exposto, com fundamento no art. 18, I, da Resolução n. 05/2018, do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), promovo o ARQUIVAMENTO deste inquérito civil, pelos motivos e fundamentos acima delineados.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

COMUNIQUE-SE à Ouvidoria deste Ministério Público acerca da presente decisão de arquivamento.

CIENTIFIQUE-SE o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO, acerca da presente decisão de arquivamento.

CIENTIFIQUE-SE ao interessado acerca da presente decisão de arquivamento, devendo, contudo, ser efetuada por meio do DOMP – Diário Oficial do Ministério Público, por se cuidar de denúncia anônima, não sendo possível procedê-la por correio eletrônico, deixando consignado que, acaso tenha interesse, poderá apresentar razões escritas ou documentos diretamente no Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento da presente promoção de arquivamento, nos termos do §3º, do art. 18, da Resolução CSMP n. 005/2018.

Após, REMETAM-SE os presentes autos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 18, § 1º, da Resolução n. 05/2018, do CSMP.

Cumpra-se.

Cristalândia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JANETE DE SOUZA SANTOS INTIGAR**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920469 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Procedimento: 2023.0001119

Trata-se de inquérito civil público que foi instaurado visando apurar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo município de Lagoa da Confusão/TO para a prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti.*

Nos eventos 6 e 9 foi determinado que o município de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiado para realizar fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresentasse as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia.

No evento 13 foi juntada resposta do município de Lagoa da Confusão/TO.

No evento 16 foi determinado que o município de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiado para encaminhar o relatório de fiscalização *in loco* realizado na empresa de reciclagem citada pelo município no Ofício n. 491/2023/GPM.

No evento 19 o procedimento preparatório foi convertido no presente inquérito civil público e como diligência foi determinado que o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO, fossem oficiados para: 1.1 realizar a fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresente as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia; 1.2 informar quais medidas de prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* foram adotadas pelo Município.

No evento 28 foi juntada resposta da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO.

É, em síntese, o relatório.

Passa-se a manifestação ministerial.

Compulsando os autos, verifica-se que o presente procedimento se ensejou a partir de denúncia anônima na qual o denunciante relatou, em suma, que no município de Lagoa da Confusão/TO existem três ferros velhos, um deles em frente ao hospital municipal, todos com água parada e que não existe nenhuma fiscalização por parte do Município e a cidade encontra-se com um alto índice de dengue.

Com o intuito de instruir os autos, foi determinado que o município de Lagoa da Confusão/TO fosse oficiado para realizar a fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresentasse as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia.

Em resposta, o município de Lagoa da Confusão/TO informou que a informação prestada com o denunciante não condiz com a realidade, que após uma análise detalhada constatou que a localidade mencionada na denúncia não se trata de um ferro velho, mas de uma empresa de reciclagem devidamente licenciada pelo município, que presta um serviço de relevância social, contribuindo para a preservação do meio ambiente e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

promovendo a reciclagem de materiais. Por fim, informou que realizaria a fiscalização *in loco* no estabelecimento e que encaminharia o relatório de fiscalização, pugnado por trinta dias de dilação de prazo.

O município de Lagoa da Confusão/TO foi novamente oficiado para encaminhar o relatório de fiscalização *in loco* realizado na empresa de reciclagem citada pelo município no Ofício n. 491/2023/GPM.

Transcorrido o prazo sem que houvesse resposta do município, o procedimento preparatório foi convertido no presente inquérito civil público e como diligência foi determinado que o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO fossem oficiados para: 1.1 realizar a fiscalização *in loco* nos locais dos fatos e apresentar as informações pertinentes acerca dos fatos narrados na denúncia; 1.2 informar quais medidas de prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* foram adotadas pelo Município.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO informou que todos os locais citados na denúncia são frequentemente fiscalizados, bem como é realizado a coleta de amostras em caso de identificação de larvas, informou que é realizada orientação quanto aos cuidados básicos a fim de evitar a proliferação do mosquito transmissor das arboviroses urbanas e como o resultado desse trabalho realizado de maneira contínua, o município de Lagoa da Confusão/TO não registrou no ano de 2024 nenhum caso confirmado de arboviroses. Por fim, informou que além das medidas citadas, também realizam por meio dos agentes comunitários de saúde e de endemias, atividades educativas e protetivas junto à população no sentido do cuidado com possíveis criadouros do mosquito.

Tomando por base a resposta da Secretaria Municipal de Saúde foi realizada consulta no site do Ministério da Saúde, https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses, onde foi verificado que no ano de 2024 houve cinco casos prováveis de dengue e um caso provável de chikungunya, não sendo estes confirmados.

Assim, verifica que a situação relatada pelo denunciante não condiz com a realidade vivenciada pelo município de Lagoa da Confusão/TO, que realizou fiscalizações e coletas de amostras quando havia identificação de larvas, além de ter realizado um trabalho de conscientização junto à população a fim de que fosse evitado a proliferação das arboviroses para que consequentemente chegasse ao resultado que chegou de não confirmar nenhum caso de arbovirose no município no ano de 2024.

Tecidas tais considerações, não foi verificado nenhuma desídia por parte do município e da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO na realização de ações para a prevenção e combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* e demais transmissores de arboviroses, sendo, portanto, o arquivamento do presente procedimento a medida que se impõe.

Ante o exposto, com fundamento no art. 18, I, da Resolução n. 05/2018, do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), promovo o ARQUIVAMENTO deste inquérito civil, pelos motivos e fundamentos acima delineados.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

COMUNIQUE-SE à Ouvidoria deste Ministério Público acerca da presente decisão de arquivamento.

CIENTIFIQUE-SE o Município de Lagoa da Confusão/TO e a Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão/TO, acerca da presente decisão de arquivamento.

CIENTIFIQUE-SE ao interessado acerca da presente decisão de arquivamento, devendo, contudo, ser efetuada por meio do DOMP – Diário Oficial do Ministério Público, por se cuidar de denúncia anônima, não sendo possível procedê-la por correio eletrônico, deixando consignado que, acaso tenha interesse, poderá apresentar razões escritas ou documentos diretamente no Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento da presente promoção de arquivamento, nos termos do §3º, do art. 18, da Resolução CSMP n. 005/2018.

Após, REMETAM-SE os presentes autos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 18, § 1º, da Resolução n. 05/2018, do CSMP.

Cumpra-se.

Cristalândia, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JANETE DE SOUZA SANTOS INTIGAR**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920266 - DESPACHO DE DILIGÊNCIA

Procedimento: 2024.0014711

Da análise dos autos, verifica-se a necessidade da realização de nova diligência, tendo em vista que até a presente data o despacho de diligência ainda não foi publicado do DOMP, razão pela qual determino:

Seja notificado(a) o(a) denunciante, via edital, para complementar as informações no prazo de 2 (dias) dias, sob pena de arquivamento: (a) indicar o nome completo da servidora que supostamente está trabalhando como assistente social no CRAS; (b) informar o nome do esposo da servidora; (c) informar o nome fantasia, razão social ou CNPJ da empresa de ornamentação citada na denúncia.

Cumpra-se.

Cristalândia, 19 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JANETE DE SOUZA SANTOS INTIGAR**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIANÓPOLIS




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 2364/2025

Procedimento: 2024.0014377

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições previstas no art. 129, inc. III, da Constituição Federal; 26, inc. I, da Lei 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei 7.347/85 e 61, inc. I, da Lei Complementar Estadual 051/08;

CONSIDERANDO a existência da *Notícia de Fato 2024.0014377*, instaurada a partir de representação anônima, via Ouvidoria/MP/TO (Protocolo n. 07010749032202412), noticiando que: *"Noticia de Fato : Anônima Veículo oficial do município de Almas-TO é usado para fins particulares. No caso em questão, o veículo oficial, de placa QKB2F19, referente a secretaria municipal de Administração, é flagrado na feira dos Importados, em Brasília, em nítida violação aos princípios da impessoalidade, moralidade e legalidade, insculpidos no artigo 37 da Carta Política de 88. Segue abaixo, as fotos do referido veículo: Ouvidoria MPE-TO: Sabe informar o dia do ocorrido? Hoje * Manifestação Recebida Via Whatsapp em 27 de novembro de 2024"*;

CONSIDERANDO que o prazo de tramitação do procedimento *Notícia de Fato* se encontra extrapolado;

CONSIDERANDO que a Administração Pública de qualquer dos entes da Federação, inclusive suas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades autárquicas e fundacionais, devem necessariamente obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a proteção do patrimônio público e a defesa dos interesses difusos e coletivos (art. 129, inc. III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 consagrou dois sistemas de acesso à Justiça, sendo um deles o sistema de acesso à Justiça por adjudicação, viabilizado por decisões judiciais liminares ou finais (art. 5º, inc. XXXV, da Constituição Federal), e o outro o sistema de acesso à Justiça pela resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas (Preâmbulo e art. 4º, inc. VII, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que os direitos e as garantias constitucionais fundamentais são valores fundantes da Constituição e do Estado em uma democracia, compondo o conjunto essencial;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 127 da Constituição Federal, é dever do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal (art. 129, inc. II);

CONSIDERANDO a Resolução 005/2018 do CSMP/TO estabelece que o Procedimento Preparatório visa apurar elementos necessários à apuração dos fatos e/ou identificação do objeto (art. 21, *caput*);

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajudicial para a efetividade da função resolutiva;

Resolve converter a presente *Notícia de Fato* em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO , a vista da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

imprescindibilidade da realização de outros atos.

1. Autue-se o procedimento, registrando-se no sistema Integrar-e Extrajudicial;

2. Junte-se a estes autos documentos que o acompanham;

3. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público (via aba de comunicações);

4. Comunique-se à Ouvidoria/MPTO (via aba de comunicações), acerca das providências adotadas;

5. Afixe-se cópia da presente portaria no local de costume, bem como remessa, via sistema, para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, conforme art. 12, inc. V, c/c art. 22, ambos da Resolução 005/2018/CSMP/TO;

6. Expeça-se ofício, POR ORDEM, ao Chefe do Executivo Municipal de Almas/TO, encaminhando cópia integral do presente procedimento e requisitando, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhamento das seguintes informações e documentos:

a) Identificação do condutor do veículo oficial de placa QKB2F19 na data do evento informado;

b) Indicação da finalidade específica da viagem realizada a Brasília/DF; e,

c) Informações sobre eventuais servidores ou representantes da Administração que acompanharam o deslocamento; e,

d) Encaminhamento de registros ou documentos existentes que formalizem a missão institucional realizada, ainda que em âmbito interno.

Cumpra-se.

Dianópolis, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**EDUARDO GUIMARÃES VIEIRA FERRO**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIANÓPOLIS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAÍ




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2347/2025

Procedimento: 2025.0007630

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo 2º Promotor de Justiça de Guaraí-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08,

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil abarcou a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - dispõe que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral nela tratada, assegurando-se-lhes, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

CONSIDERANDO que, em seu art. 4º, *caput,* o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (art. 86 da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 101 da Lei 8.069/90 disciplinou as modalidades de acolhimento nos incisos VII e VIII, denominando-as de acolhimento institucional e acolhimento familiar*;*

CONSIDERANDO que a regulamentação dos Programas de Acolhimento no Brasil está prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2006) aprovado pela Resolução Conjunta n. 1, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e foi consolidada no documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009), aprovado pela Resolução Conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009, também do CNAS e do CONANDA. Este documento destaca que o encaminhamento para os programas de acolhimento só pode ser feito quando esgotados todos os recursos para que a criança ou adolescente permaneça em sua família de origem, extensa ou na comunidade, na linha do que dispõe o art. 19, § 3º, da Lei 8.069/90;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que em 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizando-os por níveis de complexidade do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

CONSIDERANDO que a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, acolhimento institucional, entre outras. Divide-se em Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;

CONSIDERANDO que pela Resolução do CNAS, n. 109, de 11 de novembro de 2009, compõem a Proteção Social Especial de Alta Complexidade os seguintes serviços:

- Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes (Abrigo Institucional, Casa Lar);
- Serviço de Acolhimento em Repúblicas para jovens;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

CONSIDERANDO que, conforme § 1º do art. 34 da Lei 8.069/90, a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar *terá preferência a seu acolhimento institucional*, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal preconizou no art. 227, § 3º, inciso VI. que o direito à proteção especial deve abranger o estímulo do Poder Público, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão, ou abandonado;

CONSIDERANDO que da mesma forma, a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) determinou, em seu art. 34, que o poder público deve estimular, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar;

CONSIDERANDO que o constituinte emanou um comando normativo, já observado pela Lei n. 8.069/90, no sentido de que o Governo deve criar programas de acolhimento familiar, os quais devem receber subsídios e incentivos financeiros, como política pública prioritária. O § 4º do citado art. 34 prevê que podem ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora;

CONSIDERANDO que o Município de Tupiratins publicou a Lei Municipal n. 333/2011, que trata do acolhimento familiar e possibilita a aplicação da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, do ECA;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que na inspeção realizada pela equipe do Centro Interdisciplinar de Palmas, no mês de março de 2025 revelou que o serviço de acolhimento não está em funcionamento em razão da dificuldade em cadastrar famílias acolhedoras e a necessidade de aprimoramentos referente composição da equipe;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar a aplicação e implantação da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Acolhimento Familiar, nas suas modalidades: família acolhedora e/ou guarda subsidiada), no Município de Tupiratins/TO.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018 do CSMP-TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se a assessora ministerial Letícia Giaconette Martins Matos como secretária deste feito;

4. Oficie-se à Secretaria Municipal de Assistência Social de Tupiratins comunicando a instauração do presente procedimento, assim como requisitando a regularização das pendências informadas pela equipe do Centro Interdisciplinas de Palmas;

5. Aguarde-se o envio dos relatórios requisitados ou transcurso de prazo. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Anexos

Anexo I - Tupiratins_assinado - instaurar.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/d3caf7a2c7df2c9c405246f9df85ecaa



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

MD5: d3caf7a2c7df2c9c405246f9df85ecaa

Anexo II - saf- Tupiratins - instaurar.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/31177d79db7c0c964d2cf59315b3e276

MD5: 31177d79db7c0c964d2cf59315b3e276

Anexo III - LEI Nº 333-2011 INSTITUI O PROGRAMA FAMILIA ACOLHEDORA.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/ebda87d003a8faa32793b636ffe61bfc

MD5: ebda87d003a8faa32793b636ffe61bfc

Guaraí, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**FERNANDO ANTONIO SENA SOARES**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAÍ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007576

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento no Artigo 127, caput, e 129, incisos III e IX da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal1,*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0001998-21.2024.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar o delito tipificado no Artigo 155, §3°, do Código Penal, ocorrido no dia 15 de setembro de 2024, 09h51min, na Avenida Guaporé, n° 1125, Qd. B-02, Lt. 01/02, Cs. 04, Setor Alto dos Buritis, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*

*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Sidney Henrique Vieira de Sousa, determinando, desde já, as seguintes diligências:*

*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*

*2) Notifique-se a vítima Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A, na pessoa de seu representante legal para, igualmente, participar da audiência onde será oferecida proposta de Acordo de Não Persecução Penal ao investigado acima referido.*

*3) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*

*4) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*5) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*

*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*

*Promotor de Justiça*

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0001998-21.2024.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/d2ade2ec991b2318b12ffa2c147087c9

MD5: d2ade2ec991b2318b12ffa2c147087c9

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007575

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento no Artigo 127, caput, e 129, incisos III e IX da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal1,*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0002077-63.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar o delito tipificado no Artigo 306, §1°, inciso I, da Lei n° 9.503/97, ocorrido no dia 09 de fevereiro de 2025, por volta das 06h32min, na Rua D, estacionamento da Igreja Assembleia de Deus, Centro, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Domingos Francisco de Sousa, determinando, desde já, as seguintes diligências:*
*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*
*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*

*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*

*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0002077-63.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/2c42bba0dd5139d0b5af0eb72e84e979

MD5: 2c42bba0dd5139d0b5af0eb72e84e979

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007574

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 127, caput, e 129, incisos III e IX, todos da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal[1],*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0005647-57.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar os delitos tipificados nos Artigos 306, §1°, inciso I, e 309, todos da Lei n° 9.503/97, ocorridos no dia 20 de abril de 2025, por volta das 03h02min, na Avenida Ceará, n° 1314, entre Ruas 11 e 12, Centro, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Tallyson Gabriel Rodrigues Martins, determinando, desde já, as seguintes diligências:*
*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*
*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*
*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*
*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0005647-57.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/ccabeda90b9b5e9e68abd70cd1ea7925

MD5: ccabeda90b9b5e9e68abd70cd1ea7925

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007573

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 127, caput, e 129, incisos III e IX, todos da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal[1],*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0003347-25.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar os delitos tipificados nos Artigos 306, §1°, inciso I, e 309, todos da Lei n° 9.503/97, ocorridos no dia 02 de março de 2025, por volta das 02h27min, na Avenida Goiás, em frente ao imóvel de n° 3652, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Willian de Jesus Souza, determinando, desde já, as seguintes diligências:*

*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*

*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*

*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*

*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0003347-25.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/a35322d9657fd656db999fb9cab233b8

MD5: a35322d9657fd656db999fb9cab233b8

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007572

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 127, caput, e 129, incisos III e IX, todos da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal1,*
*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0003347-25.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar o delito tipificado no Artigo 306, §1°, inciso II, da Lei n° 9.503/97, ocorrido no dia 02 de março de 2025, por volta das 02h27min, na Avenida Goiás, em frente ao imóvel de n° 3652, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Carlos André de Oliveira Melo, determinando, desde já, as seguintes diligências:*

*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*

*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*

*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*

*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0003347-25.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/a35322d9657fd656db999fb9cab233b8

MD5: a35322d9657fd656db999fb9cab233b8

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007571

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 127, caput, e 129, incisos III e IX, todos da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal[1],*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0003347-25.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar o delito tipificado no Artigo 306, §1°, inciso I, da Lei n° 9.503/97, ocorrido no dia 02 de março de 2025, por volta das 02h27min, na Avenida Goiás, em frente ao imóvel de n° 3652, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Hérica da Silva Queiroz, determinando, desde já, as seguintes diligências:*

*1) Notifique-se a investigada para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munida de seus documentos pessoais e acompanhada por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-a que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*

*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*

*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*

*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0003347-25.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/a35322d9657fd656db999fb9cab233b8

MD5: a35322d9657fd656db999fb9cab233b8

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007570

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 127, caput, e 129, incisos III e IX, todos da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal1,*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0003368-98.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar o delito tipificado no Artigo 306, §1°, inciso II, da Lei n° 9.503/97, ocorrido no dia 04 de março de 2025, por volta das 01h00min, na Rua 01, n° 51, Vila Guaraci, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Rene Vaz de Almeida Neto, determinando, desde já, as seguintes diligências:*
*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*

*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*

*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*

*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0003368-98.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/52d7292b2b75d490fe95205dbe66ee91

MD5: 52d7292b2b75d490fe95205dbe66ee91

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007569

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 127, caput, e 129, incisos III e IX, todos da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*

*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal[1],*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0003368-98.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar o delito tipificado no Artigo 306, §1°, inciso II, da Lei n° 9.503/97, ocorrido no dia 04 de março de 2025, por volta das 01h00min, na Rua 01, n° 51, Vila Guaraci, Gurupi-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Denilson José Faccirolli, determinando, desde já, as seguintes diligências:*
*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*

*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*

*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*

*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0003368-98.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/52d7292b2b75d490fe95205dbe66ee91

MD5: 52d7292b2b75d490fe95205dbe66ee91

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

01ª Promotoria De Justiça De Gurupi

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento: 2025.0007568

*O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições, com fundamento nos Artigos 127, caput, e 129, incisos III e IX, todos da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n° 051/08, e*
*CONSIDERANDO as alterações trazidas pela Resolução nº 289/CNMP, que altera a Resolução nº 181/CNMP, e o disposto no Ofício Circular nº 09/2024, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins,*

*CONSIDERANDO o disposto no Artigo 28-A do Código de Processo Penal1,*

*CONSIDERANDO que o Procedimento de Gestão Administrativa é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a, entre outras finalidades, "embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil" (Artigo 8º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 174/2017 e Artigo 23, inciso IV, da Resolução CSMP/TO nº 005/2018),*

*CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial nº 0001652-36.2025.8.27.2722, instaurado com o objetivo de apurar o delito tipificado no Artigo 14, da Lei n° 10.826/03, ocorrido no dia 01° de fevereiro de 2025, por volta das 01h15min, na TO-070, entre as cidades de Aliança do Tocantins-TO e Dueré-TO, Município de Aliança do Tocantins-TO;*

*RESOLVE:*
*INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA a fim de oferecer proposta de Acordo de Não Persecução Penal a Dourival Bezerra dos Santos, determinando, desde já, as seguintes diligências:*
*1) Notifique-se o investigado para comparecer à Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO (endereço constante na nota de rodapé), munido de seus documentos pessoais e acompanhado por Advogado/Defensor, com o objetivo de manifestar interesse na formalização de Acordo de Não Persecução Penal, conforme proposta a ser apresentada em audiência extrajudicial, cientificando-o que o não comparecimento injustificado importará no desinteresse pela celebração do Acordo, com a consequente propositura da Ação Penal;*
*2) Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Publico informando a instauração do presente procedimento administrativo, e a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Publico do Estado do Tocantins;*
*3) Mantenha-se, ao presente Procedimento, o mesmo sigilo constante dos autos de Inquérito Policial.*
*4) As determinações contidas nesta Portaria podem ser cumpridas por ordem ao servidor designado.*
*Cumpra-se.*

*Reinaldo Koch Filho*
*Promotor de Justiça*



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

*1 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (...)*

Anexos

Anexo I - IP 0001652-36.2025.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/896b8f7c832ac665074da81bc4efdec7

MD5: 896b8f7c832ac665074da81bc4efdec7

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**REINALDO KOCH FILHO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2349/2025

Procedimento: 2025.0007636

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu Promotor de Justiça infra-assinado, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições previstas na Constituição Federal (artigo 129, inc. III), na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93 (artigo 26, inc. I) e na Lei Complementar Estadual nº 51/2008, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 127 c/c art. 129, II da CF/88;

CONSIDERANDO a existência de grupos discriminados em razão da origem, raça, cor, idade, etnia, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, e que, por essa razão, se encontram em vulnerabilidade jurídica, social, econômica e política;

CONSIDERANDO que cabe ao Estado reconhecer que há grupos dentro do corpo social que constituem minoria em termos de orientação sexual, identidade de gênero e autodeterminação, como tal, estão mais expostos a atos de violência e constrangimentos;

CONSIDERANDO que cabe ao Estado assegurar o respeito aos direitos fundamentais de tais pessoas a serem adequadamente protegidas de qualquer forma de discriminação, bem como de tratamentos desumanos ou degradantes;

CONSIDERANDO que o princípio da transformação social, consagrado no art. 3º, da Constituição Federal, integra a própria concepção de Estado Democrático de Direito e, por isso, deve orientar as instituições de acesso à Justiça, principalmente no plano da proteção e da efetivação dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais;

CONSIDERANDO que o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, prevê que os direitos e garantias expressos na Lei Maior não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;

CONSIDERANDO que o art. 1º, incisos II e III, da Constituição Federal, determina como fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania e a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que, entre os brasileiros é garantida a plena igualdade, sendo é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais (art. 3º, inciso III, da CF), de forma que está proibida a discriminação negativa, sendo devida a discriminação positiva, a fim de alcançar-se a equalização de condições desiguais;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que toda pessoa tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade, conforme sua própria autoderminação, identidade de gênero, com independência de qual seja seu sexo biológico, anatômico, morfológico, hormonal, de atribuição ou outro;

CONSIDERANDO o disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo; as Regras Mínimas das Nações Unidades para o tratamento de presos; as Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok); e todos os outros instrumentos internacionais aplicáveis à matéria, bem como os Princípios de Yogyakarta (Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero);

CONSIDERANDO que os Princípios de Yogyakarta chamam a atenção para o que as práticas violadoras de direitos da população LGBTQIA+ são capazes de causar, solapando *"a integridade daquelas pessoas sujeitas a esses abusos, podendo enfraquecer seu senso de autoestima e de pertencimento à comunidade, e levando muitas dessas pessoas a reprimirem sua identidade e terem vidas marcadas pelo medo e invisibilidade*";

CONSIDERANDO a Resolução n. 348, de 13 de outubro de 2020, alterada pela Resolução n. 366, de 20 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal reconheceu, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26/DF, que "a*s condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei 7.716, de 08/01/1989*" (STF, ADO 26, Rel. Min. Celso de Mello, j. 13/06/2019)

CONSIDERANDO a necessidade do combate, prevenção e enfrentamento a violências motivadas pela autodeterminação acerca da orientação sexual e identidade de gênero;

CONSIDERANDO que o Município pode combater a homofobia, transfobia e condutas envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero da vítima através de diversas ações, como a promoção de políticas públicas que defendam a liberdade de autodeterminação no tocante a orientação sexual e identidade de gênero, a criação de campanhas de conscientização, o fomento à educação sobre a pluralidade de crenças e a atuação em parceria com outras entidades para a garantia dos direitos humanos.

CONSIDERANDO a existência e Procedimento Administrativo perante a 6ª Promotoria de Justiça sobre o Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo,



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais – LGBTQIAPN+ nos Municípios que compreendem a Comarca de Gurupi;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou Correição Ordinária temática em direitos fundamentais no Ministério Público do Tocantins, no período de 22 de julho a 1º de agosto de 2024, sendo a 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi uma das correicionadas, gerando procedimento autuado no CNMP sob o nº 1.00718/2024-08, cujo relatório final apresenta determinações e recomendações;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional do Ministério Público determinou à Corregedoria-Geral o acompanhamento, controle e fiscalização do fiel cumprimento de todas as proposições e recomendações expedidas aos Órgãos de Execução, Centros de Apoio e Núcleos correicionados, determinando ainda a adoção de providências disciplinares nas hipóteses de constatar o descumprimento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, conforme o que dispõe o art. 8º, inciso II, da Resolução CNMP nº 174/2017;

RESOLVE

Instaurar Procedimento Administrativo visando “acompanhar, fiscalizar e promover" a defesa da igualdade de gêneros e o enfrentamento à violência contra a população LGBTQIAPN+”, determinando-se, desde logo, o que se segue:

Determina-se, de já, a realização das seguintes diligências:

I) Dá-se por comunicado no sistema eletrônico ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da instauração do presente procedimento;

II) Dá-se por comunicado no sistema eletrônico ao Corregedor - Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, a respeito da instauração do presente procedimento;

III) Determina-se a publicação da portaria na Área Operacional de Publicidade de Atos Oficiais do MPTO;

IV) Expeça-se ofício ao Delegado Regional de Polícia Civil em Gurupi, requisitando no prazo de 30 (trinta) dias, informações, relacionadas aos crimes de homofobia, lesbofobia, transfobia e qualquer outro que utilizem elementos de discriminação atinentes a orientação sexual e/ou identidade de gênero

a) A quantidade de boletins de ocorrência registrados nas Delegacias de Polícia Civil, que compreendem os Municípios de Gurupi, Figueirópolis, Cariri, Sucupira, Dueré, Aliança do Tocantins e Crixás, de forma individualizada, mencionando os que foram convertidos em inquéritos policiais, remetendo o número dos autos cadastrados no sistema eproc;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

V) Dê conhecimento da presente portaria a 6ª Promotoria de Justiça e solicite-se atuação conjunta nos Procedimentos Administrativos que visam acompanhar e fiscalizar se o Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais – LGBTQIA+, nos Municípios de Gurupi, Figueirópolis, Cariri, Sucupira, Dueré, Aliança do Tocantins e Crixás, conforme orientação estabelecida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público;

Dê conhecimento acerca da instauração da presente portaria aos interessados abaixo, preferencialmente por meio eletrônico:

i) Presidente de Câmara Municipal de Vereadores por Gurupi - TO.

ii) Chefe do Poder Executivo de Gurupi - TO.

III) Coordenadoria da Defensoria Pública em Gurupi - TO.

iv) Diretoria do Forum da Comarca de Gurupi;

v) Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Gurupi - TO;

vi) Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) no seguinte endereço: contato@abglt.org

VII) Conselho Estadual dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ (vinculado a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça do Governo do Estado do Tocantins)

Concluídas as diligências supra, volvam-se os autos conclusos.

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**ADAILTON SARAIVA SILVA**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2361/2025**

Procedimento: 2025.0007682

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu Promotor de Justiça infra-assinado, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições previstas na Constituição Federal (artigo 129, inc. III), na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93 (artigo 26, inc. I) e na Lei Complementar Estadual nº 51/2008, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 127 c/c art. 129, II da CF/88;

CONSIDERANDO a existência de grupos discriminados em razão da origem, raça, cor, idade, etnia, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, e que, por essa razão, se encontram em vulnerabilidade jurídica, social, econômica e política;

CONSIDERANDO que cabe ao Estado reconhecer que há grupos dentro do corpo social que constituem minoria em termos de liberdade religiosa, e, como tal, estão mais expostos a atos de violência e constrangimentos;

CONSIDERANDO que cabe ao Estado assegurar o respeito aos direitos fundamentais de tais pessoas a serem adequadamente protegidas de qualquer forma de discriminação, bem como de tratamentos desumanos ou degradantes;

CONSIDERANDO que o princípio da transformação social, consagrado no art. 3º, da Constituição Federal, integra a própria concepção de Estado Democrático de Direito e, por isso, deve orientar as instituições de acesso à Justiça, principalmente no plano da proteção e da efetivação dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais;

CONSIDERANDO que o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, prevê que os direitos e garantias expressos na Lei Maior não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;

CONSIDERANDO que o art. 1º, incisos II e III, da Constituição Federal, determina como fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político;

CONSIDERANDO que, entre os brasileiros é garantida a plena igualdade, sendo é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais (art. 3º, inciso III, da CF), de forma que está proibida a discriminação negativa, sendo devida a discriminação positiva, a fim de alcançar-se a equalização de condições desiguais;

CONSIDERANDO que com a garantia de ser inviolável a liberdade de consciência e de crença (CF/88 , art. 5.º , inciso VI ), ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (CF/88 , art. 5.º , inciso VIII ;

CONSIDERANDO que segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, em respeito a convicções religiosas, deve o Estado implementar prestações positivas que assegurem a plena vivência da liberdade religiosa, que não são apenas compatíveis, como também /recomendadas pela Constituição da Republica, a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

teor do inciso VII do art. 5º, CRFB, que assegura a "prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva", bem como do art. 210, § 1º, CRFB, o qual dispõe que o "ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

CONSIDERANDO a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias e que a separação entre Igreja e Estado não pode implicar o isolamento daqueles que guardam uma religião à sua esfera privada. O princípio da laicidade não se confunde com laicismo. O Estado deve proteger a diversidade, em sua mais ampla dimensão, dentre as quais incluo a liberdade religiosa e o direito de culto. O limite ao exercício de tal direito está no próprio texto constitucional, nos termos do inciso VI do art. 5º;

CONSIDERANDO que a Organização das Nações Unidas (ONU) promove e protege a liberdade religiosa como um direito humano fundamental, consagrado no artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A ONU trabalha para garantir que todos tenham o direito de ter, não ter, ou mudar de religião, bem como o direito de manifestar a sua religião ou crença, individualmente ou em conjunto;

CONSIDERANDO a necessidade do poder público criar comissão, fiscalizar, buscar responsabilidade e acompanhar indicadores relacionados à prática de intolerância religiosa contra qualquer segmento religioso;

CONSIDERANDO que o poder público deve combater a intolerância religiosa por meio de diversas ações, como a promoção de políticas públicas que defendam a liberdade religiosa, a criação de campanhas de conscientização, o fomento à educação sobre a pluralidade de crenças e a atuação em parceria com outras entidades para a garantia dos direitos humanos.

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou Correição Ordinária temática em direitos fundamentais no Ministério Público do Tocantins, no período de 22 de julho a 1º de agosto de 2024, sendo a 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi uma das correicionadas, gerando procedimento autuado no CNMP sob o nº 1.00718/2024-08, cujo relatório final apresenta determinações e recomendações;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional do Ministério Público determinou à Corregedoria-Geral o acompanhamento, controle e fiscalização do fiel cumprimento de todas as proposições e recomendações expedidas aos Órgãos de Execução, Centros de Apoio e Núcleos correicionados, determinando ainda a adoção de providências disciplinares nas hipóteses de constatar o descumprimento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, conforme o que dispõe o art. 8º, inciso II, da Resolução CNMP nº 174/2017;

RESOLVE

Instaurar Procedimento Administrativo visando "acompanhar e fiscalizar" qualquer forma de intolerância religiosa no âmbito desta Comarca, bem como buscar a efetividade no combate ao racismo religioso, por meio de ações, como a promoção de políticas públicas que defendam a liberdade religiosa, a criação de campanhas de conscientização, o fomento à educação sobre a pluralidade de crenças e a atuação em parceria com outras entidades para a garantia dos direitos humanos.

Determina-se, de já, a realização das seguintes diligências:

I) Dá-se por comunicado no sistema eletrônico ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da instauração do presente procedimento;

II) Dá-se por comunicado no sistema eletrônico ao Corregedor - Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, a respeito da instauração do presente procedimento;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

III) Determina-se a publicação da portaria na Área Operacional de Publicidade de Atos Oficiais do MPTO;

IV) Expeça-se ofício ao Delegado Regional de Polícia Civil em Gurupi, requisitando no prazo de 30 (trinta) dias, informações, relacionadas aos crimes contra liberdade religiosa ou que na sua prática utilizem elementos referentes a religião:

1. A quantidade de boletins de ocorrência registrados na Delegacias de Polícia Civil, nos anos de 2023 e 2024, que compreendem os Municípios de Gurupi, Figueirópolis, Cariri, Sucupira, Dueré, Aliança do Tocantins e Crixás, de forma individualizada, mencionando os que foram convertidos em inquéritos policiais, remetendo o número dos autos cadastrados no sistema eproc;

V) Expeça-se ofício ao (à) Excelentíssimo (a) Sr. (a) Prefeito (a) dos Municípios de Gurupi, Figueirópolis, Cariri, Sucupira, Dueré, Aliança do Tocantins e Crixás acompanhado de cópia desta portaria, requisitando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, o seguinte:

a) informação de quantidade de alvarás de funcionamento emitidos em favor de entidades religiosas, incluindo templos, igrejas, terreiros, e outras semelhantes, no ano de 2024;

b) qual secretaria municipal é responsável pela promoção da liberdade religiosa e combate à intolerância religiosa no respectivo Município;

c) informações sobre a existência de políticas públicas municipais e/ou projetos voltados para promover a liberdade de crença e a manifestação religiosa, bem como sobre a existência de eventual estudo, banco de dados, programas, projetos e campanhas sobre a mesma temática;

d) informação sobre a existência de Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa e cópia de lei municipal que cria o referido Conselho, além de:

1. comprovação documental, com memorial fotográfico das instalações, que demonstre o pleno funcionamento do referido Conselho, inclusive com os nomes dos atuais membros e cópia da última ata de reunião;
2. informações sobre a existência de políticas públicas municipais e/ou projetos voltados para liberdade de crença e a manifestação religiosa, bem como sobre a existência de eventual estudo, banco de dados, programas, projetos e campanhas sobre a mesma temática;
3. comprovação da dotação orçamentária prevista para o ano em curso para dito Conselho e qual a previsão da mesma dotação para o orçamento do ano de 2025/2026;
4. demais informações correlatas;

VI) Dê conhecimento acerca da instauração da presente portaria aos interessados abaixo, preferencialmente por meio eletrônico:

i) Presidente da Câmara Municipal de Vereadores por Gurupi - TO.

ii) Chefe do Poder Executivo de Gurupi - TO.

iii) Coordenadoria da Defensoria Pública em Gurupi - TO.

iv) Diretoria do Fórum da Comarca de Gurupi;

v) Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Gurupi - TO;

vi) Instituto de defesa dos direitos das religiões afrobrasileira - endereço eletrônico: contato@idafro.org.br ou (11) 97463-9287



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

vii) União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil - Rua Visconde de Inhaúma, 134 – 19º Andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ - CEP. 20.091-901 - Telefax: 21-2203-8850

viii) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo endereço eletrônico: imprensa@cnbb.org.br

ix) Associação Nacional de Educação Católica no Brasil - telefone (61) 3533-5050, e-mail: aecpa@cnbbn2.org.br, ou o endereço físico em Brasília: SCLN 102, Bloco C, Sala 102 - Asa Norte.

x) Aliança dos Ministros Evangélicos de Gurupi - AMEG (Pr. Ezio Paulo)

xi) Federação Espírita do Estado do Tocantins - Q. 106 Norte Alameda 2, Lote 01 - Plano Diretor Norte, Palmas - TO, 77006-054 Telefone: (63) 3215-3859

xii) Presidência da Missão Tocantins da IASD - quadra 106 Sul Avenida Norte Sul 6, 1-323 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77020-090 Telefone: (63) 3219-8800

xiii) Comitê Estadual de respeito a diversidade religiosa vinculada a Secretaria de Cidadania e Justiça - Telefones: (63) 99250-3665 E-mail: diversidadereligiosaedegenerog@gmail.com

Concluídas as diligências supra, volvam-se os autos conclusos.

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**ADAILTON SARAIVA SILVA**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2365/2025

Procedimento: 2025.0007696

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu Promotor de Justiça infra-assinado, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições previstas na Constituição Federal (artigo 129, inc. III), na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93 (artigo 26, inc. I) e na Lei Complementar Estadual nº 51/2008, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 127 c/c art. 129, II da CF/88;

CONSIDERANDO a universalidade dos direitos humanos deve estar acima de qualquer quadro de discriminação e das variadas formas de violência praticadas socialmente, destacando-se que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos;

CONSIDERANDO a existência de grupos discriminados em razão da origem, raça, cor, idade, etnia, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, e que, por essa razão, se encontram em vulnerabilidade jurídica, social, econômica e política;

CONSIDERANDO que cabe ao Estado reconhecer que há grupos dentro do corpo social determinadas pessoas e grupos constituem minoria em razão de uma combinação de fatores como raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica e como tal, estão mais expostos a atos de violência e constrangimentos;

CONSIDERANDO que cabe ao Estado assegurar o respeito aos direitos fundamentais de tais pessoas a serem adequadamente protegidas de qualquer forma de discriminação, intolerância, bem como de tratamentos desumanos ou degradantes;

CONSIDERANDO que o princípio da transformação social, consagrado no art. 3º, da Constituição Federal, integra a própria concepção de Estado Democrático de Direito e, por isso, deve orientar as instituições de acesso à Justiça, principalmente no plano da proteção e da efetivação dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais;

CONSIDERANDO que o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, prevê que os direitos e garantias expressos na Lei Maior não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;

CONSIDERANDO que o art. 1º, incisos II e III, da Constituição Federal, determina como fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania e a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que, entre os brasileiros é garantida a plena igualdade, sendo objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais (art. 3º, inciso III, da CF), de forma que está proibida a discriminação negativa, sendo devida a discriminação positiva, a fim de alcançar-se a equalização de condições desiguais;

CONSIDERANDO que o art. 3º, inciso IV da Constituição de 1988 estabelece, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que o combate ao racismo tem clara inspiração no princípio da igualdade, sendo que a Constituição Brasileira o reitera em várias passagens, não sem razão, deixando consignada sua condição de preceito fundamental (CF, artigos 1º, II; 3º, IV; 4º, II e VIII; 5º, caput, I, XLI);

CONSIDERANDO que qualquer cidadão tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade e identidade com respeito a sua raça, cor, ascendência e origem nacional ou étnica, sendo-lhe possibilitado expressar, preservar e desenvolver sua cultura a partir de tais elementos;

CONSIDERANDO o disposto no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966; Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; a Declaração de Durban na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatada; Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e todos os outros instrumentos internacionais aplicáveis à matéria;

CONSIDERANDO a adesão do Brasil a tratados e acordos multilaterais, que energicamente repudiam quaisquer discriminações raciais, aí compreendidas as distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência ou origem nacional, ou étnica, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro, de que são exemplos a xenofobia, e a ‘negrofobia;

CONSIDERANDO a Lei 12.288 de 20 de Julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica;

CONSIDERANDO que para efeito do Estatuto da Igualdade Racial (art. 1º, Parágrafo único, inciso I) considera-se discriminação racial ou étnico-racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

CONSIDERANDO que a Lei 7.716 de 08 de janeiro de 1989 define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional,

CONSIDERANDO que o crime de racismo está sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade, isto é, a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XLII) impôs aos agentes de delitos dessa natureza, pela gravidade e repulsividade da ofensa, a cláusula de imprescritibilidade, para que fique, *ad perpetuam rei memoriam*, verberado o repúdio e a abjeção da sociedade nacional à sua prática;

CONSIDERANDO que as vítimas do racismo, da discriminação racial e de outras formas correlatas de intolerância são, entre outras, afrodescendentes, povos indígenas, bem como outros grupos e minorias raciais e étnicas ou grupos que por sua ascendência ou origem nacional ou étnica são afetados por essas manifestações;

CONSIDERANDO a necessidade do combate ao racismo e à discriminação racial, bem como para a proteção e a promoção da igualdade racial;

CONSIDERANDO que incumbe ao poder público adotar medidas eficazes de enfrentamento ao racismo e a outras condutas discriminatórias motivadas por aversão à raça, cor, etnia ou origem — inclusive no tocante aos povos tradicionais, originários e indígenas —, por meio da promoção de políticas públicas voltadas à valorização da diversidade étnica, racial, cultural, de cor, ascendência e origem nacional, da implementação de campanhas de conscientização, do fomento à educação para a igualdade racial e da articulação com demais entidades na defesa dos direitos humanos;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou Correição Ordinária temática em direitos fundamentais no Ministério Público do Tocantins, no período de 22 de julho a 1º de agosto de 2024, sendo a 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi uma das correicionadas, gerando procedimento autuado no CNMP sob o nº 1.00718/2024-08, cujo relatório final apresenta determinações e recomendações;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional do Ministério Público determinou à Corregedoria-Geral o acompanhamento, controle e fiscalização do fiel cumprimento de todas as proposições e recomendações expedidas aos Órgãos de Execução, Centros de Apoio e Núcleos correicionados, determinando ainda a adoção de providências disciplinares nas hipóteses de constatar o descumprimento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, conforme o que dispõe o art. 8º, inciso II, da Resolução CNMP nº 174/2017;

RESOLVE

Instaurar Procedimento Administrativo visando “acompanhar, fiscalizar e promover” a efetivação do direito à igualdade e o respeito à diversidade étnica, racial, cultural, de cor, ascendência e origem nacional ou étnica”, determinando-se, desde logo, o que se segue:

Determina-se, de já, a realização das seguintes diligências:

I) Dá-se por comunicado no sistema eletrônico ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da instauração do presente procedimento;

II) Dá-se por comunicado no sistema eletrônico ao Corregedor - Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, a respeito da instauração do presente procedimento;

III) Determina-se a publicação da portaria na Área Operacional de Publicidade de Atos Oficiais do MPTO;

IV) Expeça-se ofício ao Delegado Regional de Polícia Civil em Gurupi, requisitando no prazo de 30 (trinta) dias, informações, relacionadas aos crimes de racismo, injúria racial e qualquer outro que utilizem elementos de discriminação fundadas em raça, cor, etnia ou origem:

a) a quantidade de boletins de ocorrência registrados nas Delegacias de Polícia Civil, nos anos de 2023 e 2024, que compreendem os Municípios de Gurupi, Figueirópolis, Cariri, Sucupira, Dueré, Aliança do Tocantins e Crixás, de forma individualizada, mencionando os que foram convertidos em inquéritos policiais, remetendo o número dos autos cadastrados no sistema eproc;

V) Expeça-se ofício ao (à) Excelentíssimo (a) Sr. (a) Prefeito (a) dos Municípios de Gurupi, Figueirópolis, Cariri, Sucupira, Dueré, Aliança do Tocantins e Crixás acompanhado de cópia desta portaria, requisitando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, o seguinte:

a) qual secretaria municipal responsável pela promoção da igualdade racial e ao enfrentamento de práticas discriminatórias fundadas em raça, cor, etnia ou origem no respectivo Município;

b) informações sobre a existência de políticas públicas municipais e/ou projetos voltados para promover a igualdade racial e promoção da igualdade racial e combater práticas discriminatórias fundadas em raça, cor, etnia ou origem, bem como sobre a existência de eventual estudo, banco de dados, programas, projetos e campanhas sobre a mesma temática;

c) informação sobre a existência de Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Igualdade Racial e/ou Respeito a Diversidade Étnica e cópia de lei municipal que cria o referido Conselho, além de:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

1. comprovação documental, com memorial fotográfico das instalações, que demonstre o pleno funcionamento do referido Conselho, inclusive com os nomes dos atuais membros e cópia da última ata de reunião;
2. informações sobre a existência de políticas públicas municipais e/ou projetos voltados para igualdade racial e combate ao racismo, bem como sobre a existência de eventual estudo, banco de dados, programas, projetos e campanhas sobre a mesma temática;
3. comprovação da dotação orçamentária prevista para o ano em curso para dito Conselho e qual a previsão da mesma dotação para o orçamento do ano de 2025 e 2026;
4. demais informações correlatas;

VI) Dê conhecimento acerca da instauração da presente portaria aos interessados abaixo, preferencialmente por meio eletrônico:

i) Presidente da Câmara Municipal de Vereadores por Gurupi - TO.

ii) Chefe do Poder Executivo de Gurupi - TO.

iii) Coordenadoria da Defensoria Pública em Gurupi - TO.

iv) Diretoria do Fórum da Comarca de Gurupi;

v) Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Gurupi - TO;

vi) Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEPIR - telefone: (63) 3218-6917; e-mail: conselhocepir@gmail.com ; endereço Quadra 103 Norte, Avenida LO - 04, LT 31 - Edifício Milton Ayres (Próximo ao Hotel Castelo) - Palmas/TO - vinculado a Secretaria de Cidadania e Justiça-.

Concluídas as diligências supra, volvam-se os autos conclusos.

Gurupi, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**ADAILTON SARAIVA SILVA**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920155 - EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO**

Procedimento: 2024.0009813

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO

INTERESSADO: EDILENE DA SILVA SAMPAIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio do Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições perante a Promotoria de Justiça de Novo Acordo – TO, na forma do art. 127 e art. 129 da Constituição Federal e Lei Complementar Estadual n. 51/2008.

Pelo presente edital, CIENTIFICA a Senhora Edilene da Silva Sampaio, residente na Zona Rural da cidade de Itapiratins/TO, do inteiro teor da decisão de arquivamento proferida nos autos da Notícia de Fato n. 2024.0009813, no qual figura como interessado.

Em caso de discordância da decisão de arquivamento, poderá ser interposto recurso nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com o art. 5º, § 1º, da Resolução n. 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Eventual recurso poderá ser encaminhado, preferencialmente, ao e-mail institucional cesiregionalizada6@mpto.mp.br, ou pelo telefone (63) 3236-3550, fazendo menção ao número da diligência e do Procedimento Extrajudicial do Ministério Público, ou ainda entregue na sede da Promotoria de Justiça de Itacajá/TO, ou postada via correios ao endereço Presidente Dutra, Qd. 55, Lt. 03 - 785 - Cep: 77720000 - Centro – Itacajá.

Informa-se ainda que o presente arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes.

---

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Representação formulada Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Disque 100/180, por EDILENE DA SILVA SAMPAIO, residente na [...], zona rural de Itapiratins [...], telefone para contato: (63) [...], dando conta de suposta violação aos direitos ao tentar incluir dados no Cadastro Bolsa Família perante o CRAS de Itapiratins/TO, encontrando óbice à subsistência em razão de empecilho empregado no referido órgão público, senão vejamos:

*Denunciante informa a seguinte situação de violência no local descrito acima: Denunciante informa que a vítima foi ao Bolsa Família incluir os dados da filha no cadastro do Bolsa Família, informa que com a atualização foi bloqueado o benefício da vítima. Informa que já faz três meses que a vítima não recebe o benefício.*

*Dados adicionais da situação de violência denunciada:*
*Vítima não trabalha e depende do benefício para sobrevivência.*

*Dados de identificação do(a) suspeito(a):*

*Nome da instituição: Cras*

*Nome do(a) agente: Laura*

*Vínculo do (a) suspeito(a) com o órgão público: PRESTADOR*
*CNPJ:*

*Setor/esfera órgão público: AGÊNCIA REGULADORA – MUNICIPAL*

*Telefone: (63) 99779-6805*

*País: BR | BRASIL*

*UF: TO*

*Município: 1710904 | ITAPIRATINS*

*Ponto de referência: Cras que fica na antiga prefeitura*

Como providências iniciais, determinou-se a expedição de diligência ao Município de Itapiratins/TO, a fim de averiguar se o Cadastro Único (CadÚnico), essencial ferramenta para a inclusão social e a promoção de direitos das famílias de baixa renda no Brasil, estava sendo ofertado a contento no município de Itapiratins/TO, cuja resposta foi devidamente acostada aos autos (evento 10).



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

É o breve relato.

Decido.

Inicialmente, convém rememorar que o Cadastro Único (CadÚnico) é um registro que reúne informações sobre as famílias de baixa renda no Brasil, sendo utilizado para identificar e selecionar beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família e outros programas do Governo Federal, estadual e municipal (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, o Tarifa Social de Energia Elétrica, etc), além de contribuir para o planejamento e implementação de políticas públicas neste segmento.

No caso concreto, vislumbra-se que a autora da representação encontrava óbice ao recebimento regular de benefício assistencial, carecendo de orientação junto ao setor municipal responsável para regularização de pendências cadastrais no Programa Social do Governo Federal, o que fora sanado com o auxílio da Secretaria de Assistência Social de Itapiratins/TO, consoante se depreende dos relatórios acostados ao evento 10, que dão conta da atualização cadastral e da consequente liberação dos valores devidos.

Nesse sentido, a Resolução n. 005/2018/CSMP dispõe acerca da possibilidade de arquivamento da Notícia de Fato, vejamos:

Art. 5º A Notícia de Fato será arquivada quando:

I – o Ministério Público não tiver legitimidade para apreciar o fato narrado;

II - o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado; (Redação alterada pela Resolução CSMP nº 001/2019, aprovada na 201ª Ordinária do CSMP);

III - a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior do Ministério Público; (Redação alterada pela Resolução CSMP nº 001/2019, aprovada na 201ª Ordinária do CSMP);

IV - for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração, e o noticiante não atender à intimação para complementá-la.” (NR) - grifado.

Dessa forma, considerando que a demanda foi devidamente solucionada (evento 10), não subsiste razão para manutenção do presente feito no âmbito extrajudicial, motivo pelo qual o arquivamento é medida impositiva.

À luz do exposto, promovo o ARQUIVAMENTO da presente Notícia de Fato, com fundamento no art. 5º, II, da Resolução n.º 005/2018 do CSMP/TO.

Cientifique-se a noticiante, informando-a que, caso queira, poderá interpor recurso administrativo, acompanhado das respectivas razões, perante esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 dias (artigo 5º, § 1º, da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público).

Fica, desde já, determinada a cientificação da noticiante, via edital, a ser publicado no Diário Oficial do Ministério Público, caso não seja possível contatá-la presencialmente, haja vista as peculiaridades do caso concreto.

Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, finalize-se no sistema.

Itacajá, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**LUCAS ABREU MACIEL**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920263 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - DENÚNCIA ANÔNIMA

Procedimento: 2025.0003985

INTERESSADO: ANÔNIMO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio do Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições perante a Promotoria de Justiça de Itacajá, previstas no art. 127 e art. 129 da Constituição Federal e Lei Complementar Estadual n. 51/2008. Considerando que se trata de denúncia anônima registrada no âmbito do MPTO, pelo presente edital, CIENTIFICA quem possa interessar, especialmente o denunciante anônimo, do inteiro teor da promoção de arquivamento proferida nos autos da Notícia de Fato n. 2025.0003985.

Em caso de discordância da decisão de arquivamento, poderá ser interposto recurso nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com o art. 5º, da Resolução n. 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Por fim, informa-se que o presente arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes ou o acionamento do Poder Judiciário por outras vias.

Frisa-se que a resposta, com os documentos digitalizados em formato “pdf”, poderá ser encaminhada, preferencialmente, ao e-mail institucional cesiregionalizada6@mpto.mp.br, ou pelo telefone (63) 3236-3550, fazendo menção ao número da diligência e do Procedimento Extrajudicial do Ministério Público, ou ainda entregue na sede da Promotoria de Justiça de Itacajá/TO, ou postada via correios ao endereço Presidente Dutra, Qd. 55, Lt. 03 - 785 - Cep: 77720000 - Centro - Itacajá.

Atenciosamente,

Itacajá, 17 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**LUCAS ABREU MACIEL**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920263 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - DENÚNCIA ANÔNIMA

Procedimento: 2022.0006486

INTERESSADO: ANÔNIMO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por ordem do Promotor de Justiça Dr. LUCAS ABREU MACIEL, no exercício de suas atribuições perante a Promotoria de Justiça de Itacajá, previstas no art. 127 e art. 129 da Constituição Federal e Lei Complementar Estadual n. 51/2008. Considerando que se trata de denúncia anônima registrada no âmbito do MPTO, pelo presente edital, CIENTIFICA quem possa interessar, especialmente o denunciante anônimo, do inteiro teor da promoção de arquivamento proferida nos autos do Procedimento Administrativo n. 2022.0006486.

Em caso de discordância da decisão de arquivamento, poderá ser interposto recurso nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com o art. 28º, da Resolução n. 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Por fim, informa-se que o presente arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes ou o acionamento do Poder Judiciário por outras vias.

Frisa-se que a resposta, com os documentos digitalizados em formato “pdf”, poderá ser encaminhada, preferencialmente, ao e-mail institucional cesiregionalizada6@mpto.mp.br, ou pelo telefone (63) 3236-3550, fazendo menção ao número da diligência e do Procedimento Extrajudicial do Ministério Público, ou ainda entregue na sede da Promotoria de Justiça de Itacajá/TO, ou postada via correios ao endereço Presidente Dutra, Qd. 55, Lt. 03 - 785 - Cep: 77720000 - Centro - Itacajá.

Atenciosamente,

WESLEY MAULER COSTA CASTRO
Técnico Ministerial / Mat. 1973
Centro Eletrônico de Serviços Integrados VI - CESI VI

Itacajá, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**WESLEY MAULER COSTA CASTRO**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRANORTE




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920435 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE DENÚNCIA**

Procedimento: 2025.0006243

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE DENÚNCIA

INTERESSADO: ANÔNIMO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da Promotora de Justiça infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o Representante Anônimo para que, no prazo de 10 (dez) dias, entre em contato com a 01ª Promotoria de Justiça de Miranorte/TO, ou via Ouvidoria no site do MPTO, e complemente sua representação formulada na data de 22/04/2025 e registrada sob o nº 07010795961202584, que deu origem ao Procedimento Extrajudicial, Notícia de Fato n. 2025.0006243, sob pena de arquivamento do feito, nos termos do art. 5º, inc. IV, da Resolução 005/2018/CSMP/TO.

---

DENÚNCIA

“Oi quero fazer uma denúncia anônima contra o atual prefeito de Rio dos bois .que os funcionários públicos do posto de saúde se reuniram para ir na câmara de vereadores cobrar que o atual prefeito paga o salário salubridade, e o prefeito ficou sabendo e disse que não pagaria o salario salubridade e eles continuam ia tirar todos funcionários contratados e que o MP não dava conta de fazer ele pagar. Que eles poderiam procurar os direitos deles. Que tava no poder tinha dinheiro pra gastar com o advogado”

Miranorte, 17 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**PRISCILLA KARLA STIVAL FERREIRA**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRANORTE



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920109 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2024.0014814

1 – RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Notícia de Fato, instaurada em 05/12/2024, autuada sob o nº 2024.0014814, pela Promotoria de Justiça de Novo Acordo, decorrente de representação formulada pela advogada Stéfany Cristina da Silva, relatando dificuldades na transição da gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Tereza do Tocantins/TO.

A denúncia aponta a falta de colaboração da Secretária de Saúde, Sueliene Tavares Custódio, no fornecimento de informações e documentos essenciais, incluindo dados sobre veículos, sistemas de monitoramento, contas bancárias, estoques de medicamentos, e pagamento de prestadores de serviços, comprometendo a continuidade dos serviços de saúde.

Diante das informações, esta Promotoria de Justiça expediu o Ofício n.º 400/2024/PJNOVOA-CESI V, direcionado ao Prefeito Municipal, e o Ofício n.º 401/2024/PJNOVOA-CESI V, à Secretária Municipal de Saúde, solicitando manifestação acerca dos fatos.

A Secretária respondeu, por meio do Ofício nº 49/2024, afirmando que sempre esteve à disposição para fornecer as informações solicitadas, que a reunião agendada para 05/12/2024 foi acompanhada por sua equipe, e que os documentos foram entregues, sendo esclarecido que o veículos não poderiam ser entregues no ato por estarem na oficina em palmas.

É o breve relatório.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

No caso em análise, a denúncia foi instruída com elementos iniciais que indicavam possível irregularidade na transição da gestão da Secretaria de Saúde, especialmente quanto à ausência de informações essenciais para a continuidade dos serviços.

Contudo, em resposta à solicitação desta Promotoria, a Secretária Municipal de Saúde, por meio do Ofício n.º 49/2024, esclareceu que não pôde comparecer à reunião do dia 05/12/2024 devido a compromisso profissional previamente agendado, o que foi comunicado à equipe, que optou por manter o encontro. A reunião foi acompanhada pela coordenadora Neyla, que entregou toda a documentação solicitada, informando que apenas os veículos em manutenção na cidade de Palmas não puderam ser entregues no ato. Quanto aos sistemas utilizados, a servidora responsável esteve presente, esclarecendo dúvidas e informando que as senhas e relatórios seriam entregues dentro do prazo. Por fim, declarou que a farmacêutica da pasta prestou esclarecimentos sobre a farmácia municipal e a relação de medicamentos disponíveis.

A interessada, devidamente notificada para se manifestar sobre os esclarecimentos apresentados, manteve-se inerte, não trazendo elementos probatórios que corroborassem suas alegações iniciais ou refutassem a resposta da Secretária.

Consoante o art. 5º, da Resolução Conselho Superior do Ministério Público – CSMP/TO nº 005/2018, a NOTÍCIA DE FATO será ARQUIVADA quando:

I – o Ministério Público não tiver legitimidade para apreciar o fato narrado;

II - o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

(Redação alterada pela Resolução CSMP nº 001/2019,aprovada na 201ª Ordinária do CSMP)

III - a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante,nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior do Ministério Público; (Redação alterada pela Resolução CSMP nº 001/2019,aprovada na201ª Ordinária do CSMP)

IV - for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração, e o noticiante não atender à intimação para complementá-la.

Assim, ausentes elementos que justifiquem a continuidade da investigação, impõe-se o arquivamento da presente Notícia de Fato.

3 – CONCLUSÃO

Assim, diante da ausência de elementos mínimos que sustentem as alegações apresentadas, determino o arquivamento da presente notícia de fato, com fulcro no art. 5º, IV, da Resolução Conselho Superior do Ministério Público – CSMP/TO nº 005/2018, por ausência de justa causa para a continuidade da investigação.

Em vias de arremate, registre-se que, nos termos do art. 12, da Resolução CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007, aplicável analogicamente às Notícias de Fato, o desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo de seis meses após o arquivamento.

Notifique os interessados via telefone, e-mail e, sendo impossível esse meio, via edital, cientificando-lhes da promoção de arquivamento, para, caso queiram, interponham recurso no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 5, § 1º, da Resolução n° 005/2018 – CSMP/TO.

Em caso de recurso, os autos devem ser feitos conclusos para reanálise ou remessa ao Conselho Superior.

Remeta-se à Secretaria Regional para providências, devendo o servidor responsável certificar (detalhadamente) nos autos a expedição dos expedientes, o cumprimento do prazo e eventual resposta.

Fica autorizado a expedição dos ofícios por ordem, devendo o presente despacho acompanhar o expediente.

Cumpra-se.

Promotor de Justiça João Edson de Souza

Promotoria de Justiça de Novo Acordo

Novo Acordo, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JOÃO EDSON DE SOUZA**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**920253 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

Procedimento: 2021.0000540

1 – RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Inquérito Civil Público, instaurado em 08/06/2021, pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da Promotoria de Justiça de Novo Acordo, sob o nº 2021.0000540, com o objetivo de apurar o suposto cometimento de atos de improbidade administrativa, tipificados no art. 11, da Lei Federal nº 8.429/92, decorrentes da nomeação dos seguintes servidores: Cleide Maria Lino, Samuel Pereira Carvalho, Maria Goreth Araújo Carvalho, Celia Barbosa de Araújo, Manoel Ramilson do Costa Barbosa, Rosa Maria Coelho de Carvalho e Men de Sá Pereira Carvalho.

No curso da investigação, foi proferida a Promoção de Arquivamento do feito (evento 14), submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins (CSMP/TO), que homologou parcialmente o arquivamento, determinando o prosseguimento das investigações para apurar: 1) a existência de nepotismo em relação à servidora Célia Barbosa de Araújo; e 2) a regularidade da acumulação de cargos públicos por parte da servidora Cleide Maria Lino (evento 20).

Em cumprimento à determinação do CSMP/TO, foram expedidos os Ofícios nº 175/2024/PJNA e nº 174/2024/PJNA ao Gestor Municipal e à Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, respectivamente, requisitando cópia da folha de frequência da servidora Cleide Maria Lino, referente ao período de 2020 a 2024.

Em resposta, a Prefeitura Municipal de Aparecida do Rio Negro/TO enviou o Ofício n.º 005/2024, encaminhando as folhas de ponto da servidora Cleide Maria Lino (Diretora da Escola Municipal Luíza Machado de Miranda), referente ao período requisitado.

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Educação respondeu por meio do Ofício nº 1128/2024/GABSEC/SEDUC, informando que a servidora Cleide Maria Lino é professora normalista, exercendo suas funções na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Meira Matos, no município de Aparecida do Rio Negro, anexando, ainda, a ficha financeira, o ato de nomeação e os registros de frequência.

É o breve relatório.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, de acordo com as informações prestadas pelo Município de Aparecida do Rio Negro/TO, por meio do Ofício nº 05/2024, não há grau de parentesco entre o Gestor Municipal e a servidora Célia Barbosa de Araújo, não sendo possível exigir do investigado a produção de prova diabólica, conforme bem pontuado pela própria administração municipal.

No tocante à investigação sobre a regularidade da acumulação de cargos públicos por parte da servidora Cleide



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Maria Lino, as diligências realizadas permitiram concluir pela legalidade da situação funcional.

Acerca do assunto, a Constituição Federal/88 estabelece:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal possui, há muito tempo, entendimento pacífico no sentido de ser possível a cumulação de cargos públicos, bastando, para tanto, a compatibilidade de horários e as hipóteses contidas no art. 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c” da CF/88.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO AGRAVADA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Nestes autos, o Superior Tribunal de Justiça aplicou entendimento de sua 1ª Seção no sentido da (a) “impossibilidade de cumulação de cargos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais” e (b) validade do “limite de 60 (sessenta) horas semanais estabelecido no Parecer GQ-145/98 da AGU nas hipóteses de acumulação de cargos públicos, não havendo o esvaziamento da garantia prevista no art. 37, XVI, da Constituição Federal”. 2. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL tem entendimento consolidado no sentido de que, havendo compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, a existência de norma infraconstitucional limitadora de jornada semanal de trabalho não constitui óbice ao reconhecimento da cumulação de cargos. 3. Precedentes desta CORTE em casos idênticos ao presente, no qual se discute a validade do Parecer GQ 145/1998/AGU: RE 1061845 AgR-segundo, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 25-02-2019; ARE 1144845, Relator(a): Min. ROSA WEBER, DJe 02/10/2018; RMS 34257 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe 06-08-2018; RE 1023290 AgR-segundo, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 06-11-2017; ARE 859484 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe 19-06-2015. 4. Agravo Interno a que se nega provimento. (RE 1176440 AgR, Relator(a):Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 09/04/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-098 DIVULG 10-05-2019 PUBLIC 13-05-2019).



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

No caso em tela, resta evidenciada a compatibilidade de horários entre os cargos acumulados pela servidora, pois o exercício de suas funções ocorre em turnos distintos, sem sobreposição.

Ademais, a análise das folhas de ponto, tanto as apresentadas pela Prefeitura Municipal quanto pela Secretaria de Educação do Estado, evidencia a assiduidade da servidora no cumprimento de suas funções em ambas as instituições até outubro de 2023, quando passou a se afastar em razão de tratamento oncológico. Não há registros de faltas injustificadas ou de descumprimento de horários que pudessem comprometer a qualidade e a eficiência dos serviços prestados. Deste modo, inexiste prejuízo ao erário ou prática de ato de improbidade administrativa que justifique a propositura de ação civil pública.

Assim, ausentes elementos que justifiquem a continuidade da investigação, impõe-se o arquivamento do presente Inquérito Civil Público.

Cabe ponderar que o art. 9º, da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) preconiza que a promoção de arquivamento do inquérito civil ou das peças informativas é cabível tão logo esteja o órgão do Ministério Público convencido da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública.

Nessa trilha, o art. 18, I, da Resolução CSMP nº 005/2018, estabelece que o Inquérito Civil Público será arquivado diante da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, depois de esgotadas todas as possibilidades de diligências.

De análise acurada dos autos, constata-se que os fatos que deram causa a instauração do presente procedimento foram superados, visto não haver justificativa para a continuidade da análise ou adoção de medidas adicionais neste momento, não obstante possa ser desarquivado, acaso posteriormente, ocorra o surgimento de novas provas e de fatos novos relevantes, providos de justa causa, para reabertura da investigação.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fundamento no art. 18, I, da Resolução n° 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e à luz do art. 9º, da Lei Federal nº 7.347/85, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil Público autuado sob o nº 2021.0000540.

Determino que, conforme preconiza o art. 18, § 1º, da Resolução n° 005/2018 - CSMP/TO, seja promovida a notificação do Município de Aparecida do Rio Negro/TO, na pessoa de seu Prefeito, bem como os demais interessados via telefone, e-mail e, sendo impossível esse meio, via edital, cientificando-lhes da promoção de arquivamento, para, caso queiram, interponham recurso no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 18, § 1º, da Resolução n° 005/2018 – CSMP/TO.

Decorrido o prazo sem manifestação, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, no prazo improrrogável de 03 (três) dias, após a efetiva cientificação dos interessados, para reexame necessário da matéria, conforme previsão do art. 18, § 1º, da Resolução n° 005/2018-CSMP/TO.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Em caso de recurso, os autos devem ser feitos conclusos para reanálise ou remessa ao Conselho Superior.

Remeta-se à Secretaria Regional para providências, devendo o servidor responsável certificar (detalhadamente) nos autos a expedição dos expedientes, o cumprimento do prazo e eventual resposta.

Fica autorizado a expedição dos ofícios por ordem, devendo a presente decisão acompanhar o expediente.

Cumpra-se.

Promotor de Justiça João Edson de Souza

Promotoria de Justiça de Novo Acordo

Novo Acordo, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JOÃO EDSON DE SOUZA**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920109 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0000499

1 – RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado, em 20/01/2023, sob o nº 2023.0000499, destinado ao acompanhamento da estruturação das escolas públicas do Município de Aparecida do Rio Negro/TO.

A instauração do procedimento decorreu de uma vistoria conduzida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância, Juventude e Educação (CAOPIJEMPE/TO), que revelou diversas irregularidades em três unidades escolares do município.

No Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Aquarela, constatou-se a ausência de um espaço físico adequado para crianças de 0 a 5 anos, falta de um espaço coberto, insuficiência de salas administrativas, inexistência de brinquedoteca, banheiros sem medidas de biossegurança e carência de material didático. Na Escola Municipal Luza Machado de Miranda, as salas de aula careciam de forro, climatização e iluminação adequadas, além de haver necessidade de salas para coordenação pedagógica e assistência social e de ampliação do depósito. Já na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Meira Matos, verificou-se a necessidade de novos computadores para a sala de informática, reparos no piso do banheiro feminino, equipamentos para o laboratório de ciências e um computador para a sala de recursos.

Durante a instrução do feito, foram expedidas as Recomendações nº 14/2024 e nº 15/2024, direcionadas, respectivamente, ao Prefeito e à Secretária Municipal de Educação de Aparecida do Rio Negro e ao Secretário Estadual de Educação.

Ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Educação de Aparecida do Rio Negro/TO, foi recomendado a adoção das seguintes medidas:

1) Que promovam as devidas adequações na estrutura física doCentro Municipal de Educação Infantil - CMEI AQUARELA, a saber: a) providencie um prédio adequado para as crianças na etapa da educação infantil, nesse sentido, verifiquem os dados do censo escolar na Educação Infantil, informe esses dados no Monitoramento e planejamento do PAR e esforce no pleito de conseguir, pelo menos, um prédio padrão FNDE para Educação Infantil que atenda a demanda atual e a manifesta de crianças para Creche e Pré-escola no PAR; b) providencie um espaço coberto para atender as crianças, tendo em vista que as salas de aulas são os únicos espaços cobertos para atender as crianças; c) providencie sala para o departamento administrativo, sala de professores, diretoria, coordenação e orientação pedagógica; d) providencie uma brinquedoteca; e) adéque os banheiros com as medidas de biossegurança necessárias, providenciando a disposição de cestos de lixo com tampa e acionamento por pedal, dispensador de papel toalha e tampas nos vasos sanitários e f) providencie material didático suficiente.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

2) Que promovam as devidas adequações na estrutura física na Escola Municipal Luza Machado de Miranda, a saber: a) forrar as salas de aulas que ainda não foram forradas, climatizá-las e melhorar a iluminação, tendo me vista que há salas muito escuras, mesmo com as lâmpadas acesas; b) providenciar mais salas, destinadas a coordenação pedagógica, orientação e assistência social, bem como, promover a ampliação do depósito.

Ao Secretário Estadual de Educação do Estado do Tocantins, foi recomendado a adoção das seguintes medidas:

1) promovam as devidas adequações na estrutura física da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Meira Matos, localizada no Município de Aparecida do Rio Negro/TO, a saber: a) providencie novos computadores para a sala de informática; b) promova os devidos reparos no piso do banheiro feminino; c) equipe o laboratório de ciências com os materiais necessários, como: balança de precisão, balão fundo chato, bequer, bico de bunsen, cadinho, capsula de porcelana, chuveiro lava olhos, destilador de água, erlenmeyer, escorredor de vidrarias, espátula de laboratório, extratos de sohlet, pipeta, pisseta, proveta, sistema de filtração, suporte universal, tubo de ensaio, dentre outras coisas; d) providencie um computador para sala de recursos.

Na sequência, foram expedidos os Ofícios nº 188/2024/PJNA e nº 189/2024/PJNA, destinados à Secretária Municipal de Educação e ao Secretário Estadual de Educação, respectivamente, para cientificá-los das recomendações e solicitar respostas em 90 dias.

Em resposta, a Procuradoria Municipal de Aparecida do Rio Negro, por meio do Ofício nº 04/2024, informou a implementação de diversas melhorias no CMEI Aquarela (espaço coberto, sala administrativa, brinquedos, banheiros adequados, material didático) e na Escola Luza Machado de Miranda (salas forradas, climatizadas, com novas janelas e coordenação escolar), além de ações adicionais como a aquisição de dois ônibus para realizar o transporte escolar, usinas fotovoltaicas e empenho de R$ 10.000.000,00 para uma nova escola. A resposta foi acompanhada de relatório fotográfico.

A Secretaria Estadual de Educação, por meio do Ofício nº 1878/2024/GABSEC/SEDUC, informou a destinação de R$ 98.032,08 para reparos na Escola Meira Matos, entrega de 50 Chromebooks e um gabinete de recarga em 2023, mais 10 computadores a serem fornecidos, entrega de monitor e CPU para a sala de recursos em 07/05/2024 e kits de laboratórios em 19/04/2024, apresentando documentação comprobatória em anexo.

É o breve relatório.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

A análise dos autos revela que o Município de Aparecida do Rio Negro e a Secretaria Estadual de Educação responderam satisfatoriamente às recomendações ministeriais, promovendo melhorias substanciais na infraestrutura das unidades escolares.

No âmbito municipal, a administração de Aparecida do Rio Negro empreendeu uma série de iniciativas ao longo de 2022 e 2023 para atender às demandas do CMEI Aquarela e da Escola Municipal Luza Machado de Miranda. No CMEI Aquarela, a ausência de um espaço coberto foi resolvida com a reforma do Ginásio



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Poliesportivo Marilon Veloso, um investimento de R$ 500.000,00 que proporcionou um ambiente apropriado para as atividades das crianças. Para suprir a falta de espaço administrativo, uma sala foi criada especificamente para a gestão da unidade, otimizando a organização escolar. A necessidade de uma brinquedoteca foi parcialmente atendida com a aquisição de brinquedos variados, e o projeto para sua implementação completa segue em desenvolvimento. Os banheiros, antes desprovidos de medidas de biossegurança, foram reformados com a instalação de vasos sanitários, pias e cestos de lixo, garantindo segurança e acessibilidade às crianças. Além disso, a unidade recebeu livros didáticos e de literatura infantil em quantidade suficiente, eliminando a carência de material didático. Na Escola Luza Machado de Miranda, as condições precárias das salas de aula foram superadas com a substituição de janelas, instalação de forro em todas as salas, climatização por meio de aparelhos de ar-condicionado e melhorias na iluminação, criando um ambiente mais propício ao aprendizado. A demanda por espaços administrativos foi atendida com a criação de salas destinadas à coordenação pedagógica.

Além das ações diretamente relacionadas às recomendações, o Município demonstrou iniciativa ao implementar melhorias complementares que reforçam o compromisso com a educação. De acordo com o Município, número de alunos atendidos em jornada ampliada foi expandido, promovendo maior acesso à educação integral. Adicionalmente, a implantação do transporte escolar urbano facilitou o deslocamento dos estudantes, contribuindo para a assiduidade e a permanência na escola. A instalação de usinas fotovoltaicas nas escolas trouxe benefícios econômicos e ambientais, reduzindo custos com energia. Um transformador próprio foi adquirido para garantir fornecimento elétrico estável, e o mobiliário escolar foi substituído, acompanhado da modernização de equipamentos de informática, como computadores e impressoras. Foi empenhado cerca de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), fruto de emenda parlamentar, para a construção de uma nova unidade escolar, projetada para incluir laboratórios e espaços para assistentes sociais e psicólogos, alinhada aos padrões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No âmbito estadual, a Secretaria Estadual de Educação concentrou seus esforços na  Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Meira Matos, respondendo integralmente às demandas da Recomendação nº 15/2024. Para sanar os problemas estruturais, foram destinados R$ 98.032,08 para reparos gerais, incluindo a correção do piso do banheiro feminino, que agora oferece maior segurança e acessibilidade. A sala de informática, antes desprovida de equipamentos suficientes, foi equipada com 50 Chromebooks e um gabinete de recarga móvel entregues em 2023, com a previsão de fornecimento de mais 10 computadores para complementar a estrutura. A sala de recursos, essencial para o atendimento educacional especializado, recebeu um monitor e uma CPU em 07/05/2024, garantindo sua plena funcionalidade. Para o laboratório de ciências, foram entregues kits completos de Biologia, Física e Química em 19/04/2024, permitindo a realização de atividades práticas.

Na espécie, as diligências empreendidas atingiram os objetivos propostos, inexistindo indício de omissão deliberada ou prática de ato ilícito por parte dos gestores públicos. Pelo contrário, observa-se a adoção de providências proativas e integradas pelas secretarias, tanto em nível municipal quanto estadual, voltadas à estruturação das unidades de ensino e ao fortalecimento das condições de aprendizagem, tornando desnecessária a continuidade do presente feito.

Assim, visto não haver justificativa para a continuidade da análise ou adoção de medidas adicionais neste



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

momento, determino o arquivamento do presente feito, não obstante possa ser desarquivado, acaso posteriormente, ocorra o surgimento de novas provas e de fatos novos relevantes, providos de justa causa, para reabertura do procedimento.

3 – CONCLUSÃO

Conforme disposto no art. 27 e art. 28 da Resolução 05/2018 CSMP/TO, o procedimento administrativo será arquivado no próprio órgão de execução, com comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público, dispensando a remessa dos autos para homologação do arquivamento.

Nos termos do art. 28, §2º, da Resolução nº 005/2018 do CSMP/TO, deixo de comunicar as entidades envolvidas, uma vez que o procedimento foi instaurado em razão do dever de ofício.

Efetue-se a publicação da Decisão de Arquivamento no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público, conforme preconiza o art. 24 da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO.

Em caso de recurso, os autos devem ser feitos conclusos para reanálise ou remessa ao Conselho Superior.

Cumpra-se.

Promotor de Justiça João Edson de Souza

Promotoria de Justiça de Novo Acordo

Novo Acordo, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**JOÃO EDSON DE SOUZA**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 04º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920109 - ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2025.0005215

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de notícia de fato instaurada mediante termo de declaração:"Em 31 d emaço de 2025, compareceu nesta Sede das Promotorias de Justiça em Paraíso do Tocantins/TO, a Senhora C. A. de L. e Sra. E. C. B.; disseram que são trabalhadoras na zona rural, integrantes da Agricultura Familiar no município de Pugmil, que solicitam junto a Secretaria da Agricultura do município os maquinários, tratores e outros para a execução de arar e gradear a terra, que todas às vezes o secretaria da agricultura Sr. L., nos informa que vai enviar as maquinas, porém, nunca vão, e às vezes estão até nos vizinhos, que sempre inventam alguma desculpa, assim estamos passando por várias gestões e nada de resolver o problema. Achamos que pode ser questões politicas. Que tem várias provas até documentais, solicitando as maquinas. Que a chuva está acabando e não forma ainda enviaram os maquinários, que ainda tem o problema de uma mini represa, que precisa da retroescavadora e a PC, para melhorar a água. Que isso se arrasta por anos e anos. Que cobram o óleo dos tratores."

Expedido ofício ao prefeito da cidade de Pugmil, prestou as informações com a realização do serviço na propriedade rural, juntando fotos.

Em síntese é relato do necessário.

Parte da denúncia inicial perdeu o objeto com a realização do serviço na propriedade rural.

Com relação ao serviço de construção de barragem, as autoras receberam orientação para providenciar licença ambiental para construção das barragens,

Portanto, resolvido parte da denúncia com a realização do serviço na propriedade rural, e como as autoras não apresentaram licença ambiental para construção das barragens, não vejo razão para continuar com a presente notícia de fato.

Ante o exposto, promovo o arquivamento da presente notícia de fato, por ter atingido o objetivo inicial da denúncia, e por falta de previsão legal da conduta como ato de Improbidade Administrativa, termos do Art. 5º, IV, da Resolução nº 005/2018 do CSMP: Art. 5º A Notícia de Fato será arquivada por falta de justa causa para propor medida judicial. Ademais, em consonância com § 1º do artigo em espeque, comunique-se a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como demais interessados por intermédio de a fixação de cópia da presente no placar desta Promotoria de Justiça. Deixo de enviar os autos para homologação, eis não terem havido quaisquer diligências investigatórias. Não existindo recurso, arquivem-se os autos na promotoria, caso contrário, volvam-me conclusos.
Cumpra-se.

Paraíso do Tocantins, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2374/2025**

Procedimento: 2024.0009577

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu representante legal nesta Comarca, com atuação na Curadoria do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro nas disposições contidas no art. 127, caput, e art. 129, II e III, da Constituição Federal; art. 25, inciso IV, letra 'b' e inciso VIII da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 4º, inciso IV, letra 'b', e VIII, da Lei Complementar Estadual nº 12/94, alterada pela Lei Complementar nº 21/98 e art. 8.°, §1.°, da Lei n.° 7.347/85, e ainda,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial dos individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que, conforme consta nos autos, o cidadão L.J.T.A., foi flagrado no dia 09/06/2024, transportando 6 kg de pescados em desacordo com a legislação ambiental vigente (Portaria Naturatins 24/2023), no Município de Monte Santo do Tocantins/TO, nas coordenadas geográficas Latitude -10.0049277 e Longitude -48.9956742, conforme Auto de Infração nº 1.005.809, caracterizando-se como atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente aquático e à preservação da ictiofauna local;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato nº 2024.0009577, originada a partir de denúncias encaminhadas pelo Órgão Ambiental Estadual – NATURATINS, acerca de apurar o Auto de Infração nº 1.005.809;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", entendido esse como o "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (art. 225 caput CF/88 e art. 3º, I da Lei n.º 6938/81);

CONSIDERANDO que é atribuição da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/TO atuar perante "(...) Aos feitos do Consumidor, do Meio Ambiente, da Cidadania, dos Idosos, das Fundações, de Acidentes do Trabalho, de Ausentes, dos Hipossuficientes e de Incapazes", nos termos do Ato PGJ nº 163/2002;

CONSIDERANDO que a infração ambiental consistente no transporte irregular de pescado, em tese, constitui fato tipificado no art. 29 e/ou art. 34 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento da adoção de eventuais medidas administrativas e/ou judiciais decorrentes da referida infração ambiental;

CONSIDERANDO que o presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);

CONSIDERANDO que antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico. (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 - CNMP);

RESOLVE:

CONVERTER o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO em PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO,



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

determinando, desde já, as seguintes diligências:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria no sistema de processos extrajudiciais (integrar-e), com as anotações e comunicações devidas, inclusive ao Conselho Superior do Ministério Público, afixando-se cópia de seu extrato no local de costume, enviando-o para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, nos termos do art. 24, da Resolução CSMP nº 005/2018;

2. Junte-se a estes autos Termo de Declarações e eventuais documentos que o acompanham;

3. Nomear para secretariar os trabalhos, os servidores lotados na 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins;

5.Ao final, cientifique-se o noticiante da decisão de arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução no 174/2017, do CNMP;

6.Após, a conclusão.

Cumpra-se. Expeça-se o necessário.

Paraíso do Tocantins, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2373/2025**

Procedimento: 2024.0014638

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu representante legal nesta Comarca, com atuação na Curadoria do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro nas disposições contidas no art. 127, caput, e art. 129, II e III, da Constituição Federal; art. 25, inciso IV, letra 'b' e inciso VIII da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 4º, inciso IV, letra 'b', e VIII, da Lei Complementar Estadual nº 12/94, alterada pela Lei Complementar nº 21/98 e art. 8.°, §1.°, da Lei n.° 7.347/85, e ainda,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial dos individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO a notícia de fato registrada sob o nº 2024.0014638, originada por meio de termo de declaração prestado pelo Sr. T.O.D.S. em 05 de dezembro de 2024, acerca de suposta prática de bullying, preconceito e homofobia por parte de grupo de alunos da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), campus de Paraíso do Tocantins; Verificar a possibilidade de violência psicológica, moral e verbal no ambiente escolar. Verificar se a Universidade possui algum projeto para garantir o direitos dos estudante ao ambiente livre de discriminação.

ONSIDERANDO o relato do declarante de que as condutas ocorrem dentro de sala de aula, em horário de apresentações de projetos, constituindo violência psicológica, moral e verbal, tendo resultado inclusive em briga física, conforme boletim de ocorrência anexado aos autos;

CONSIDERANDO que o coordenador do curso, Sr. A.S., segundo o declarante, teria afirmado desconhecer o assunto, embora o mesmo já tivesse sido relatado no grupo de WhatsApp da sala;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Direção da UNITINS, por meio do DESPACHO/UNITINS/PROGRAD nº 29/2024, que determinou o afastamento preventivo dos acadêmicos H.C.D.N. e T.O.D.S. das atividades acadêmicas a partir do dia 26/11/2024, pelo prazo de 60 (sessenta) dias;

CONSIDERANDO o despacho de conversão da notícia de fato em Procedimento Administrativo, datado de 08 de maio de 2025, diante da necessidade de apuração dos fatos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar eventual omissão da instituição de ensino em adotar providências eficazes para coibir os atos de violência psicológica, após tomar conhecimento dos fatos;

CONSIDERANDO que o presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);

CONSIDERANDO que antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico. (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 - CNMP);

CONSIDERANDO que em vista dos fundamentos expostos e considerando as informações e documentos acostados, tem-se por pertinente converter a presente NOTÍCIA DE FATO para o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando a necessidade de realização de diligências adicionais tendentes



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a concluir a apuração, eis que ainda não se vislumbra nos autos os elementos necessários para adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis ao caso

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fulcro nos artigos 8°, III, e 9°, da Resolução n° 174/2017-CNMP, determinando, desde já, as seguintes diligências:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria no sistema de processos extrajudiciais (integrar-e), com as anotações e comunicações devidas, inclusive ao Conselho Superior do Ministério Público, afixando-se cópia de seu extrato no local de costume, enviando-o para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, nos termos do art. 24, da Resolução CSMP nº 005/2018;

2. Junte-se a estes autos Termo de Declarações e eventuais documentos que o acompanham;

3. Nomear para secretariar os trabalhos, os servidores lotados na 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins;

5.Ao final, cientifique-se o noticiante da decisão de arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução no 174/2017, do CNMP;

6.Após, a conclusão.

Cumpra-se. Expeça-se o necessário.

Paraíso do Tocantins, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920109 - DECISÃO DE ARQUIVMENTO

Procedimento: 2024.0000632

DECISÃO DE ARQUIVAEMNTO

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado mediante termo de declaração:

"Em 22 de janeiro de 2024, compareceu aqui na Sede do Ministério Publico, a Senhora O. da S. O.; Disse que sua mãe é idosa com 78 anos, Sra R. R. da P., necessita de uma consulta em oftalmologia, pois tem problema de catarata, que a mãe, sente muitas dores de cabeça. Que já tinha dado entrada em outro pedido de consulta pra sua maẽ, mas a Secretaria da Saúde do Município de Paraíso, deu sumiço no pedido. Os documentos seguem anexo."

No evento 26, consta áudio da genitora da idosa informando a vontade da não realização da cirurgia.

Como a saúde é um direito individual da idosa, e seu estado não coloca em risco sua vida. entendo que, a decisão de não realizar, a cirurgia deve prevalecer.

Destaco que, no futuro caso veja a mudar de opinião, vamos desarquivar o caso.

Ante o exposto, determino o ARQUIVAMENTO do presente Procedimento Administrativo, devendo ser o Conselho Superior do Ministério Público, informando desse arquivamento, nos termos do Art. 27 da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público. Dê-se ciência aos interessados nos endereços constantes nos autos, com fulcro no art. 28 da Resolução CSMP nº 005/2018, bem como demais interessados, se houver e afixação da presente promoção de arquivamento no placar da sede do Ministério Público de Paraíso do Tocantins.

Cumpra-se.

Paraíso do Tocantins, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920109 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2025.0003610

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de notícia de fato instaurada mediante termo de declaração: "Compareceu nesta sede das promotorias, dia 12 de março de 2025, a senhora F. P. do N., 70 anos, disse que necessita do exame cistoscopia e/ou ureteroscopia e/ou uretroscopia solicitado pelo medico urologista a secretaria de saúde de Paraiso/TO, informou que não faz esse exame, o exame particular custa 2.500, a declarante diz não não possuir recursos economicos para pagar o exame, o medico pediu urgência devido a gravidade do problema de saúde, busca ajuda na promotoria."

Diante da urgência do caso, foi realizada diligência, solicitando ao secretário municipal de saúde, analise do caso.

A autora do denúncia, no evento 12 , comunica a realização do exame,

Em síntese é relato do necessário.

Como o exame foi realizado, ocorreu a perda do objeto da presente notícia de fato.

Ante o exposto, promovo o arquivamento da presente notícia de fato, por ter atingido o objetivo inicial da denúncia, e por falta de previsão legal da conduta como ato de Improbidade Administrativa, termos do Art. 5º, IV, da Resolução nº 005/2018 do CSMP: Art. 5º A Notícia de Fato será arquivada por falta de justa causa para propor medida judicial. Ademais, em consonância com § 1º do artigo em espeque, comunique-se a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como demais interessados por intermédio de a fixação de cópia da presente no placar desta Promotoria de Justiça. Deixo de enviar os autos para homologação, eis não terem havido quaisquer diligências investigatórias. Não existindo recurso, arquivem-se os autos na promotoria, caso contrário, volvam-me conclusos.

Cumpra-se

Paraíso do Tocantins, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO AFONSO




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS N. 2265/2025**

Procedimento: 2025.0005636

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso/TO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; artigos 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e 26, I, da Lei 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/95; artigo 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e artigo 8º da Resolução 005/2018/CSMP/TO, e ainda:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe, entre outros, ações em defesa dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato nº 2025.0005636, instaurada em 09/04/2025, a partir de denúncia anônima registrada na Ouvidoria do Ministério Público, relatando suposta vulnerabilidade social da idosa Maria Martins de Sousa (Carne Rocha), em razão do abandono familiar e possível violência patrimonial;

CONSIDERANDO que foi determinada nos autos a elaboração de relatório social à Secretaria Municipal de Assistência Social, contudo, até o momento não foi juntado aos autos;

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88, preceitua o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional em face de lesão ou ameaça a direito;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, regulamentada em âmbito estadual pela Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que o artigo 23, II e III, da Resolução CSMP nº 005/2018, determina que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, e de apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; e

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de medidas adequadas ao deslinde do feito, bem como a realização de diligências que possibilitem o delinear do objeto investigado e a solução dos fatos relatados;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com o objetivo de tutelar os interesses individuais indisponíveis da idosa Maria Martins de Sousa (Carne Rocha), diante da situação de abandono e vulnerabilidade noticiados na denúncia e acompanhar as políticas públicas ofertadas pelo município de Pedro Afonso.

O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na Promotoria de Justiça de Pedro Afonso/TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza.

Nesses termos, DETERMINO a realização das seguintes diligências:

1) Autue-se e registre-se o presente procedimento;

2) Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público, *via sistema*, informando a instauração do presente procedimento administrativo, conforme artigo 12, VI, c/c art. 22 e 24, da Resolução nº 005/2018,



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

CSMP;

3) Afixe-se cópia da presente portaria no local de costume, bem como remessa, via sistema, para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, conforme artigo 12, V, c/c 22 e 24 da Resolução nº 005/2018, CSMP;

4) Cumpra-se o despacho proferido no evento 4;

5) Oficie-se o Conselho Municipal do Idoso de Pedro Afonso, preferencialmente por endereço eletrônico, certificando-se nos autos o cumprimento da medida, encaminhando-se em anexo ao ofício, cópia integral desta Portaria de Instauração, requisitando que, no prazo de 15 (quinze) dias, prestem informações a cerca das medidas adotadas, diante da situação de abandono da idosa Maria Martins de Sousa, residente no Setor Canadá, no município de Pedro Afonso.

À secretaria para o cumprimento integral das medidas aqui determinadas.

Cumpra-se. Os expedientes poderão ser assinados por ordem.

Pedro Afonso, 14 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**MUNIQUE TEIXEIRA VAZ**

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO AFONSO



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2336/2025

Procedimento: 2025.0007616

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO o disposto no art; 205 da Constituição Federal que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental, especialmente para as crianças e adolescentes (arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90) e para as pessoas com deficiência (art. 208, inciso III, da Constituição Federal e Decreto Legislativo n. 186/2008);

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, segundo o qual o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) consistente em universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade da pré-escola ocorreu a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 208 da CF e impôs ao poder público a sua universalização até 2016, cuja responsabilidade é prioritariamente dos municípios, na forma do art. 211 da CF, com apoio técnico e financeiro da União (cf. art. 6º da EC 59);

CONSIDERANDO as estatísticas e análises do Anuário Brasileiro da Educação Básica, que contribuem para monitorar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO a Ação Estratégica Nacional pela Educação Infantil, lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2 de setembro de 2014, que busca unidade e integração no âmbito do Ministério Público brasileiro na luta pela ampliação da oferta de vagas em creches, universalização da pré-escola, educação inclusiva e de qualidade para todos;

CONSIDERANDO que o art. 8º, da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP/TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar/fiscalizar o aumento da oferta de vagas em creches públicas no Município de Oliveira de Fátima/TO (ou para averiguar se de fato estão supridas todas as demandas por vagas), com vistas a ampliar o atendimento da demanda manifesta e por meio da realização de busca ativa, a fim de garantir o atendimento em creches, de, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos (Meta 1 do PNE).

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts, 27 e 28 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V), que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação de Oliveira de Fátima, requisitando as seguintes informações:

1. O Município possui Plano Municipal de Educação? Qual lei municipal o instituiu? Encaminhar lei.

2. O que o Plano Municipal de Educação prevê como meta para educação infantil na faixa etária de 0-3 anos? Há previsão de atendimento de todas as crianças demandantes em creches? Remeter cópia da Lei que instituiu o Plano, indicando dispositivos pertinentes ao assunto.

3. Qual o número de crianças atualmente atendidas pelo Município com vagas em creches públicas ou conveniadas?

4. Existe ato normativo municipal criando mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

dispõem o artigo 5o da Lei 9394/96 (LDBEN) e a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024? Caso positivo, remeter cópia do ato.

5. Caso positivo, o ato normativo contempla diretrizes e os procedimentos para a organização do Cadastro Escolar para a creche da rede municipal de educação e os critérios para distribuição de vagas?

6. Após o cadastramento, houve candidatos remanescentes, não contemplados com vagas? Caso positivo, remeter lista geral de excedentes, inclusive por estabelecimento (este, se houver).

7. Caso não haja chamamento público para cadastramento, existe outra forma de identificação ou registro de demanda por vagas em creche no município? Como é realizada?

8. Qual o número de alunos que manifestaram interesse, mas não foram atendidos com vagas em creches ofertadas pelo Município? Remeter a lista com os nomes.

9. Caso haja excedentes, quais os critérios para estabelecimento de ordem de prioridade para o atendimento?

10. Há previsão de data ou cronograma para atendimento da demanda dos excedentes? Caso positivo, apresentar cronograma e forma como será atendido.

11. Há planejamento orçamentário e previsão de ampliação da rede de creches nos próximos anos?

12. O Município participa ou solicitou participação em algum programa ou ação do Governo Federal para financiamento da educação infantil, especialmente para construção de escola da educação infantil (Novo PAC, ProInfância etc)? Caso negativo, informar o motivo. Caso positivo, esclarecer qual(is) ação(ões), valor recebido e forma de emprego.

13. Há obras de escolas de educação infantil financiadas com recursos federais paralisadas ou inacabadas?

14. Houve a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, especificamente da educação infantil?

15. Há escolas de educação infantil sendo ampliadas ou construídas com recursos próprios municipais? Quando serão finalizadas e quantas novas vagas para a creche serão disponibilizadas quando concluídas?

16. No último ano, o município recebeu recursos do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso) para a manutenção de novas turmas de educação infantil? Em caso positivo, para quantas matrículas?

17. O Município aplica o percentual mínimo de 15% dos recursos de complementação (VAAT) em despesas de capital, ou seja, com gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público (art. 27 da Lei 14.113/20)? Esclarecer.;

18. O Município cumpre o art. 212 da Constituição da República (aplicação mínima de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino)?

19. O Município oferta etapa da educação básica que não está na sua área de competência (ensino médio, educação profissional e EJA ensino médio)?



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Oficie-se ao ao Conselho Tutelar do Município requisitando seja informado, no prazo de vinte dias, se há denúncias registradas sobre ausência de atendimento de crianças em creches.

6. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do relatório técnico de análise de contas – em especial, capítulo referente à educação - do exercício mais recente disponível.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2335/2025

Procedimento: 2025.0007614

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO o disposto no art; 205 da Constituição Federal que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental, especialmente para as crianças e adolescentes (arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90) e para as pessoas com deficiência (art. 208, inciso III, da Constituição Federal e Decreto Legislativo n. 186/2008);

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, segundo o qual o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) consistente em universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade da pré-escola ocorreu a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 208 da CF e impôs ao poder público a sua universalização até 2016, cuja responsabilidade é prioritariamente dos municípios, na forma do art. 211 da CF, com apoio técnico e financeiro da União (cf. art. 6º da EC 59);

CONSIDERANDO as estatísticas e análises do Anuário Brasileiro da Educação Básica, que contribuem para monitorar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO a Ação Estratégica Nacional pela Educação Infantil, lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2 de setembro de 2014, que busca unidade e integração no âmbito do Ministério Público brasileiro na luta pela ampliação da oferta de vagas em creches, universalização da pré-escola, educação inclusiva e de qualidade para todos;

CONSIDERANDO que o art. 8º, da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP/TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar/fiscalizar o aumento da oferta de vagas em creches públicas no Município de Fátima/TO (ou para averiguar se de fato estão supridas todas as demandas por vagas), com vistas a ampliar o atendimento da demanda manifesta e por meio da realização de busca ativa, a fim de garantir o atendimento em creches, de, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos (Meta 1 do PNE).

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts, 27 e 28 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação de Fátima, requisitando as seguintes informações:

1. O Município possui Plano Municipal de Educação? Qual lei municipal o instituiu? Encaminhar lei.

2. O que o Plano Municipal de Educação prevê como meta para educação infantil na faixa etária de 0-3 anos? Há previsão de atendimento de todas as crianças demandantes em creches? Remeter cópia da Lei que instituiu o Plano, indicando dispositivos pertinentes ao assunto.

3. Qual o número de crianças atualmente atendidas pelo Município com vagas em creches públicas ou conveniadas?

4. Existe ato normativo municipal criando mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme dispõem o artigo 5o da Lei 9394/96 (LDBEN) e a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024? Caso positivo, remeter cópia do ato.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Caso positivo, o ato normativo contempla diretrizes e os procedimentos para a organização do Cadastro Escolar para a creche da rede municipal de educação e os critérios para distribuição de vagas?

6. Após o cadastramento, houve candidatos remanescentes, não contemplados com vagas? Caso positivo, remeter lista geral de excedentes, inclusive por estabelecimento (este, se houver).

7. Caso não haja chamamento público para cadastramento, existe outra forma de identificação ou registro de demanda por vagas em creche no município? Como é realizada?

8. Qual o número de alunos que manifestaram interesse, mas não foram atendidos com vagas em creches ofertadas pelo Município? Remeter a lista com os nomes.

9. Caso haja excedentes, quais os critérios para estabelecimento de ordem de prioridade para o atendimento?

10. Há previsão de data ou cronograma para atendimento da demanda dos excedentes? Caso positivo, apresentar cronograma e forma como será atendido.

11. Há planejamento orçamentário e previsão de ampliação da rede de creches nos próximos anos?

12. O Município participa ou solicitou participação em algum programa ou ação do Governo Federal para financiamento da educação infantil, especialmente para construção de escola da educação infantil (Novo PAC, ProInfância etc)? Caso negativo, informar o motivo. Caso positivo, esclarecer qual(is) ação(ões), valor recebido e forma de emprego.

13. Há obras de escolas de educação infantil financiadas com recursos federais paralisadas ou inacabadas?

14. Houve a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, especificamente da educação infantil?

15. Há escolas de educação infantil sendo ampliadas ou construídas com recursos próprios municipais? Quando serão finalizadas e quantas novas vagas para a creche serão disponibilizadas quando concluídas?

16. No último ano, o município recebeu recursos do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso) para a manutenção de novas turmas de educação infantil? Em caso positivo, para quantas matrículas?

17. O Município aplica o percentual mínimo de 15% dos recursos de complementação (VAAT) em despesas de capital, ou seja, com gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público (art. 27 da Lei 14.113/20)? Esclarecer.;

18. O Município cumpre o art. 212 da Constituição da República (aplicação mínima de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino)?

19. O Município oferta etapa da educação básica que não está na sua área de competência (ensino médio, educação profissional e EJA ensino médio)?

5. Oficie-se ao ao Conselho Tutelar do Município requisitando seja informado, no prazo de vinte dias, se há denúncias registradas sobre ausência de atendimento de crianças em creches.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

6. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do relatório técnico de análise de contas – em especial, capítulo referente à educação - do exercício mais recente disponível;

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2338/2025

Procedimento: 2025.0007618

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO o disposto no art; 205 da Constituição Federal que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental, especialmente para as crianças e adolescentes (arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90) e para as pessoas com deficiência (art. 208, inciso III, da Constituição Federal e Decreto Legislativo n. 186/2008);

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, segundo o qual o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) consistente em universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade da pré-escola ocorreu a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 208 da CF e impôs ao poder público a sua universalização até 2016, cuja responsabilidade é prioritariamente dos municípios, na forma do art. 211 da CF, com apoio técnico e financeiro da União (cf. art. 6º da EC 59);

CONSIDERANDO as estatísticas e análises do Anuário Brasileiro da Educação Básica, que contribuem para monitorar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO a Ação Estratégica Nacional pela Educação Infantil, lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2 de setembro de 2014, que busca unidade e integração no âmbito do Ministério Público brasileiro na luta pela ampliação da oferta de vagas em creches, universalização da pré-escola, educação inclusiva e de qualidade para todos;

CONSIDERANDO que o art. 8º, da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP/TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar/fiscalizar o aumento da oferta de vagas em creches públicas no Município de Monte do Carmo/TO (ou para averiguar se de fato estão supridas todas as demandas por vagas), com vistas a ampliar o atendimento da demanda manifesta e por meio da realização de busca ativa, a fim de garantir o atendimento em creches, de, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos (Meta 1 do PNE).

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts, 27 e 28 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V), que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação de Monte do Carmo, requisitando as seguintes informações:

1. O Município possui Plano Municipal de Educação? Qual lei municipal o instituiu? Encaminhar lei.

2. O que o Plano Municipal de Educação prevê como meta para educação infantil na faixa etária de 0-3 anos? Há previsão de atendimento de todas as crianças demandantes em creches? Remeter cópia da Lei que instituiu o Plano, indicando dispositivos pertinentes ao assunto.

3. Qual o número de crianças atualmente atendidas pelo Município com vagas em creches públicas ou conveniadas?

4. Existe ato normativo municipal criando mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

dispõem o artigo 5o da Lei 9394/96 (LDBEN) e a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024? Caso positivo, remeter cópia do ato.

5. Caso positivo, o ato normativo contempla diretrizes e os procedimentos para a organização do Cadastro Escolar para a creche da rede municipal de educação e os critérios para distribuição de vagas?

6. Após o cadastramento, houve candidatos remanescentes, não contemplados com vagas? Caso positivo, remeter lista geral de excedentes, inclusive por estabelecimento (este, se houver).

7. Caso não haja chamamento público para cadastramento, existe outra forma de identificação ou registro de demanda por vagas em creche no município? Como é realizada?

8. Qual o número de alunos que manifestaram interesse, mas não foram atendidos com vagas em creches ofertadas pelo Município? Remeter a lista com os nomes.

9. Caso haja excedentes, quais os critérios para estabelecimento de ordem de prioridade para o atendimento?

10. Há previsão de data ou cronograma para atendimento da demanda dos excedentes? Caso positivo, apresentar cronograma e forma como será atendido.

11. Há planejamento orçamentário e previsão de ampliação da rede de creches nos próximos anos?

12. O Município participa ou solicitou participação em algum programa ou ação do Governo Federal para financiamento da educação infantil, especialmente para construção de escola da educação infantil (Novo PAC, ProInfância etc)? Caso negativo, informar o motivo. Caso positivo, esclarecer qual(is) ação(ões), valor recebido e forma de emprego.

13. Há obras de escolas de educação infantil financiadas com recursos federais paralisadas ou inacabadas?

14. Houve a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, especificamente da educação infantil?

15. Há escolas de educação infantil sendo ampliadas ou construídas com recursos próprios municipais? Quando serão finalizadas e quantas novas vagas para a creche serão disponibilizadas quando concluídas?

16. No último ano, o município recebeu recursos do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso) para a manutenção de novas turmas de educação infantil? Em caso positivo, para quantas matrículas?

17. O Município aplica o percentual mínimo de 15% dos recursos de complementação (VAAT) em despesas de capital, ou seja, com gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público (art. 27 da Lei 14.113/20)? Esclarecer.;

18. O Município cumpre o art. 212 da Constituição da República (aplicação mínima de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino)?

19. O Município oferta etapa da educação básica que não está na sua área de competência (ensino médio, educação profissional e EJA ensino médio)?



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Oficie-se ao ao Conselho Tutelar do Município requisitando seja informado, no prazo de vinte dias, se há denúncias registradas sobre ausência de atendimento de crianças em creches.

6. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do relatório técnico de análise de contas – em especial, capítulo referente à educação - do exercício mais recente disponível.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2337/2025

Procedimento: 2025.0007617

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO o disposto no art; 205 da Constituição Federal que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental, especialmente para as crianças e adolescentes (arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90) e para as pessoas com deficiência (art. 208, inciso III, da Constituição Federal e Decreto Legislativo n. 186/2008);

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, segundo o qual o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) consistente em universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade da pré-escola ocorreu a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 208 da CF e impôs ao poder público a sua universalização até 2016, cuja responsabilidade é prioritariamente dos municípios, na forma do art. 211 da CF, com apoio técnico e financeiro da União (cf. art. 6º da EC 59);

CONSIDERANDO as estatísticas e análises do Anuário Brasileiro da Educação Básica, que contribuem para monitorar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO a Ação Estratégica Nacional pela Educação Infantil, lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2 de setembro de 2014, que busca unidade e integração no âmbito do Ministério Público brasileiro na luta pela ampliação da oferta de vagas em creches, universalização da pré-escola, educação inclusiva e de qualidade para todos;

CONSIDERANDO que o art. 8º, da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP/TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar/fiscalizar o aumento da oferta de vagas em creches públicas no Município de Santa Rita do Tocantins/TO (ou para averiguar se de fato estão supridas todas as demandas por vagas), com vistas a ampliar o atendimento da demanda manifesta e por meio da realização de busca ativa, a fim de garantir o atendimento em creches, de, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos (Meta 1 do PNE).

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts, 27 e 28 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V), que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação de Santa Rita do Tocantins, requisitando as seguintes informações:

1. O Município possui Plano Municipal de Educação? Qual lei municipal o instituiu? Encaminhar lei.

2. O que o Plano Municipal de Educação prevê como meta para educação infantil na faixa etária de 0-3 anos? Há previsão de atendimento de todas as crianças demandantes em creches? Remeter cópia da Lei que instituiu o Plano, indicando dispositivos pertinentes ao assunto.

3. Qual o número de crianças atualmente atendidas pelo Município com vagas em creches públicas ou conveniadas?

4. Existe ato normativo municipal criando mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme dispõem o artigo 5o da Lei 9394/96 (LDBEN) e a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024? Caso positivo, remeter cópia do ato.

5. Caso positivo, o ato normativo contempla diretrizes e os procedimentos para a organização do Cadastro Escolar para a creche da rede municipal de educação e os critérios para distribuição de vagas?

6. Após o cadastramento, houve candidatos remanescentes, não contemplados com vagas? Caso positivo, remeter lista geral de excedentes, inclusive por estabelecimento (este, se houver).

7. Caso não haja chamamento público para cadastramento, existe outra forma de identificação ou registro de demanda por vagas em creche no município? Como é realizada?

8. Qual o número de alunos que manifestaram interesse, mas não foram atendidos com vagas em creches ofertadas pelo Município? Remeter a lista com os nomes.

9. Caso haja excedentes, quais os critérios para estabelecimento de ordem de prioridade para o atendimento?

10. Há previsão de data ou cronograma para atendimento da demanda dos excedentes? Caso positivo, apresentar cronograma e forma como será atendido.

11. Há planejamento orçamentário e previsão de ampliação da rede de creches nos próximos anos?

12. O Município participa ou solicitou participação em algum programa ou ação do Governo Federal para financiamento da educação infantil, especialmente para construção de escola da educação infantil (Novo PAC, ProInfância etc)? Caso negativo, informar o motivo. Caso positivo, esclarecer qual(is) ação(ões), valor recebido e forma de emprego.

13. Há obras de escolas de educação infantil financiadas com recursos federais paralisadas ou inacabadas?

14. Houve a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, especificamente da educação infantil?

15. Há escolas de educação infantil sendo ampliadas ou construídas com recursos próprios municipais? Quando serão finalizadas e quantas novas vagas para a creche serão disponibilizadas quando concluídas?

16. No último ano, o município recebeu recursos do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso) para a manutenção de novas turmas de educação infantil? Em caso positivo, para quantas matrículas?

17. O Município aplica o percentual mínimo de 15% dos recursos de complementação (VAAT) em despesas de capital, ou seja, com gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público (art. 27 da Lei 14.113/20)? Esclarecer.;

18. O Município cumpre o art. 212 da Constituição da República (aplicação mínima de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino)?

19. O Município oferta etapa da educação básica que não está na sua área de competência (ensino



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

médio, educação profissional e EJA ensino médio)?

5. Oficie-se ao ao Conselho Tutelar do Município requisitando seja informado, no prazo de vinte dias, se há denúncias registradas sobre ausência de atendimento de crianças em creches.

6. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do relatório técnico de análise de contas – em especial, capítulo referente à educação - do exercício mais recente disponível.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2341/2025

Procedimento: 2025.0007622

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO o disposto no art; 205 da Constituição Federal que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental, especialmente para as crianças e adolescentes (arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90) e para as pessoas com deficiência (art. 208, inciso III, da Constituição Federal e Decreto Legislativo n. 186/2008);

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, segundo o qual o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) consistente em universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade da pré-escola ocorreu a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 208 da CF e impôs ao poder público a sua universalização até 2016, cuja responsabilidade é prioritariamente dos municípios, na forma do art. 211 da CF, com apoio técnico e financeiro da União (cf. art. 6º da EC 59);

CONSIDERANDO as estatísticas e análises do Anuário Brasileiro da Educação Básica, que contribuem para monitorar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO a Ação Estratégica Nacional pela Educação Infantil, lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2 de setembro de 2014, que busca unidade e integração no âmbito do Ministério Público brasileiro na luta pela ampliação da oferta de vagas em creches, universalização da pré-escola, educação inclusiva e de qualidade para todos;

CONSIDERANDO que o art. 8º, da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP/TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar/fiscalizar o aumento da oferta de vagas em creches públicas no Município de Silvanópolis/TO (ou para averiguar se de fato estão supridas todas as demandas por vagas), com vistas a ampliar o atendimento da demanda manifesta e por meio da realização de busca ativa, a fim de garantir o atendimento em creches, de, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos (Meta 1 do PNE).

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts, 27 e 28 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V), que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação de Silvanópolis, requisitando as seguintes informações:

1. O Município possui Plano Municipal de Educação? Qual lei municipal o instituiu? Encaminhar lei.

2. O que o Plano Municipal de Educação prevê como meta para educação infantil na faixa etária de 0-3 anos? Há previsão de atendimento de todas as crianças demandantes em creches? Remeter cópia da Lei que instituiu o Plano, indicando dispositivos pertinentes ao assunto.

3. Qual o número de crianças atualmente atendidas pelo Município com vagas em creches públicas ou conveniadas?

4. Existe ato normativo municipal criando mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

dispõem o artigo 5o da Lei 9394/96 (LDBEN) e a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024? Caso positivo, remeter cópia do ato.

5. Caso positivo, o ato normativo contempla diretrizes e os procedimentos para a organização do Cadastro Escolar para a creche da rede municipal de educação e os critérios para distribuição de vagas?

6. Após o cadastramento, houve candidatos remanescentes, não contemplados com vagas? Caso positivo, remeter lista geral de excedentes, inclusive por estabelecimento (este, se houver).

7. Caso não haja chamamento público para cadastramento, existe outra forma de identificação ou registro de demanda por vagas em creche no município? Como é realizada?

8. Qual o número de alunos que manifestaram interesse, mas não foram atendidos com vagas em creches ofertadas pelo Município? Remeter a lista com os nomes.

9. Caso haja excedentes, quais os critérios para estabelecimento de ordem de prioridade para o atendimento?

10. Há previsão de data ou cronograma para atendimento da demanda dos excedentes? Caso positivo, apresentar cronograma e forma como será atendido.

11. Há planejamento orçamentário e previsão de ampliação da rede de creches nos próximos anos?

12. O Município participa ou solicitou participação em algum programa ou ação do Governo Federal para financiamento da educação infantil, especialmente para construção de escola da educação infantil (Novo PAC, ProInfância etc)? Caso negativo, informar o motivo. Caso positivo, esclarecer qual(is) ação(ões), valor recebido e forma de emprego.

13. Há obras de escolas de educação infantil financiadas com recursos federais paralisadas ou inacabadas?

14. Houve a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, especificamente da educação infantil?

15. Há escolas de educação infantil sendo ampliadas ou construídas com recursos próprios municipais? Quando serão finalizadas e quantas novas vagas para a creche serão disponibilizadas quando concluídas?

16. No último ano, o município recebeu recursos do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso) para a manutenção de novas turmas de educação infantil? Em caso positivo, para quantas matrículas?

17. O Município aplica o percentual mínimo de 15% dos recursos de complementação (VAAT) em despesas de capital, ou seja, com gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público (art. 27 da Lei 14.113/20)? Esclarecer.;

18. O Município cumpre o art. 212 da Constituição da República (aplicação mínima de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino)?

19. O Município oferta etapa da educação básica que não está na sua área de competência (ensino médio, educação profissional e EJA ensino médio)?



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

5. Oficie-se ao ao Conselho Tutelar do Município requisitando seja informado, no prazo de vinte dias, se há denúncias registradas sobre ausência de atendimento de crianças em creches.

6. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do relatório técnico de análise de contas – em especial, capítulo referente à educação - do exercício mais recente disponível.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2340/2025

Procedimento: 2025.0007621

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO o disposto no art; 205 da Constituição Federal que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental, especialmente para as crianças e adolescentes (arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90) e para as pessoas com deficiência (art. 208, inciso III, da Constituição Federal e Decreto Legislativo n. 186/2008);

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, segundo o qual o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) consistente em universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade da pré-escola ocorreu a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 208 da CF e impôs ao poder público a sua universalização até 2016, cuja responsabilidade é prioritariamente dos municípios, na forma do art. 211 da CF, com apoio técnico e financeiro da União (cf. art. 6º da EC 59);

CONSIDERANDO as estatísticas e análises do Anuário Brasileiro da Educação Básica, que contribuem para monitorar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO a Ação Estratégica Nacional pela Educação Infantil, lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2 de setembro de 2014, que busca unidade e integração no âmbito do Ministério Público brasileiro na luta pela ampliação da oferta de vagas em creches, universalização da pré-escola, educação inclusiva e de qualidade para todos;

CONSIDERANDO que o art. 8º, da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP/TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar/fiscalizar o aumento da oferta de vagas em creches públicas no Município de Ipueiras/TO (ou para averiguar se de fato estão supridas todas as demandas por vagas), com vistas a ampliar o atendimento da demanda manifesta e por meio da realização de busca ativa, a fim de garantir o atendimento em creches, de, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos (Meta 1 do PNE).

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts, 27 e 28 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V), que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação de Ipueiras, requisitando as seguintes informações:

1. O Município possui Plano Municipal de Educação? Qual lei municipal o instituiu? Encaminhar lei.

2. O que o Plano Municipal de Educação prevê como meta para educação infantil na faixa etária de 0-3 anos? Há previsão de atendimento de todas as crianças demandantes em creches? Remeter cópia da Lei que instituiu o Plano, indicando dispositivos pertinentes ao assunto.

3. Qual o número de crianças atualmente atendidas pelo Município com vagas em creches públicas ou conveniadas?

4. Existe ato normativo municipal criando mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme dispõem o artigo 5o da Lei 9394/96 (LDBEN) e a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024? Caso



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

positivo, remeter cópia do ato.

5. Caso positivo, o ato normativo contempla diretrizes e os procedimentos para a organização do Cadastro Escolar para a creche da rede municipal de educação e os critérios para distribuição de vagas?

6. Após o cadastramento, houve candidatos remanescentes, não contemplados com vagas? Caso positivo, remeter lista geral de excedentes, inclusive por estabelecimento (este, se houver).

7. Caso não haja chamamento público para cadastramento, existe outra forma de identificação ou registro de demanda por vagas em creche no município? Como é realizada?

8. Qual o número de alunos que manifestaram interesse, mas não foram atendidos com vagas em creches ofertadas pelo Município? Remeter a lista com os nomes.

9. Caso haja excedentes, quais os critérios para estabelecimento de ordem de prioridade para o atendimento?

10. Há previsão de data ou cronograma para atendimento da demanda dos excedentes? Caso positivo, apresentar cronograma e forma como será atendido.

11. Há planejamento orçamentário e previsão de ampliação da rede de creches nos próximos anos?

12. O Município participa ou solicitou participação em algum programa ou ação do Governo Federal para financiamento da educação infantil, especialmente para construção de escola da educação infantil (Novo PAC, ProInfância etc)? Caso negativo, informar o motivo. Caso positivo, esclarecer qual(is) ação(ões), valor recebido e forma de emprego.

13. Há obras de escolas de educação infantil financiadas com recursos federais paralisadas ou inacabadas?

14. Houve a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, especificamente da educação infantil?

15. Há escolas de educação infantil sendo ampliadas ou construídas com recursos próprios municipais? Quando serão finalizadas e quantas novas vagas para a creche serão disponibilizadas quando concluídas?

16. No último ano, o município recebeu recursos do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso) para a manutenção de novas turmas de educação infantil? Em caso positivo, para quantas matrículas?

17. O Município aplica o percentual mínimo de 15% dos recursos de complementação (VAAT) em despesas de capital, ou seja, com gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público (art. 27 da Lei 14.113/20)? Esclarecer.;

18. O Município cumpre o art. 212 da Constituição da República (aplicação mínima de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino)?

19. O Município oferta etapa da educação básica que não está na sua área de competência (ensino médio, educação profissional e EJA ensino médio)?

5. Oficie-se ao ao Conselho Tutelar do Município requisitando seja informado, no prazo de vinte dias, se há



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

denúncias registradas sobre ausência de atendimento de crianças em creches.

6. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do relatório técnico de análise de contas – em especial, capítulo referente à educação - do exercício mais recente disponível.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2339/2025

Procedimento: 2025.0007620

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO o disposto no art; 205 da Constituição Federal que dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental, especialmente para as crianças e adolescentes (arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90) e para as pessoas com deficiência (art. 208, inciso III, da Constituição Federal e Decreto Legislativo n. 186/2008);

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, segundo o qual o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) consistente em universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade da pré-escola ocorreu a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 208 da CF e impôs ao poder público a sua universalização até 2016, cuja responsabilidade é prioritariamente dos municípios, na forma do art. 211 da CF, com apoio técnico e financeiro da União (cf. art. 6º da EC 59);

CONSIDERANDO as estatísticas e análises do Anuário Brasileiro da Educação Básica, que contribuem para monitorar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO a Ação Estratégica Nacional pela Educação Infantil, lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2 de setembro de 2014, que busca unidade e integração no âmbito do Ministério Público brasileiro na luta pela ampliação da oferta de vagas em creches, universalização da pré-escola, educação inclusiva e de qualidade para todos;

CONSIDERANDO que o art. 8º, da Resolução n. 174/2017 do CNMP e art. 23 da Resolução n. 5/2018 do CSMP/TO asseveram que o Procedimento Administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis,

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhar/fiscalizar o aumento da oferta de vagas em creches públicas no Município de Brejinho de Nazaré/TO (ou para averiguar se de fato estão supridas todas as demandas por vagas), com vistas a ampliar o atendimento da demanda manifesta e por meio da realização de busca ativa, a fim de garantir o atendimento em creches, de, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos (Meta 1 do PNE).

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de um ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos (art. 11 da Resolução 174/2017 do CNMP e art. 26 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação de arquivamento, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, destacando-se que a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (arts. 12 e 13 da Resolução 174/2017 do CNMP e arts, 27 e 28 da Resolução 5/2018/CSMP/TO).

Determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e ao CAOPIJE e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. O presente procedimento deve ser secretariado por servidor do Ministério Público lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V), que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação de Brejinho de Nazaré, requisitando as seguintes informações:

1. O Município possui Plano Municipal de Educação? Qual lei municipal o instituiu? Encaminhar lei.

2. O que o Plano Municipal de Educação prevê como meta para educação infantil na faixa etária de 0-3 anos? Há previsão de atendimento de todas as crianças demandantes em creches? Remeter cópia da Lei que instituiu o Plano, indicando dispositivos pertinentes ao assunto.

3. Qual o número de crianças atualmente atendidas pelo Município com vagas em creches públicas ou conveniadas?

4. Existe ato normativo municipal criando mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme dispõem o artigo 5o da Lei 9394/96 (LDBEN) e a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024? Caso positivo, remeter cópia do ato.

5. Caso positivo, o ato normativo contempla diretrizes e os procedimentos para a organização do Cadastro Escolar para a creche da rede municipal de educação e os critérios para distribuição de vagas?

6. Após o cadastramento, houve candidatos remanescentes, não contemplados com vagas? Caso positivo, remeter lista geral de excedentes, inclusive por estabelecimento (este, se houver).

7. Caso não haja chamamento público para cadastramento, existe outra forma de identificação ou registro de demanda por vagas em creche no município? Como é realizada?

8. Qual o número de alunos que manifestaram interesse, mas não foram atendidos com vagas em creches ofertadas pelo Município? Remeter a lista com os nomes.

9. Caso haja excedentes, quais os critérios para estabelecimento de ordem de prioridade para o atendimento?

10. Há previsão de data ou cronograma para atendimento da demanda dos excedentes? Caso positivo, apresentar cronograma e forma como será atendido.

11. Há planejamento orçamentário e previsão de ampliação da rede de creches nos próximos anos?

12. O Município participa ou solicitou participação em algum programa ou ação do Governo Federal para financiamento da educação infantil, especialmente para construção de escola da educação infantil (Novo PAC, ProInfância etc)? Caso negativo, informar o motivo. Caso positivo, esclarecer qual(is) ação(ões), valor recebido e forma de emprego.

13. Há obras de escolas de educação infantil financiadas com recursos federais paralisadas ou inacabadas?

14. Houve a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, especificamente da educação infantil?

15. Há escolas de educação infantil sendo ampliadas ou construídas com recursos próprios municipais? Quando serão finalizadas e quantas novas vagas para a creche serão disponibilizadas quando concluídas?

16. No último ano, o município recebeu recursos do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso) para a manutenção de novas turmas de educação infantil? Em caso positivo, para quantas matrículas?

17. O Município aplica o percentual mínimo de 15% dos recursos de complementação (VAAT) em despesas de capital, ou seja, com gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público (art. 27 da Lei 14.113/20)? Esclarecer.;

18. O Município cumpre o art. 212 da Constituição da República (aplicação mínima de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino)?

19. O Município oferta etapa da educação básica que não está na sua área de competência (ensino



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

médio, educação profissional e EJA ensino médio)?

5. Oficie-se ao ao Conselho Tutelar do Município requisitando seja informado, no prazo de vinte dias, se há denúncias registradas sobre ausência de atendimento de crianças em creches.

6. Oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado solicitando cópia do relatório técnico de análise de contas – em especial, capítulo referente à educação - do exercício mais recente disponível.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2334/2025**

Procedimento: 2025.0007608

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de zelar pela prestação dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, inciso I, da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, subscrita pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 09 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou aos membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que “V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a “precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública”, a “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas” e a “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente” (art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como principal incumbência institucional, a deliberação e controle de todas as ações relativas à concretização dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere às políticas públicas, tendo suas decisões caráter vinculativo;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu art. 31, que estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação do atendimento;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas Finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com objetivo de acompanhar a elaboração do Plano Quadrienal de Ação pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ipueiras/TO e a elaboração do respectivo projeto de Plano Plurianual (PPA 2026-2029) no que se refere às políticas públicas destinadas a Crianças e Adolescentes.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

Determina-se a realização das seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se o(a) assessor(a) ministerial lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional como secretária deste feito;

4. Para a instrução do procedimento determinam-se, desde já, as seguintes diligências:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento a fim de que remetam ao Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias ou assim que concluída sua elaboração, o anexo do Orçamento Criança e Adolescente do Município de Ipueiras/TO que constará do Plano Plurianual 2026-2029, a fim de que se possa analisar quais as previsões para atendimento das políticas públicas que buscam garantir direitos a crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo, a remessa ao Ministério Público das seguintes informações e documentos:

a.1) Quadro demonstrativo da receita estimada e arrecadada pelo FIA nos quatro últimos exercícios (incluindo 2024);

a.2) cronograma do planejamento do PPA 2026-2029; caso não exista, informe a data limite para o envio do planejamento setorial pelo CMDCA;

a.3) data prevista para informar ao CMDCA a previsão de receita para o FIA no exercício seguinte;

a.4) Quadro Demonstrativo Despesas (QDD) do FIA dos últimos quatro exercícios;

a.5) orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi efetivamente executado, apontando seu percentual por política pública.

b) Oficie-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ipueiras/TO solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual do Município de Ipueiras/TO no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

b.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

b.1.1) remeta extrato da(s) contas bancárias do FIA da competência de dezembro/2024;

b.1.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

b.1.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

b.1.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

b.1.5) informe os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas no ECA (art. 260, § 2º);

b.1.6) informe quais os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas na Lei do SINASE que integrarão o Plano de Ação (Lei nº 12.594/12, art. 31);

b.1.7) informe se haverá ações discricionárias, indicando os respectivos atributos;

b.2) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FIA, que servirá como anexo da LOA 2025;

b.3) apresente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da unidade orçamentária FIA para o exercício de 2025, confirmando o produto (bem ou serviço) que será gerado por cada ação.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

c) Oficie-se ao Conselho Municipal de Assistência Social de Ipueiras/TO informando acerca da instauração do presente PA e solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual de Curitiba no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

c.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

c.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

c.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

c.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

c.5) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FEAS que servirá como anexo da LOA 2025 no que se refere Às políticas da infância juventude;

c.6) relatório detalhado da execução orçamentária na área da infância e juventude dos últimos 04 anos.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2333/2025**

Procedimento: 2025.0007607

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de zelar pela prestação dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, inciso I, da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, subscrita pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 09 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou aos membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que “V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a “precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública”, a “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas” e a “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente” (art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como principal incumbência institucional, a deliberação e controle de todas as ações relativas à concretização dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere às políticas públicas, tendo suas decisões caráter vinculativo;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu art. 31, que estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação do atendimento;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas Finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com objetivo de acompanhar a elaboração do Plano Quadrienal de Ação pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Silvanópolis/TO e a elaboração do respectivo projeto de Plano Plurianual (PPA 2026-2029) no que se refere às políticas públicas destinadas a Crianças e Adolescentes.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

Determina-se a realização das seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se o(a) assessor(a) ministerial lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional como secretária deste feito;

4. Para a instrução do procedimento determinam-se, desde já, as seguintes diligências:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento a fim de que remetam ao Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias ou assim que concluída sua elaboração, o anexo do Orçamento Criança e Adolescente do Município de Silvanópolis/TO que constará do Plano Plurianual 2026-2029, a fim de que se possa analisar quais as previsões para atendimento das políticas públicas que buscam garantir direitos a crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo, a remessa ao Ministério Público das seguintes informações e documentos:

a.1) Quadro demonstrativo da receita estimada e arrecadada pelo FIA nos quatro últimos exercícios (incluindo 2024);

a.2) cronograma do planejamento do PPA 2026-2029; caso não exista, informe a data limite para o envio do planejamento setorial pelo CMDCA;

a.3) data prevista para informar ao CMDCA a previsão de receita para o FIA no exercício seguinte;

a.4) Quadro Demonstrativo Despesas (QDD) do FIA dos últimos quatro exercícios;

a.5) orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi efetivamente executado, apontando seu percentual por política pública.

b) Oficie-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Silvanópolis/TO solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual do Município de Silvanópolis/TO no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

b.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

b.1.1) remeta extrato da(s) contas bancárias do FIA da competência de dezembro/2024;

b.1.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

b.1.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

b.1.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

b.1.5) informe os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas no ECA (art. 260, § 2º);

b.1.6) informe quais os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas na Lei do SINASE que integrarão o Plano de Ação (Lei nº 12.594/12, art. 31);

b.1.7) informe se haverá ações discricionárias, indicando os respectivos atributos;

b.2) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FIA, que servirá como anexo da LOA 2025;

b.3) apresente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da unidade orçamentária FIA para o exercício de 2025, confirmando o produto (bem ou serviço) que será gerado por cada ação.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

c) Oficie-se ao Conselho Municipal de Assistência Social de Silvanópolis/TO informando acerca da instauração do presente PA e solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual de Curitiba no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

c.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

c.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

c.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

c.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

c.5) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FEAS que servirá como anexo da LOA 2025 no que se refere Às políticas da infância juventude;

c.6) relatório detalhado da execução orçamentária na área da infância e juventude dos últimos 04 anos.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2332/2025**

Procedimento: 2025.0007606

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de zelar pela prestação dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, inciso I, da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, subscrita pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 09 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou aos membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que “V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a “precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública”, a “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas” e a “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente” (art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como principal incumbência institucional, a deliberação e controle de todas as ações relativas à concretização dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere às políticas públicas, tendo suas decisões caráter vinculativo;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu art. 31, que estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação do atendimento;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas Finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com objetivo de acompanhar a elaboração do Plano Quadrienal de Ação pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Brejinho de Nazaré/TO e a elaboração do respectivo projeto de Plano Plurianual (PPA 2026-2029) no que se refere às políticas públicas destinadas a Crianças e Adolescentes.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

Determina-se a realização das seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se o(a) assessor(a) ministerial lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional como secretária deste feito;

4. Para a instrução do procedimento determinam-se, desde já, as seguintes diligências:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento a fim de que remetam ao Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias ou assim que concluída sua elaboração, o anexo do Orçamento Criança e Adolescente do Município de Brejinho de Nazaré/TO que constará do Plano Plurianual 2026-2029, a fim de que se possa analisar quais as previsões para atendimento das políticas públicas que buscam garantir direitos a crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo, a remessa ao Ministério Público das seguintes informações e documentos:

a.1) Quadro demonstrativo da receita estimada e arrecadada pelo FIA nos quatro últimos exercícios (incluindo 2024);

a.2) cronograma do planejamento do PPA 2026-2029; caso não exista, informe a data limite para o envio do planejamento setorial pelo CMDCA;

a.3) data prevista para informar ao CMDCA a previsão de receita para o FIA no exercício seguinte;

a.4) Quadro Demonstrativo Despesas (QDD) do FIA dos últimos quatro exercícios;

a.5) orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi efetivamente executado, apontando seu percentual por política pública.

b) Oficie-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Brejinho de Nazaré/TO solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual do Município de Brejinho de Nazaré/TO no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

b.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

b.1.1) remeta extrato da(s) contas bancárias do FIA da competência de dezembro/2024;

b.1.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

b.1.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

b.1.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

b.1.5) informe os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas no ECA (art. 260, § 2º);

b.1.6) informe quais os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas na Lei do SINASE que integrarão o Plano de Ação (Lei nº 12.594/12, art. 31);

b.1.7) informe se haverá ações discricionárias, indicando os respectivos atributos;

b.2) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FIA, que servirá como anexo da LOA 2025;

b.3) apresente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da unidade orçamentária FIA para o exercício de 2025, confirmando o produto (bem ou serviço) que será gerado por cada ação.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

c) Oficie-se ao Conselho Municipal de Assistência Social de Brejinho de Nazaré/TO informando acerca da instauração do presente PA e solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual de Curitiba no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

c.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

c.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

c.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

c.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

c.5) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FEAS que servirá como anexo da LOA 2025 no que se refere Às políticas da infância juventude;

c.6) relatório detalhado da execução orçamentária na área da infância e juventude dos últimos 04 anos.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2331/2025**

Procedimento: 2025.0007605

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão";

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de zelar pela prestação dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, inciso I, da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, subscrita pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 09 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou aos membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que "V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a "precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública", a "preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas" e a "destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente" (art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como principal incumbência institucional, a deliberação e controle de todas as ações relativas à concretização dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere às políticas públicas, tendo suas decisões caráter vinculativo;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu art. 31, que estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação do atendimento;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas Finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com objetivo de acompanhar a elaboração do Plano Quadrienal de Ação pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Monte do Carmo/TO e a elaboração do respectivo projeto de Plano Plurianual (PPA 2026-2029) no que se refere às políticas públicas destinadas a Crianças e Adolescentes.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

Determina-se a realização das seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se o(a) assessor(a) ministerial lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional como secretária deste feito;

4. Para a instrução do procedimento determinam-se, desde já, as seguintes diligências:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento a fim de que remetam ao Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias ou assim que concluída sua elaboração, o anexo do Orçamento Criança e Adolescente do Município de Monte do Carmo/TO que constará do Plano Plurianual 2026-2029, a fim de que se possa analisar quais as previsões para atendimento das políticas públicas que buscam garantir direitos a crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo, a remessa ao Ministério Público das seguintes informações e documentos:

a.1) Quadro demonstrativo da receita estimada e arrecadada pelo FIA nos quatro últimos exercícios (incluindo 2024);

a.2) cronograma do planejamento do PPA 2026-2029; caso não exista, informe a data limite para o envio do planejamento setorial pelo CMDCA;

a.3) data prevista para informar ao CMDCA a previsão de receita para o FIA no exercício seguinte;

a.4) Quadro Demonstrativo Despesas (QDD) do FIA dos últimos quatro exercícios;

a.5) orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi efetivamente executado, apontando seu percentual por política pública.

b) Oficie-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Monte do Carmo/TO solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual do Município de Monte do Carmo/TO no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

b.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

b.1.1) remeta extrato da(s) contas bancárias do FIA da competência de dezembro/2024;

b.1.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

b.1.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

b.1.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

b.1.5) informe os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas no ECA (art. 260, § 2º);

b.1.6) informe quais os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas na Lei do SINASE que integrarão o Plano de Ação (Lei nº 12.594/12, art. 31);

b.1.7) informe se haverá ações discricionárias, indicando os respectivos atributos;

b.2) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FIA, que servirá como anexo da LOA 2025;

b.3) apresente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da unidade orçamentária FIA para o exercício de 2025, confirmando o produto (bem ou serviço) que será gerado por cada ação.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

c) Oficie-se ao Conselho Municipal de Assistência Social de Monte do Carmo/TO informando acerca da instauração do presente PA e solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual de Curitiba no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

c.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

c.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

c.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

c.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

c.5) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FEAS que servirá como anexo da LOA 2025 no que se refere Às políticas da infância juventude;

c.6) relatório detalhado da execução orçamentária na área da infância e juventude dos últimos 04 anos.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2330/2025**

Procedimento: 2025.0007604

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de zelar pela prestação dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, inciso I, da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, subscrita pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 09 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou aos membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que “V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a “precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública”, a “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas” e a “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente” (art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como principal incumbência institucional, a deliberação e controle de todas as ações relativas à concretização dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere às políticas públicas, tendo suas decisões caráter vinculativo;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu art. 31, que estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação do atendimento;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas Finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com objetivo de acompanhar a elaboração do Plano Quadrienal de Ação pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Porto Nacional/TO e a elaboração do respectivo projeto de Plano Plurianual (PPA 2026-2029) no que se refere às políticas públicas destinadas a Crianças e Adolescentes.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

Determina-se a realização das seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se o(a) assessor(a) ministerial lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional como secretária deste feito;

4. Para a instrução do procedimento determinam-se, desde já, as seguintes diligências:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento a fim de que remetam ao Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias ou assim que concluída sua elaboração, o anexo do Orçamento Criança e Adolescente do Município de Porto Nacional/TO que constará do Plano Plurianual 2026-2029, a fim de que se possa analisar quais as previsões para atendimento das políticas públicas que buscam garantir direitos a crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo, a remessa ao Ministério Público das seguintes informações e documentos:

a.1) Quadro demonstrativo da receita estimada e arrecadada pelo FIA nos quatro últimos exercícios (incluindo 2024);

a.2) cronograma do planejamento do PPA 2026-2029; caso não exista, informe a data limite para o envio do planejamento setorial pelo CMDCA;

a.3) data prevista para informar ao CMDCA a previsão de receita para o FIA no exercício seguinte;

a.4) Quadro Demonstrativo Despesas (QDD) do FIA dos últimos quatro exercícios;

a.5) orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi efetivamente executado, apontando seu percentual por política pública.

b) Oficie-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Porto nacional/TO solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual do Município de Porto Nacional/TO no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

b.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

b.1.1) remeta extrato da(s) contas bancárias do FIA da competência de dezembro/2024;

b.1.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

b.1.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

b.1.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

b.1.5) informe os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas no ECA (art. 260, § 2º);

b.1.6) informe quais os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas na Lei do SINASE que integrarão o Plano de Ação (Lei nº 12.594/12, art. 31);

b.1.7) informe se haverá ações discricionárias, indicando os respectivos atributos;

b.2) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FIA, que servirá como anexo da LOA 2025;

b.3) apresente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da unidade orçamentária FIA para o exercício de 2025, confirmando o produto (bem ou serviço) que será gerado por cada ação.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

c) Oficie-se ao Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Nacional/TO informando acerca da instauração do presente PA e solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual de Curitiba no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

c.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

c.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

c.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

c.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

c.5) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FEAS que servirá como anexo da LOA 2025 no que se refere Às políticas da infância juventude;

c.6) relatório detalhado da execução orçamentária na área da infância e juventude dos últimos 04 anos.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2329/2025**

Procedimento: 2025.0007603

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de zelar pela prestação dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, inciso I, da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, subscrita pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 09 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou aos membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que “V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a “precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública”, a “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas” e a “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente” (art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como principal incumbência institucional, a deliberação e controle de todas as ações relativas à concretização dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere às políticas públicas, tendo suas decisões caráter vinculativo;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu art. 31, que estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação do atendimento;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas Finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com objetivo de acompanhar a elaboração do Plano Quadrienal de Ação pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Rita do Tocantins/TO e a elaboração do respectivo projeto de Plano Plurianual (PPA 2026-2029) no que se refere às políticas públicas destinadas a Crianças e Adolescentes.

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

Determina-se a realização das seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se o(a) assessor(a) ministerial lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional como secretária deste feito;

4. Para a instrução do procedimento determinam-se, desde já, as seguintes diligências:



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento a fim de que remetam ao Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias ou assim que concluída sua elaboração, o anexo do Orçamento Criança e Adolescente do Município de Santa Rita do Tocantins/TO que constará do Plano Plurianual 2026-2029, a fim de que se possa analisar quais as previsões para atendimento das políticas públicas que buscam garantir direitos a crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo, a remessa ao Ministério Público das seguintes informações e documentos:

a.1) Quadro demonstrativo da receita estimada e arrecadada pelo FIA nos quatro últimos exercícios (incluindo 2024);

a.2) cronograma do planejamento do PPA 2026-2029; caso não exista, informe a data limite para o envio do planejamento setorial pelo CMDCA;

a.3) data prevista para informar ao CMDCA a previsão de receita para o FIA no exercício seguinte;

a.4) Quadro Demonstrativo Despesas (QDD) do FIA dos últimos quatro exercícios;

a.5) orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi efetivamente executado, apontando seu percentual por política pública.

b) Oficie-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Rita do Tocantins/TO solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual do Município de Santa Rita do Tocantins/TO no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

b.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

b.1.1) remeta extrato da(s) contas bancárias do FIA da competência de dezembro/2024;

b.1.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

b.1.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

b.1.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

b.1.5) informe os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas no ECA (art. 260, § 2º);

b.1.6) informe quais os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas na Lei do SINASE que integrarão o Plano de Ação (Lei nº 12.594/12, art. 31);

b.1.7) informe se haverá ações discricionárias, indicando os respectivos atributos;

b.2) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FIA, que servirá como anexo da LOA 2025;

b.3) apresente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da unidade orçamentária FIA para o exercício de 2025, confirmando o produto (bem ou serviço) que será gerado por cada ação.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

c) Oficie-se ao Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Tocantins/TO informando acerca da instauração do presente PA e solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual de Curitiba no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

c.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

c.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

c.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

c.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

c.5) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FEAS que servirá como anexo da LOA 2025 no que se refere Às políticas da infância juventude;

c.6) relatório detalhado da execução orçamentária na área da infância e juventude dos últimos 04 anos.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2358/2025**

Procedimento: 2025.0007670

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça ao final assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 127, *caput*, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, da Lei nº 8.625/93 e art. 201 do ECA, com base nos fundamentos jurídicos a seguir delineados e;

CONSIDERANDO as atribuições da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude definidas nos arts. 201, incisos VI e VIII, e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que, em dezembro de 2010, o Plano Nacional pela Primeira Infância, resultado do trabalho coletivo das organizações integrantes da Rede Nacional Primeira Infância, foi aprovado pelo CONANDA, assumindo a condição de diretriz para uma política pública para a primeira infância, a ser incorporada pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, bem como pelos planos setoriais no que tange à Primeira Infância;

CONSIDERANDO que as ações no âmbito do governo federal são fundamentais, todavia, precisam de correspondência nos planos estadual e municipal;

CONSIDERANDO que aos gestores municipais cabe, além de outras atribuições, a administração da saúde, da educação e assistência social, enfim, a execução das políticas públicas sociais de um município;

CONSIDERANDO que a responsabilidade pelo cuidado das crianças é compartilhada também pela família e sociedade, exigindo-se assim uma mobilização pela primeira infância coletiva – envolvendo todas as instâncias de governo e todos os setores e segmentos de um município;

CONSIDERANDO que a criança de zero a seis anos precisa ser vista e ouvida, além de receber a atenção e o cuidado necessários ao seu desenvolvimento pleno, sendo que, para que isso aconteça, é fundamental que o poder local, a sociedade civil organizada, os empresários, as famílias e os representantes das comunidades se organizem, trabalhem juntos e elaborem o Plano pela Primeira Infância de seu município;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) propõe uma política de promoção e defesa dos direitos fundamentais da criança do zero até os seis anos de idade por meio de ações articuladas;

CONSIDERANDO que o PNPI, noutra perspectiva, é a expressão da vontade nacional de cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo país, ao se tornar signatário da Convenção dos Direitos da Criança, do Plano de Educação de Dacar 2000/2015, dos Objetivos do Milênio, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, entre outros importantes acordos;

CONSIDERANDO que as metas são propostas para serem atingidas até 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil, em cuja celebração também se espera, assim, comemorar a qualidade de vida e oportunidade de pleno desenvolvimento para todas as nossas crianças;

CONSIDERANDO que para que as metas de fato se tornem possíveis é necessário, contudo, que os Planos Municipais – dentro do processo de descentralização política que se concretiza na municipalização das funções de governo ligadas ao atendimento – se alinhem em torno destes mesmos objetivos;

CONSIDERANDO que a criação e a manutenção de tais programas é parte intrínseca da política de atendimento dos direitos de adolescentes, destinada a proporcionar-lhes a devida proteção integral, na forma



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

do disposto no artigo 1º da Lei n° 8.069/90;

CONSIDERANDO a necessidade do Município de Ipueiras/TO adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições das Leis Federais acima citadas, em especial ao Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO, finalmente, que é função do Ministério Público promover o Procedimento Administrativo, para acompanhamento e fiscalização de políticas públicas ou instituições, conforme art. 23, inciso II, da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a elaboração e a implantação do Plano Municipal pela Primeira Infância no município de Ipueiras/TO.

Isto posto, determina-se, inicialmente, as seguintes diligências, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias:

1. Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomear servidor(a) lotado(a) na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V), para secretariar a tramitação do procedimento.

4. Comunique-se aos interessados (Prefeito Municipal, Secretários Municipais das áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social, Presidente do Conselho Tutelar e do CMDCA) sobre a instauração deste Procedimento Administrativo.

5. Oficie-se ao Prefeito Municipal de Ipueiras/TO, solicitando as seguintes informações:

5.1. Se há Plano Municipal pela Primeira Infância devidamente elaborada e vigente, com apresentação da documentação pertinente;

5.2. Caso não haja o plano supramencionado, que informe quais as medidas estão sendo adotadas com a finalidade de construí-lo; e

5.3. Quais ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, especialmente entre os 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade, existem, atualmente, no município.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2351/2025**

Procedimento: 2025.0007645

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio da 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou Correição Ordinária temática em direitos fundamentais no Ministério Público do Tocantins, no período de 22 de julho a 1º de agosto de 2024, procedimento autuado no CNMP sob o nº 1.00718/2024-08;

CONSIDERANDO que o relatório final, dentre as proposições e recomendações, determinou à 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional (item VI.1.8.4.9) que, em parceria com a Promotoria de Justiça com atribuição nos crimes contra criança e adolescente, atue para que haja a implementação nos municípios da comarca de Porto Nacional do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência tal qual previsto na Lei n. 13.431/2017, na Lei n. 14.344/2022 (Lei Henry Borel) e no Decreto Federal n. 9.603/2018, empreendendo esforços para exigir do Poder Executivo local a previsão e implementação de uma política pública intersetorial de enfrentamento à violência por meio de normativas municipais, com a criação do comitê de gestão colegiada (Resolução CONANDA n. 235/23), definição de fluxos e protocolos de atendimento, realização da escuta especializada, avaliação de riscos e planejamento intersetorial de aplicação de medidas de proteção, nos termos do artigo 3º da Resolução CNMP n. 287/2024.

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO Nº 002/2022/CGMPTO que dispõe sobre a atuação dos Promotores de Justiça na fiscalização e execução do TERMO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL N. 001/2022, firmado entre Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Ministério Público Estadual, Poder Executivo Estadual, visando sistematizar a forma de ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, delimitando atribuições e responsabilidades aos partícipes do presente acordo.

CONSIDERANDO que através da referida normativa a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins recomendou a todos os membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, com atribuições específicas na matéria em análise, que deem cumprimento às diretrizes estabelecidas no TERMO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL N. 001/2022, acima referido, especialmente para acompanhar, através das Promotorias com atribuição, todos os procedimentos investigatórios envolvendo crianças e adolescentes na condição de vítimas ou testemunhas de violência, a fim de garantir o integral cumprimento das disposições protetivas previstas na Lei 13.431/17, especialmente com o objetivo de evitar a revitimização, adotando as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, no âmbito de suas atribuições;

CONSIDERANDO que a 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO possui atribuição na área da infância e juventude, inclusive, em procedimentos investigatórios (BOCs) e processos de apuração de ato infracional envolvendo crianças e adolescentes na condição de vítimas ou testemunhas de violência, sendo rotina no Órgão de Execução o ajuizamento de ação cautelar de produção antecipada de provas, conforme art. 11 da Lei 13.431/17, com o fito de colher a prova o mais rápido possível e evitar eventual manipulação da memória da vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO a necessidade de propiciar à vítima e testemunha de violência atendimento humanizado, com instalações adequadas e com profissionais capacitados e com perfil para o atendimento, minimizando os danos causados às crianças e aos adolescentes vítimas de violência nas suas múltiplas naturezas, valorizando



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

a sua palavra;

CONSIDERANDO as funções institucionais, previstas no caput do artigo 127 e no inciso III, do artigo 129 da Constituição Federal, bem como a prescrição constante do Mapa Estratégico Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, de eficiência do exercício institucional, por meio da atuação proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, respeitando as competências constitucionais;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (art. 201, VIII, Lei n.º 8069/90);

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal no 8069/90), em seu art. 28, §1º, assegura à criança e ao adolescente o direito de ter a sua opinião devidamente considerada e de ser previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida;

CONSIDERANDO que a Lei 13.431/17 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança vítima ou testemunha de violência, notadamente o artigo 16, que trata sobre o atendimento integral e interinstitucional que devem contar com serviços de delegacias especializadas, serviços de saúde, perícia médico-legal, serviços socioassistenciais, varas especializadas, Ministério Público e Defensoria Pública, entre outros possíveis de integração;

CONSIDERANDO o Decreto 9.603/18 que regulamenta a Lei n 13.431/17 previu, em seu artigo 9º, II, a necessidade de definição do fluxo de atendimento da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, que deverá observar os seguintes requisitos: a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada; b) a superposição de tarefas será evitada; c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada; d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos; e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido;

CONSIDERANDO que o artigo 8º da Lei nº 14.344/22 fixa a possibilidade do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, juntamente com os sistemas de justiça, de saúde, de segurança pública e de assistência social, os Conselhos Tutelares e a comunidade escolar adotarem ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 006/2020/CPJ que “dispõe sobre os conceitos e os elementos do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Tocantins para o período de 2020-2029 e dá outras providências” estabelece que dentre os objetivos estratégicos está, na perspectiva “Atuação Ministerial (Execução), buscar sempre a reparação do dano à vítima e à sociedade e aumentar os índices de efetividade na execução da pena (art. 8º, inciso II, alínea ”a”)”;

CONSIDERANDO que a Resolução sobredita estabelece, ainda, como objetivo estratégico, no âmbito das perspectivas da “Atuação Ministerial (Execução) e “Apoio e gestão (Administração)”, promover a imagem do MPTO, estreitando o relacionamento institucional com os Poderes e o diálogo com a sociedade, mediante atuação e comunicação adequadas (art. 8º, inciso IV, alínea “a”)

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implementação nos municípios da comarca de Porto Nacional do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência tal qual previsto na Lei n. 13.431/2017, na Lei n. 14.344/2022 (Lei Henry



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Borel) e no Decreto Federal n. 9.603/2018.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta "comunicações" disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional ou nos Centros Eletrônicos de Serviços Integrados V (Cesi V) para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Cientifique-se, via sistema e-Doc, a 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Porto Nacional, com atribuição nos crimes contra criança e adolescente, a instauração do presente procedimento e informar a possibilidade de atuação conjunta para cumprimento das determinações do CNMP.

5) Proceda o secretário(a) do procedimento, no prazo de 15 dias, a juntada da RECOMENDAÇÃO Nº 002/2022/CGMPTO, do TERMO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL N. 001/2022 e de eventual fluxo estadual de atenção e atendimento integral a crianças e adolescentes, vítimas e testemunhas de violência.

6) Oficie-se aos municípios da comarca de Porto Nacional, requisitando, no prazo de 15 dias, que informe a existência de política pública intersetorial de enfrentamento à violência por meio de normativas municipais, com a criação do comitê de gestão colegiada (Resolução CONANDA n. 235/23), definição de fluxos e protocolos de atendimento, realização da escuta especializada, avaliação de riscos e planejamento intersetorial de aplicação de medidas de proteção.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 2342/2025**

Procedimento: 2025.0007623

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pela 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional-TO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n. 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n. 51/08;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de zelar pela prestação dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VIII);

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, inciso I, da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, subscrita pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 09 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Recomendação nº 33/2016-CNMP, no art. 4º, recomendou aos membros do Ministério Público com atribuições em matéria de infância e juventude que “V - acompanhem o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias do município/Distrito Federal, assim como a subsequente execução do orçamento público municipal e distrital, zelando para que contemplem os planos de atendimento e de aplicação de recursos deliberados pelo Conselho Municipal/Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente local, observando, em qualquer caso, o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4°, e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei n° 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a garantia da prioridade absoluta compreende a “precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública”, a “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas” e a “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente” (art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, como diretriz basilar da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o ECA estabeleceu os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais da Infância e da Adolescência, vinculando-os aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (cf. art. 88, IV, do ECA);

CONSIDERANDO que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como principal incumbência institucional, a deliberação e controle de todas as ações relativas à concretização dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que se refere às políticas públicas, tendo suas decisões caráter vinculativo;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução CONANDA nº 105/2005, cabe aos referidos Conselhos de Direitos zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, sendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

controladores da política pública da criança e do adolescente – art. 88, inciso II, Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 7º c/c art. 204, inciso II, da Constituição Federal –, devem trabalhar para que o orçamento público priorize esse público-alvo nos mais diversos setores da Administração, contemplando os recursos necessários;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 260, § 2º, estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento de ação de incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, bem como de ação para financiar programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu art. 31, que estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão, anualmente, percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação do atendimento;

CONSIDERANDO que os recursos depositados no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são recursos públicos, estando, portanto, sujeitos às mesmas regras e princípios que norteiam a aplicação dos recursos públicos em geral, em especial no que diz respeito às Leis Federais nº 4.320/64, nº 8.429/92, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que a alocação de recursos públicos se dá por meio das peças orçamentárias – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual –, estruturadas em programas e ações criados a partir de instrumentos de gestão, especialmente o plano de ação e plano de aplicação;

CONSIDERANDO que é no Plano Plurianual que são criados os programas Finalísticos e de apoio à gestão, compostos por ações orçamentárias que precisam ser estruturadas a partir de atributos que permitam seu monitoramento;

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com objetivo de acompanhar a elaboração do Plano Quadrienal de Ação pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Oliveira de Fátima/TO e a elaboração do respectivo projeto de Plano Plurianual (PPA 2026-2029) no que se refere às políticas públicas destinadas a Crianças e Adolescentes. Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição.

Determina-se a realização das seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se o presente procedimento administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação;

3. Nomeia-se o(a) assessor(a) ministerial lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional como secretária deste feito;

4. Para a instrução do procedimento determinam-se, desde já, as seguintes diligências:

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento a fim de que remetam ao Ministério



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Público, no prazo de 30 (trinta) dias ou assim que concluída sua elaboração, o anexo do Orçamento Criança e Adolescente do Município de Oliveira de Fátima/TO que constará do Plano Plurianual 2026-2029, a fim de que se possa analisar quais as previsões para atendimento das políticas públicas que buscam garantir direitos a crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo, a remessa ao Ministério Público das seguintes informações e documentos:

a.1) Quadro demonstrativo da receita estimada e arrecadada pelo FIA nos quatro últimos exercícios (incluindo 2024);

a.2) cronograma do planejamento do PPA 2026-2029; caso não exista, informe a data limite para o envio do planejamento setorial pelo CMDCA;

a.3) data prevista para informar ao CMDCA a previsão de receita para o FIA no exercício seguinte;

a.4) Quadro Demonstrativo Despesas (QDD) do FIA dos últimos quatro exercícios;

a.5) orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi efetivamente executado, apontando seu percentual por política pública.

b) Oficie-se ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Oliveira de Fátima/TO solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual do Município de Oliveira de Fátima/TO no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

b.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

b.1.1) remeta extrato da(s) contas bancárias do FIA da competência de dezembro/2024;

b.1.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

b.1.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

b.1.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

b.1.5) informe os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas no ECA (art. 260, § 2º);

b.1.6) informe quais os atributos e metas das ações governamentais obrigatórias previstas na Lei do SINASE que integrarão o Plano de Ação (Lei nº 12.594/12, art. 31);

b.1.7) informe se haverá ações discricionárias, indicando os respectivos atributos;

b.2) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FIA, que servirá como anexo da LOA 2025;

b.3) apresente o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da unidade orçamentária FIA para o exercício de 2025, confirmando o produto (bem ou serviço) que será gerado por cada ação.

c) Oficie-se ao Conselho Municipal de Assistência Social de Oliveira de Fátima/TO informando acerca da



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

instauração do presente PA e solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as providências já tomadas por aquele Conselho para o acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual 2026-2029, bem como se já foi definido seu Plano Quadrienal de Ações, documento que servirá de base para o Plano Plurianual de Curitiba no que se refere às políticas públicas a atender crianças e adolescentes.

Solicite-se também, no mesmo prazo:

c.1) informe o cronograma para elaboração do planejamento setorial preparatório para o PPA, em especial:

c.2) informe o método como será elaborado o diagnóstico dos direitos da criança e do adolescente e as fontes que serão utilizadas;

c.3) informe o cronograma das reuniões de planejamento setorial;

c.4) informe a data para conclusão do diagnóstico;

c.5) informe o cronograma para elaboração do Plano de Aplicação do FEAS que servirá como anexo da LOA 2025 no que se refere Às políticas da infância juventude;

c.6) relatório detalhado da execução orçamentária na área da infância e juventude dos últimos 04 anos.

Aguarde-se o envio das respostas ou transcurso dos prazos. Em seguida, volvam-se os autos conclusos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2366/2025**

Procedimento: 2025.0007700

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Silvanópolis/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Porto Nacional, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2360/2025**

Procedimento: 2025.0007677

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Porto Nacional/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Porto Nacional, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2362/2025**

Procedimento: 2025.0007686

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Monte do Carmo/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Monte do Carmo, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2367/2025**

Procedimento: 2025.0007701

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Ipueiras/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Ipueiras, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2368/2025**

Procedimento: 2025.0007702

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Brejinho de Nazaré/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Brejinho de Nazaré, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2369/2025**

Procedimento: 2025.0007704

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Fátima/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Fátima, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2371/2025**

Procedimento: 2025.0007706

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Oliveira de Fátima/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Oliveira de Fátima, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS N. 2372/2025**

Procedimento: 2025.0007707

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008 e da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais homogêneos, bem como propor as medidas judiciais destinadas à proteção dos interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos do art. 127, caput, e do art. 3º da Lei nº 7.853/89.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece normas gerais para a promoção da inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO o papel institucional do Ministério Público na promoção dos direitos humanos e na defesa dos interesses indisponíveis, especialmente das pessoas com deficiência, conforme as normas constitucionais e legais vigentes;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem proteção social especial para as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a serviços, programas e benefícios intersetoriais que promovam a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o enfrentamento das barreiras sociais;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é o instrumento essencial para o planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas intersetoriais voltadas a essa população;

CONSIDERANDO que ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Compete, no exercício de sua função institucional consultiva, deliberativa e fiscalizadora das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, apresentou as informações solicitadas por este órgão ministerial;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre o poder público e a sociedade civil, especialmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Políticas Sociais e Igualdade Racial, a para elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na legislação nacional e nas diretrizes de inclusão e acessibilidade;

CONSIDERANDO que para a efetiva implementação do Plano Municipal, deverá ser garantida a articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais órgãos e entidades da sociedade civil, promovendo-se: I – a realização de diagnóstico situacional sobre a realidade das pessoas com deficiência no município; II – a definição de eixos estratégicos de atuação intersetorial; III – o estabelecimento de metas e ações concretas com prazos e responsáveis definidos; IV – a previsão de recursos e orçamento público específico para a execução das ações; e V – a criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano;



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a criação/implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Santa Rita do Tocantins/TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

1) Autue-se e registre-se o presente Procedimento Administrativo no sistema eletrônico Integrar-e, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

2) Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, mediante a utilização da ferramenta “comunicações” disponível no sistema eletrônico extrajudicial e encaminhe-se a portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, para publicação.

3) Nomear servidor(a) lotado(a) na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional para secretariar a tramitação do procedimento.

4) Oficie-se ao Município de Santa Rita do Tocantins, à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para, no prazo de quinze dias, informarem se há Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência devidamente criado e implementado, apresentando a documentação pertinente. Caso ainda não haja plano, requer sejam informadas, no mesmo prazo, as providências adotadas para atendimento desta portaria, inclusive indicando o cronograma de ações e a composição da comissão intersetorial responsável pela elaboração do plano.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO**

06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# 01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920109 - DESPACHO

Procedimento: 2024.0013821

Vistos, etc.

Trata-se de denúncia anônima formalizada via ouvidoria do MP/TO, que relata o seguinte:

" *...O prefeito José Luciano Azevedo Carlos anunciou publicamente que o município está no Mapa do Turismo Brasileiro, na data do aniversário da cidade 14 de novembro de 2024, esta informação está incorreta. É só pesquisar MACRORREGIÃO NORTE, TOCANTINS, PONTE ALTA DO BOM JESUS. Mas uma vez o CONDENADO e RÉU pela Justiça mentiu, a cidade não está no MAPA, prejudicando os empreendedores e os cidadãos, o município deve estar inserido no Mapa, uma ferramenta do Ministério do Turismo que contribui para os empreendedores do Estado obterem recursos para trabalhar, porém ao consultar o município não está no sistema, conforme o anúnciado pelo prefeito, é só consultar no link a seguir, no site do Ministério do Turismo as cidades que integram a Região Turística de Serras Gerais e o município não foi inserido, é só pesquisar no link ://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home …" (sic)*

Após o recebimento da denúncia, foi instaurada NF, os autos remetidos a Promotoria de Justiça de Taguatinga.

Não foi expedido Oficio solicitando informações ao Município.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Da análise dos autos verifica-se que os fatos relatados inicialmente pelo denunciante são abstratos e não se relacionam nenhum fato concreto ou situação específica.

Essa falta de informação inviabiliza qualquer investigação ou tentativa de identificação dos fatos. Por ser registro anônimo não foi expedido ofício solicitando informação ao denunciante.

Dar continuidade ao processamento de uma notícia de fato com estas informações só resultará em desperdício de dinheiro e força de trabalho, tendo em vista que os fatos são muito vagos e inviabilizam qualquer apuração.

Devemos olhar com atenção estas ilações feitas de forma anônima no site do Ministério Público. Qualquer pessoa poderá representar ao Órgão do Ministério Público contra o agente público, desde que cumpra as formalidades elencadas pela lei como garantidoras desse salutar direito.

Atualmente, o Ministério Público segue o que vem estabelecido no § 3º, do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, que autoriza a ação do Ministério Público em casos de manifestação anônima.

Todavia, devemos ter em mente que existe denuncismo anônimo e irresponsável, levado a efeito por fatores que na maioria das vezes não são jurídicos, bem como não correspondem com a realidade dos fatos possuindo, unicamente, caráter político, de inconformismos diversos e infundados.

Portanto, no presente caso, não há razão ou subsídios para dar continuidade ao processamento da presente notícia de fato.



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

Como é cediço, a análise das promoções de arquivamento advém do poder regimental do Conselho Superior conferido pela Lei 7.34785, artigo 9ª, §3°, e, no âmbito deste *parquet*, a matéria restou regulamentada pela Resolução n° 005/2018 CSMP/TO, que dispõe em seu artigo 5º:

*Art. 5º A notícia de fato será arquivada quando:*

*I – o Ministério Público não tiver legitimidade para apreciar o fato narrado;*

*II – o fato narrado não configurar lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público;*

*III – o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado;*

Confere-se que os fatos noticiados foram solucionados não havendo necessidade de outras diligências pelo Ministério Público.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, restando atendidos os requerimentos Ministeriais e insistido necessidade de novas diligências, com fulcro no art. 5º, inciso III da Resolução 005/2018 do CSMP/TO, determino o ARQUIVAMENTO do caso nesta Promotoria de Justiça.

Notifique-se os interessados deste despacho. Com informação da possibilidade de interposição de recurso no prazo de dez dias (art. 5º, §º, da Resolução 005/2018 do CSMP/TO.

Determino ainda, a fixação do presente do quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Taguatinga e a publicação no Diário Oficial do MP/TO.

Caso seja apresentada nova denúncia com fatos concretos determino o desarquivamento da presente.

Cumpra-se.

Taguatinga, 16 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO**

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE WANDERLÂNDIA




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

920263 - EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2025.0005622

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – DENÚNCIA ANÔNIMA

INTERESSADO: ANÔNIMO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício de suas atribuições perante a Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO, previstas no art. 127 e art. 129 da Constituição Federal e Lei Complementar Estadual n. 51/2008,

Considerando que se trata de denúncia anônima registrada no âmbito do MPTO, pelo presente edital, CIENTIFICA quem possa interessar, especialmente o denunciante anônimo, do inteiro teor da promoção de arquivamento proferida nos autos da Notícia de Fato n. 2025.0005622.

Em caso de discordância da decisão de arquivamento, poderá ser interposto recurso nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com o art. 5º, § 1º, da Resolução n. 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Informa-se ainda que o presente arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes.

Frisa-se que o recurso, com os documentos digitalizados em formato “pdf”, poderá ser encaminhado, preferencialmente, ao e-mail institucional secretariabico@mpto.mp.br, fazendo-se menção ao número da notícia de fato, ou ainda entregue na sede da Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO, localizada na Rua Maria Alves Barbosa, nº 70, CEP: 77.860-000, Wanderlândia/TO, Telefone (63) 99258-3724.

Atenciosamente,

Anexos

Anexo I - Arquivamento 2025.0005622.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/d5fa2060e7f1ae95a5b118e129254714

MD5: d5fa2060e7f1ae95a5b118e129254714

Wanderlândia, 17 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**HELDER LIMA TEIXEIRA**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE WANDERLÂNDIA



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

DO.MPTO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição Diário Oficial N. 2160
Palmas, segunda-feira, 19 de maio de 2025

# PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XAMBIOÁ




**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

## 920047 - EDITAL DE INTIMAÇÃO - INTERESSADO ANÔNIMO

Procedimento: 2025.0005144

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio do Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições perante a Promotoria de Justiça de Xambioá/TO, e com fundamento no art. 129, VI da Constituição Federal, art. 26 da Lei n. 8.625/93, e art. 61, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008, e

Considerando que se trata de uma notícia de fato anônima sobre possível crime ambiental no Município de Araguanã-TO, verifica-se que a informação é genérica e precisa de complementação das informações. Assim, INTIMA-SE quem possa interessar, especialmente o denunciante anônimo, a complementar as informações, indicando elementos mínimos que permitam a instauração de investigação, sob pena de arquivamento.

Frisa-se que o recurso, com os documentos digitalizados em formato “pdf”, poderá ser encaminhado, preferencialmente, ao *e-mail* institucional secretariabico@mpto.mp.br, fazendo-se menção ao número do procedimento, ou ainda entregue na sede da Promotoria de Justiça de Xambioá/TO, localizada na Avenida F – N. 203, Setor Leste, - CEP: 77.880-000, Xambioá/TO, Telefones (63) 3236-3763/ (63) 99257-9992.

Xambioa, 17 de maio de 2025.

Documento assinado por meio eletrônico

**HELDER LIMA TEIXEIRA**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XAMBIOÁ



Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665

# EXPEDIENTE

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

ABEL ANDRADE LEAL JUNIOR
**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

LUCIANO CESAR CASAROTI
**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE
**CHEFE DE GABINETE DO PGJ**

CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA
**PROMOTOR DE JUSTIÇA ASSESSOR DO PGJ**

RICARDO ALVES PERES
**PROMOTOR DE JUSTIÇA ASSESSOR DO PGJ**

EURICO GRECO PUPPIO
**PROMOTOR DE JUSTIÇA ASSESSOR DO PGJ**

LUCIANO CESAR CASAROTI
**PROMOTOR DE JUSTIÇA ASSESSOR DO PGJ**

ALAYLA MILHOMEM COSTA
**DIRETORA-GERAL**

## COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ABEL ANDRADE LEAL JUNIOR
**PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES**

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
**PROCURADORA DE JUSTIÇA**

VERA NILVA ALVARES ROCHA LIRA
**PROCURADORA DE JUSTIÇA**

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
**PROCURADOR DE JUSTIÇA**

RICARDO VICENTE DA SILVA
**PROCURADOR DE JUSTIÇA**

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
**PROCURADOR DE JUSTIÇA**

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
**PROCURADORA DE JUSTIÇA**

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
**PROCURADORA DE JUSTIÇA**

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
**PROCURADORA DE JUSTIÇA**

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
**PROCURADOR DE JUSTIÇA**

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
**PROCURADOR DE JUSTIÇA**

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO
**PROCURADOR DE JUSTIÇA**

MARCELO ULISSES SAMPAIO
**PROCURADOR DE JUSTIÇA**

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ABEL ANDRADE LEAL JUNIOR
**PRESIDENTE DO CONSELHO**

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
**MEMBRO**

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
**MEMBRO**

MARCELO ULISSES SAMPAIO
**MEMBRO**

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
**MEMBRO**

## CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
**CORREGEDOR-GERAL**

EDSON AZAMBUJA
**PROMOTOR DE JUSTIÇA ASSESSOR DO CORREGEDOR-GERAL**

THAIS MASSILON BEZERRA CISI
**PROMOTORA DE JUSTIÇA ASSESSORA DO CORREGEDOR-GERAL**

## OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
**OUVIDOR**

## CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO
**DIRETOR-GERAL DO CESAF-ESMP**

## DIRETORIA DE EXPEDIENTE

DANIELE BRANDÃO BOGADO
**DIRETORA**

**Assinado por**: DANIELE BRANDÃO BOGADO como (danielebogado)
**Na data**: 19/05/2025 às 18:42:53
**SIGN**: aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6
**URL**: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/aadcc2ef4b7730a24787ccf357abf8b31b239ca6

**Contatos:**
http://mpto.mp.br/portal/
63 3216-7600

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 1f9967e5 - 1c1183a9 - 1210319c - a4625665